



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LINCON BROERING BRUNO

**A GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA GRANDE
FLORIANÓPOLIS – SC/BRASIL**

FLORIANÓPOLIS
2022

LINCON BROERING BRUNO

**A GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA GRANDE
FLORIANÓPOLIS – SC/BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração de Desenvolvimento Rural e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva

FLORIANÓPOLIS
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bruno, Lincon Broering

A geografia da produção agrícola na grande Florianópolis -
SC/Brasil / Lincon Broering Bruno ; orientador, Clécio
Azevedo da Silva, 2022.

163 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Horticultura. 3. Cinturão verde. 4.
Geografia da produção agrícola. 5. O Estado Isolado. I.
Silva, Clécio Azevedo da. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
Título.

Lincon Broering Bruno

**A GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA GRANDE FLORIANÓPOLIS –
SC/BRASIL**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol
UNESP

Prof. Dr. André Souza Martinello
UDESC

Prof. Dr. João Klug
UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de “Mestre em Geografia” pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

Profa. Dra. Rosemy da Silva Nascimento
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFSC

Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva
Orientador

Florianópolis, 2022.

Pelo respeito à ciência!

Pelo direito a vacina!

Pelas mais de 650 mil vidas!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina e ao Departamento de Geociências, na pessoa de seus docentes e funcionários, por fazerem parte de minha contínua formação. Cabe destacar, também, que neste espaço acadêmico conquistei inúmeros amigos. Seja pelo aprendizado em conjunto, pelas conversas na mesa das lanchonetes ou no murmurinho dentro da sala de aula, todas essas vivências fazem com que a nossa vida mude para sempre!

Agradeço infinitamente a Angela, “minha doutora” e companheira, por me fazer acordar sorrindo todos os dias, além de ser a pessoa com quem tenho o imenso prazer de dividir todos os momentos de minha vida, sejam eles tristes ou alegres! Agradeço a ela igualmente pelos momentos de vivência em Berlin (Alemanha) durante seu doutorado sanduíche, pois foi do olhar dessa magnífica cidade que se desenhou a pretensão de tentar entender a produção de alimentos na região da Grande Florianópolis. Sem a sua ajuda, com certeza não conseguiria concluir essa nova etapa da minha vida.

Ao professor Clécio Azevedo da Silva, que além de orientador, tenho como um grande amigo para a vida! Uma pessoa de alma calma e tranquila, que sabe ser engraçado nas horas certas e por quem tenho muita admiração e apreço!

De igual modo agradeço aos professores e amigos André Souza Martinello; Ewerton Vieira Machado, João Klug e Nazareno José de Campos pela amizade, conselhos e orientação acadêmica, pois além de me acompanharem nestes anos, pude contar com o prazer de suas orientações da vida.

A minha mãe Elizabete, pelo amor que brotou de uma nova vida e por estarmos juntos sempre. Ao meu irmão Carlos, pelo suporte no tempo certo.

As minhas queridas cunhadas, cunhados, aos sobrinhos e sobrinhas, por serem e partilharem alegria em diversos momentos.

Aos amigos Aline Klauck; Luis G. Fagundes, José Nilo, Diego e Cassiara Amorim, que sempre dividiram momentos importantes comigo, e mesmo que o destino tenha feito tomarmos rumos diferentes, nossa amizade ainda é importante e se mantém.

Registro aqui um agradecimento especial a todos os meus amigos do Laboratório de Estudos do Espaço Rural (LabRural), pela amizade e companheirismo. Em especial as meninas Ana Claudia Lorenzi, Ana Livia de A. Silva e Érika Sagae, já que se não fosse o “aperta que sai”, não sei se esta dissertação de fato sairia... “rsrsrsrsrs”

Por fim agradeço imensamente a UNIEDU/FUMDES e ao CNPq, pelo financiamento em forma de bolsas que permitiram a execução da pesquisa e a dedicação exclusiva aos estudos.

RESUMO

A finalidade desta pesquisa é contribuir com estudos sobre o uso agrícola do solo na proximidade das cidades (incluindo as áreas periurbanas) e sua relação com o mercado consumidor da região. Para tanto, tomamos como estudo de caso a especialização desenvolvida nos municípios vizinhos ao município de Florianópolis, com vistas a atender a demanda alimentar crescente de toda a área conurbada, a qual inclui partes de quatro municípios (São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz), além da capital. A trajetória histórica, que iniciou por volta do início do século XX, promoveu a expansão de um cinturão verde hortícola, formando a atual geografia da produção alimentar da Grande Florianópolis. Tomando como ponto de partida referências teóricas clássicas sobre renda da terra (Thünen, Ricardo e Marx), tentando compreender a atual dinâmica espacial de abastecimento de hortícolas para o consumo das cidades. Buscou-se, diante dessa necessidade de produção de alimentos hortícolas, compreender as razões da permanência do cinturão verde e, ao mesmo tempo, entender as estratégias dos agricultores locais. Nosso estudo identificou três principais fatores responsáveis por manter essa configuração e dinâmica própria: a perecibilidade dos alimentos cultivados, a flexibilidade produtiva e o papel da demanda na constituição de um mercado regional, elementos que evidenciam a importância da proximidade no abastecimento.

Palavras-chave: horticultura; cinturão verde; geografia da produção agrícola; Grande Florianópolis; O Estado Isolado.

ABSTRACT

The purpose of this research is to contribute to studies on agricultural land use in the vicinity of cities (including periurban areas) and its relationship with the consumer market in the region. In order to do so, we took as a case study the specialization developed in the municipalities neighbouring the municipality of Florianópolis, with a view to meeting the growing food demand of the entire conurbation area, which includes parts of four municipalities (São José, Biguaçu, Palhoça and Santo Amaro). da Empress), in addition to the capital. The historical trajectory, which began around the beginning of the 20th century, promoted the expansion of a horticultural green belt, forming the current geography of food production in Greater Florianópolis. Taking as a starting point classical theoretical references on land rent (Thünen, Ricardo and Marx), trying to understand the current spatial dynamics of the supply of vegetables for consumption in cities. In view of this need for food production, we sought to understand the reasons for the permanence of the green belt and, at the same time, understand the strategies of local farmers. Our study identified three main factors responsible for maintaining this configuration and dynamics: the perishability of cultivated foods, production flexibility and the role of demand in the constitution of a regional market, elements that highlight the importance of proximity in supply.

Keywords: horticulture; green big belt; geography of agricultural production; Greater Florianópolis; The Isolated State.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Zweck dieser Forschung besteht darin, zu Studien über die landwirtschaftliche Flächennutzung in der Nähe von Städten (einschließlich stadtnaher Gebiete) und ihre Beziehung zum Verbrauchermarkt in der Region beizutragen. Zu diesem Zweck haben wir die Spezialisierung, die in den Nachbargemeinden der Gemeinde Florianópolis entwickelt wurde, als Fallstudie herangezogen, um den wachsenden Nahrungsmittelbedarf des gesamten Ballungsraums zu decken, der Teile von vier Gemeinden umfasst (São José, Biguaçu, Palhoça und Santo Amaro). da Empress), neben der Hauptstadt. Der historische Verlauf, der etwa zu Beginn des 20. Jahrhunderts begann, förderte die Ausdehnung eines gärtnerischen Grüngürtels, der die aktuelle Geographie der Lebensmittelproduktion im Großraum Florianópolis bildet. Ausgehend von klassischen theoretischen Referenzen zur Grundrente (Thünen, Ricardo und Marx) versucht man, die aktuelle räumliche Dynamik des Angebots an Gemüse für den Konsum in Städten zu verstehen. Angesichts dieser Notwendigkeit der Nahrungsmittelproduktion haben wir versucht, die Gründe für den Fortbestand des Grüngürtels zu verstehen und gleichzeitig die Strategien der lokalen Landwirte zu verstehen. Unsere Studie identifizierte drei Hauptfaktoren, die für die Aufrechterhaltung dieser Konfiguration und Dynamik verantwortlich sind: die Verderblichkeit von angebauten Lebensmitteln, Produktionsflexibilität und die Rolle der Nachfrage bei der Bildung eines regionalen Marktes, Elemente, die die Bedeutung der Nähe des Angebots unterstreichen.

Schlüsselwörter: Gartenbau; grüner großer Gürtel; Geographie der landwirtschaftlichen Produktion; Großraum Florianópolis; Der Isolierte Staat.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da região conurbada da Grande Florianópolis.....	24
Figura 2 – Johann Heinrich von Thünen	34
Figura 3 – Localização de Altona e da Aldeia de Grosz-Flottbeck.....	35
Figura 4 – Localização do atual estado alemão de Mecklenburg-Vorpommern.....	35
Figura 5 - Modelo da teoria de “O Estado isolado” de Thünen	37
Figura 6 - Relação entre preço de mercado (receita), distância de transporte, custos e lucro ..	41
Figura 7 – Anel ou círculo de Thünen.....	42
Figura 8 – Representação hipotética das curvas de lucro para vegetais (a), madeira (b) e pecuária (c).....	43
Figura 9 – Desenho esquemático do modelo da teoria do “Estado Isolado” de Thünen.....	44
Figura 10 – Comparativo do “Estado Isolado” e das “Condições Modificadas”	48
Figura 11 – David Ricardo	49
Figura 12 – Karl Marx	50
Figura 13 – Comunidade no Bairro Monte Cristo (Florianópolis) e prédios em São José.....	64
Figura 14 – Geografia Física de Santa Catarina, com destaque para a Mesorregião da Grande Florianópolis.....	71
Figura 15 – Feira no cais de Desterro, início do século XX.....	74
Figura 16 – Imagem aérea do CEASA/SC com seus pavilhões – Unidade São José.....	80
Figura 17 – Localização das 3 unidades do CEASA em Santa Catarina	81
Figura 18 – Localidades que se destacam pela horticultura inseridos na região de conurbação	93
Figura 19 – Visita de campo em horta comercial no bairro “Sertão do Maruim” (São José) ..	97
Figura 20 – Vista aérea do local de comercialização e produção em estufa em São José	97
Figura 21 - Horticultura hidropônica em área urbana de São José.....	98
Figura 22 – Vista aérea da Horta Comunitária do Pacuca (Bairro Campeche – Florianópolis/SC).....	99
Figura 23 – Visita de campo na Horta Comunitária do Pacuca (Bairro Campeche – Florianópolis/SC).....	100
Figura 24 – Visita de campo ao Instituto Cepia (Bairro Campeche – Florianópolis/SC)	101
Figura 25 – Foto aérea do local de produção do CEPIA (vista do terreno de 200m ²)	102
Figura 26 – Modelo das cestas de alimentos comercializadas pelo Cepia	102
Figura 27 – Imagem ilustrando alguns tipos de alimentos perecíveis.....	106
Figura 28 - Exemplo de produtor agrícola com o uso de mais de uma marca	108
Figura 29 - Produtos comercializados com perspectiva de flexibilidade produtiva.....	108
Figura 30 – Variedade de produtos de um mesmo produtor (Devile) e (Verd Fácil – Vivaris)	109
Figura 31 – Postagem de um produtor em rede social sobre a sazonalidade da produção.....	110
Figura 32 – Produção de Pitaya no município de São José	114
Figura 33 – Produção de Physalis no município de Santo amaro da Imperatriz	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa Físico da Europa.....	36
Mapa 2 – Região da Grande Florianópolis dentro do estado de Santa Catarina, com destaque para a sua área de conurbação	68
Mapa 3 – Representação do tipo climático da Mesorregião da Grande Florianópolis conforme Köppen.....	70
Mapa 4 - Rede de Cidadania Agroalimentar (RCA) da Grande Florianópolis	112
Mapa 5 – Plantio de Arroz em SC, (círculo destacando a região da Grande Florianópolis)..	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alimentos comercializados no CEASA/SC entre fev/2018 e fev/2022	82
Tabela 2 - Levantamento da olericultura da região da Grande Florianópolis em relação a sua população (julho 2018 a junho 2019)	84
Tabela 3 - Evolução da produção de cultivos anuais selecionados nos municípios conurbados e na Grande Florianópolis.....	85
Tabela 4 - Produção de alimentos hortícolas na Grande Florianópolis e seu “peso” percentual na produção estadual	95
Tabela 5 – Produção de hortícolas selecionados nos municípios conurbados em relação a Grande Florianópolis	104
Tabela 6 - Resultado do mapeamento realizado pela EPAGRI nas microrregiões que produzem Arroz em SC	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população urbana entre 1970 e 2010.....	69
Gráfico 2 – Porcentagem (%) da população urbana dos municípios atualmente conurbados sobre o total residente na Grande Florianópolis	76
Gráfico 3 - Volume médio comercializado mensalmente no CEASA - São José (entre fev/2018 e fev/2022) – [kg].....	86
Gráfico 4 – Percentual de produção comercializado no CEASA/SC (fev/2018 a fev/2022) ...	89
Gráfico 5 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	134
Gráfico 6 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	134
Gráfico 7 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	135
Gráfico 8 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	135
Gráfico 9 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	136
Gráfico 10 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	137
Gráfico 11 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	137
Gráfico 12 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	138
Gráfico 13 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	138
Gráfico 14 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	139
Gráfico 15 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	140
Gráfico 16 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	140
Gráfico 17 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	141
Gráfico 18 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	141
Gráfico 19 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	142
Gráfico 20 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	143
Gráfico 21 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	143
Gráfico 22 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	144
Gráfico 23 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	144
Gráfico 24 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	145
Gráfico 25 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	146
Gráfico 26 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	146
Gráfico 27 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	147
Gráfico 28 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	147
Gráfico 29 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	148
Gráfico 30 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	149
Gráfico 31 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	149
Gráfico 32 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	150
Gráfico 33 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	150
Gráfico 34 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	151
Gráfico 35 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	152
Gráfico 36 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	152
Gráfico 37 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	153
Gráfico 38 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	153
Gráfico 39 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	154
Gráfico 40 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	155
Gráfico 41 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	155
Gráfico 42 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	156
Gráfico 43 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	156

Gráfico 44 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	157
Gráfico 45 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	158
Gráfico 46 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	158
Gráfico 47 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	159
Gráfico 48 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	159
Gráfico 49 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	160
Gráfico 50 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2018 (kg.).....	161
Gráfico 51 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2019 (kg.).....	161
Gráfico 52 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2020 (kg.).....	162
Gráfico 53 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2021 (kg.).....	162
Gráfico 54 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2022 (kg.).....	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCC - Circuitos Curtos de Comercialização

CEASA/SC – Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A

CEPAGRO – Centro de Pesquisa em Agricultura de Grupo

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CIRAM - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LabRural – Laboratório de Estudos do Espaço Rural

LACAF – Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ONU – Organização das Nações Unidas

RCA – Rede de Cidadania Agroalimentar

SC – Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIEDU/FUMDES – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
MOTIVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	20
OBJETIVOS E METODOLOGIA	22
1 AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO: ASPECTOS DE RURALIDADES EM UMA REGIÃO CONURBADA.....	28
1.1 MUDANÇAS NO SISTEMA ALIMENTAR: DESAFIOS PARA OS CIRCUITOS CURTOS.....	29
1.2 A GEOGRAFIA AGRÍCOLA COMO “CINTURÃO VERDE”	32
1.2.1. O caminho teórico	33
1.2.2. Thünen e a teoria de “Estado Isolado”	34
1.2.3. A teoria de Thünen diante da realidade.....	47
1.3 A EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE O USO DA TERRA NA ECONOMIA POLÍTICA	49
1.3.1. A renda diferencial	53
1.3.2. A renda absoluta	55
1.4 DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, PARA A CENTRALIDADE, AS REDES E A FLUIDEZ.....	57
2 DINÂMICAS DE ABASTECIMENTO INTERNO NA GRANDE FLORIANÓPOLIS	64
2.1 APROXIMANDO AS TEORIAS COM A REALIDADE LOCAL	67
2.2 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM MEIO AS PRESSÕES IMOBILIÁRIAS.....	77
2.3 LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES DA REGIÃO.....	79
3 A REINVENÇÃO DOS MERCADOS LOCAIS PARA COMPREENDER A DINÂMICA ATUAL	90
3.1 A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA DE PROXIMIDADE	92
3.2 O “CINTURÃO VERDE” DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	94
3.3 FATORES FAVORÁVEIS À PROXIMIDADE.....	103
3.3.1. Percibilidade	105
3.3.2. Flexibilidade produtiva.....	106
3.3.3. O papel da demanda	111
3.4 OUTRAS PRODUÇÕES RELEVANTES.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
ANEXOS	130
Anexo A – Modelo de relatório de volumes por produto e origem no CEASA	131

Anexo B – Modelo de relatório de volumes por setor e categoria no CEASA.....	132
Anexo C – Relatório de Cotações diárias do CEASA	133
Anexo D – Total comercializado (Abobora).....	134
Anexo E – Total comercializado (Alface).....	137
Anexo F – Total comercializado (Beterraba).....	140
Anexo G – Total comercializado (Cebola)	143
Anexo H – Total comercializado (Cebolinha)	146
Anexo I – Total comercializado (Cenoura).....	149
Anexo J – Total comercializado (Couve – Folha).....	152
Anexo K – Total comercializado (Couve – Flor).....	155
Anexo L – Total comercializado (Milho)	158
Anexo M – Total comercializado (Morango)	161

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, busca compreender aspectos da dinâmica local-regional, acrescentando, também para o debate, questões acerca de circuitos de produção adotados em alguns países, de modo que, ao utilizar dessas linhas de pensamento para estudar a região da Grande Florianópolis¹, se possa evidenciar as transformações campo-cidade e, os elementos analíticos das dinâmicas de abastecimento e consumo através das cadeias de produção (varejo, atacado, feiras, entre outros) presentes na região conurbada².

Sabe-se que, historicamente, a agricultura precedeu a indústria por milhares de anos e, é a atividade agrícola que vai amparar o surgimento/crescimento dos assentamentos humanos, onde, com o passar do tempo, a sociedade humana desenvolveu o que Lefebvre vai chamar de “ilhas de vida urbana e de produção industrial”. Diante de todo esse processo histórico, foi desencadeado pela sociedade humana, a transformação dos assentamentos em cidades, onde, mais tarde, todo o processo de transformação, foi acelerado com o advento da indústria e a introdução do sistema capitalista, que resultou no crescimento da exploração nas cidades e o lucro sobre os espaços, desencadeando o que Karl Marx definiu como “a renda da terra” (LEFEBVRE *et al.*, 1983). Considerando os diversos aspectos dos espaços de ruralidade, nota-se que, com o passar dos anos, essa temática envolve cada vez mais pesquisadores de distintas áreas, como por exemplo, administração, ciências sociais, história, economia, agronomia, engenharia, arquitetura, geografia, entre outras. Portanto, entende-se que se trata de um aspecto amplo e ainda bastante permeado de pontos que merecem um novo olhar. A evidencia das transformações naturais do percurso do desenvolvimento urbano reforçam tal necessidade.

A observação inicial do local de estudo, destaca, neste espaço, um histórico de ocupação proveniente de processos migratórios, voltados inicialmente para demarcação do território, mediante o contexto histórico das disputas que aconteceram entre as Coroas Portuguesa e Espanhola. No que se refere as atividades de comercialização dos alimentos produzidos, em sua grande maioria, nota-se que essa sempre foi realizada por pequenos produtores que fomentaram

¹ Cabe informar que neste trabalho aparecerá uma classificação mais recente em algumas tabelas do EPAGRI, dividindo a Mesorregião da Grande Florianópolis em 3 microrregiões: Tijucas, Florianópolis e Tabuleiro. Em todo caso, para as análises, serão considerados os municípios pertencentes a nomenclatura de Mesorregião da Grande Florianópolis. De tal modo que, a classificação considerada, a Mesorregião da Grande Florianópolis, possui ao todo 22 municípios: Canelinha; Tijucas; Governador Celso Ramos; São João Batista; Nova Trento; Leoberto Leal; Major Gercino; Biguaçu; Antônio Carlos; Angelina; São Pedro de Alcântara; São José; Florianópolis (Capital do estado); Santo Amaro da Imperatriz; Águas Mornas; Rancho Queimado; Alfredo Wagner; Anitápolis; Palhoça; São Bonifácio; Paulo Lopes e Garopaba.

² Área ou espaço conurbado ou de conurbação, é uma denominação resultante da expansão urbana em que uma metrópole ou uma cidade, se expande sobre as cidades do seu entorno, compondo um único núcleo urbano (RIBEIRO, 2020).

a agricultura familiar, que se inseriram no tempo histórico de ocupação, no processo de produção desses espaços e continuam sendo importantes para a dinâmica da região nos dias atuais (KLUG; SANTOS; LIMA, 2019).

Observou-se que, com o passar do tempo, ocorreu um aumento das atividades não-agrícolas sobre as áreas rurais. No entanto, mesmo com a perda de grandes áreas para atividades não-agrícolas, dentre elas, o setor de empreendimentos imobiliários, influenciados pela expansão urbana, ainda existem “áreas campestres” que resistem ao “*lobby*” das construtoras, mesmo estando nos limites urbanos, já ocupados por condomínios de moradias, sejam de baixa ou alta renda. Nesse sentido, as atividades como a produção de gêneros agrícolas ou de pecuária, nos permite evidenciar aspectos das transformações que ali tomaram lugar e que proporcionaram destaque para a região nos cultivos básicos para subsistência, tornando algumas culturas comerciais mais relevantes. Assim, considerando toda essa constituição socioespacial brevemente mencionada, busca-se por meio do referencial teórico selecionado, compreender de que maneira se opera a produção e o consumo em um contexto mais generalista, trazendo destaque para: os aspectos regionais, a configuração das unidades de produção, o caminho percorrido, assim como os modos de distribuição e oferta comercial.

MOTIVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Expondo de uma forma mais pessoal, extrapolando ao que as regras da escrita acadêmica impõem, entende-se ser importante destacar o que gerou o interesse pelo presente tema de pesquisa. Inicialmente as ideias advém, em grande parte, da experiência de morar fora do país, por um ano, mais especificamente na cidade de Berlin³ (considerada uma das cidades mais verdes do mundo), na Alemanha. Com essa oportunidade, foi possível observar não só em Berlin, mas igualmente em outras cidades europeias, uma crescente preocupação social, que se estende as administrações públicas, em oportunizar a vivência nos espaços públicos e incentivar o convívio dos espaços de natureza. Nesse sentido, em Berlin observa-se com facilidade (especialmente para um morador da Grande Florianópolis) como a qualidade do transporte público facilita as conexões e o acesso mais democrático das pessoas à cidade. Soma-se a isso a destacada presença de parques verdes, lagos e da marcante presença das hortas urbanas

³ Neste trabalho, me darei o direito de adotar a grafia original na língua alemã: Berlin, onde no português escrevemos: Berlim.

(*Kleingärten*⁴ e outras variações). São elementos que permitiram uma reflexão sob o olhar geográfico de nossas cidades, suas dinâmicas de ocupação e de usos.

Quando pensamos nossas cidades na América Latina e a comparamos com algumas cidades europeias, por exemplo, podemos observar que, a maior parte das nossas cidades cresceram e seguem crescendo de forma desordenadas ou desconexas, ou seja, observa-se, muitas vezes, a comunicação e planejamento entre setores, característicos de regiões em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. Portanto, percebe-se que em muitas de nossas cidades está ausente a integração das pessoas com os meios naturais e/ou físicos. Logicamente, repensa-se a ocupação e interroga-se sobre a perceptível falta de áreas verdes, o traçado de nossas calçadas que tornam difícil as caminhadas e, como nos é comum, é preciso ligar o carro para o deslocamento até o supermercado mais próximo. Tais reflexões serviram, em grande medida, de ponto de partida para o desenvolvimento da proposta de estudo que se apresenta nesta dissertação.

Sendo assim, visando estudar essa relação das sociedades com o lugar de convívio/morada – Grande Florianópolis – onde, um dos pontos de fundamental importância, são os estudos ligados aos fenômenos geográficos envolvidos quanto a relação espaço-lugar, trazemos para a análise a reflexão da Formação Sócio Espacial (F.S.E.), tão estudada por Milton Santos, que nos ajuda a pensar no que as atividades econômicas influenciam nas relações de poder e de transformação de nossas cidades. Assim, considera-se que a sociedade urbana brasileira se encontra integralmente atrelada ao alto custo de vivência que nossas cidades carregam, aplicáveis as diferentes necessidades humanas. Destaca-se, ainda, que a forma como as cidades são estruturadas ou planejadas, podem resultar em pessoas com problemas de saúde, sejam da ordem física, mental e/ou emocional (SANTOS M., 2010).

De modo geral, o crescimento irregular das cidades brasileiras acaba segregando os espaços, distinguindo as áreas e ocupação entre as classes ricas ou pobres. A troca de serviços e mercadorias entre os usuários, demanda um movimento sobre a superfície terrestre, e esse movimento vai influenciar em todas as nossas atividades econômicas. Isso ocorre pois existe a dependência destas atividades para a sobrevivência dentro do sistema capitalista. Desta forma, o “movimento”, que denominamos de transporte, é responsável pelo deslocamento de pessoas, de produtos e de matérias-primas e todo deslocamento demanda custos, onde para que possa

⁴ Para mais detalhes a respeito, ver: LIMA, Angela B. **Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade: uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais)**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. 340p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214353>. Acesso em 15 de jun. de 2020.

ser realizado, inclui além de despesas diretas, as despesas indiretas. Com isso, é preciso lembrar que a dificuldade de locomoção se configura como um dos fatores que tornam nossos alimentos mais caros ou de difícil acesso para uma boa parcela da população, particularmente tendo em vista a quantidade de pessoas que no Brasil ainda permanecem abaixo da linha de pobreza (Idem, 2010).

OBJETIVOS E METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por diferentes etapas: a da investigação, a da análise de material bibliográfico e a da redação. Na etapa da investigação objetivou-se o aprofundamento nas questões teóricas, incluindo as seguintes atividades: Investigação dos fundamentos teórico-metodológicos da Formação socioespacial proposta por Milton Santos, complementadas com as abordagens sobre as informações econômicas e históricas da região da Grande Florianópolis. Se fará a atribuição de outros autores para englobar as perspectivas e contribuições de David Ricardo, J. H. von Thünen, Karl Marx e Leo Waibel, para trazer a luz das discussões atuais, o caminho relacionado as atividades de agricultura e o “desenvolvimento” da urbanização. A linha teórica permitirá uma compreensão mais ampla da realidade estudada, através da associação dos elementos naturais e humanos que ocorreram no processo histórico-evolucionar, fornecendo explicações para os diferentes momentos da formação socioespacial e econômica da Grande Florianópolis. Somado a isso, foram considerados outros elementos, como trabalhos acadêmicos (artigos e monografias no quais sejam relevantes para o tema proposto), estudos teóricos que possam contribuir para uma melhor compreensão da temática analisada, além de pesquisas em bibliotecas, jornais especializados (físicos ou virtuais), registros *in loco*, investigação de censos relativos à população e atividades econômicas, etc.

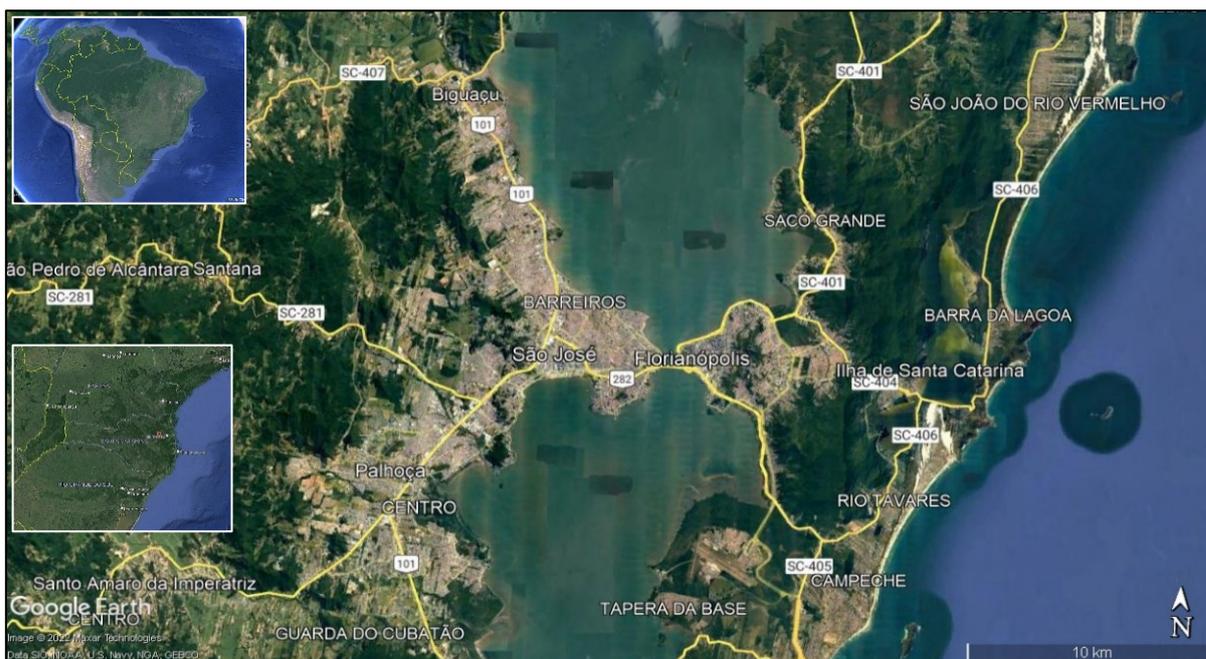
Na investigação estava previsto entrevistas, para observações empíricas e levantamento de dados quantitativos, contudo, com o surgimento da doença infecciosa ocasionada pelo coronavírus (COVID-19), a região da Grande Florianópolis, assim como em outras partes do mundo, sofreu “*lockdown*” como tentativa de contenção da doença. Em detrimento desse problema da saúde pública e do risco de contaminação, a pesquisa empírica foi prejudicada, ocasionando um reajuste na forma de obtenção dessas informações.

Para tanto, de acordo com as dificuldades colocadas, o foco qualitativo da pesquisa foi direcionado para uma análise exploratória de um conjunto de dados (planilhas de comercialização de produtos do CEASA/SC), considerando que essa amostragem, pode ser do tipo quantitativo (ou numéricos) e ao mesmo tempo, do tipo qualitativo (ou não numéricos, ou

categóricos). Em suma, determinamos que a amostragem agregará os dois tipos de pesquisa, pois foram utilizados números diante das categorias dos alimentos comercializados e com esses dados, tentaremos nos aproximar de uma realidade vivenciada pelos agricultores da região. Essa amostragem coletada foi utilizada como subsídio para fornecer informações que auxiliarão no entendimento sobre os cultivos de hortícolas da região em relação a proximidade de produção e foi consultada através do material disponível em “site” eletrônico – será explicado mais adiante neste trabalho. Para organização dos dados fez-se o uso de planilhas eletrônicas e por meio dessas, foram feitas a conversão dos dados levantados em gráficos de barras (apresentados por meio dos anexos desse trabalho).

Com a determinação destes procedimentos, foi possível construir um conhecimento abrangente sobre os processos de transformação, sua dinâmica espacial, seu processo histórico e o contexto atual, somando-se uma possível comparação entre a realidade da Grande Florianópolis e dos municípios que compõem a região a ser estudada. Da mesma forma, considerando a dimensão da pesquisa, se estabeleceu como objeto de análise a produção de alimentos provenientes da horticultura na Grande Florianópolis, destinada ao abastecimento de seus municípios conurbados, que engloba além de Florianópolis, os municípios de Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José (Figura 1). Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa está na identificação das articulações espaciais que envolvem a dinâmica atual de seus processos de abastecimento. No intuito de garantir o alcance do objetivo principal, tem-se como objetivos específicos apontar as etapas das relações produtivas que configuraram o atual circuito produtivo e seus agentes. Para tanto, procurou-se caracterizar como se processou a exploração inicial da produção de cultivos agrícolas no território e, posteriormente, trazer ao debate a atual significância dessas atividades diante dos interesses econômicos presentes na região e apontar aspectos da organização do espaço na relação campo e cidade.

Figura 1 - Localização da região conurbada da Grande Florianópolis



Fonte: Google Earth Pro (2020). Adaptado pelo autor.

Com isso, parte-se da hipótese de que houve uma especialização nos municípios vizinhos a capital com vistas a atender a demanda alimentar crescente da área urbana da mesma, e assim buscando compreender até que ponto o mercado produtor regional está inserido na lógica do desenvolvimento da região, considerando para isso o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade. Então, considera-se que a análise dessa dinâmica possa apontar alguns fatores do arranjo regional que culminaram na organização espacial dos espaços de produção e, que ainda sobrevivem, em meio ao crescimento urbano, historicamente presente na região.

No intuito de observar a dinâmica mencionada, torna-se fundamental tratar das transformações socioespaciais, entendendo ser este um caminho para compreender e interpretar a permanência da agricultura na Grande Florianópolis. Assim, não podemos deixar de considerar as marcas da paisagem, resultantes de como as populações expressavam no seu modo de administrar e conduzir o espaço, ao passo que, na atualidade o espaço revela o que paulatinamente vem sendo moldado por diferentes ações históricas. De forma complementar, Milton Santos nos diz que:

Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.
 [...] a paisagem toma escalas diferentes.
 [...] A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. (SANTOS M., 2014, p. 67-68).

A noção exposta por Milton Santos nos provoca a pensar que a paisagem não se configura somente no que os sentidos captam da mesma, mas está atrelada ao que a “move”, sejam ações humanas ou naturais, embora, haja um certo predomínio das relações humanas, principalmente após aquilo que denominamos de modernização dos espaços. Desse modo, – e historicamente – desde que o ser humano aprendeu a ter domínio sobre parte da natureza, os processos de urbanização das cidades ocasionaram transformações nas paisagens, revelando que estas não são estáticas e estão sempre se modificando, diante desse ponto de vista (SANTOS M., 2014).

Além disso, perante tais considerações, as transformações podem resultar em uma paisagem criada e recriada constantemente no espaço, que não é estático e nem isolado nas suas formas e funcionalidades. Lembremos que a paisagem é móvel, assim como a sociedade que a produz e reproduz, pois, o cotidiano das pessoas e os fatos vão sendo agregados as “cenas” que compõem, dando forma e significados diversos as transformações ocorridas ao longo do tempo (Idem, 2014). Destacamos que evidenciar essa relação da sociedade com a paisagem, não incide em contrapor as ações desta diante do tempo histórico ou do tempo presente, mas antes, perceber que há marcas da história do ser humano sobre os estratos do planeta.

A partir do espaço urbano da capital catarinense e os demais municípios em questão, se perpetrará um olhar para o seu entorno de modo que possa se identificar as áreas periurbanas e rurais. Tal premissa visa trazer ao debate a ideia de “cinturões” de produção alimentar, tendo por base o modelo de localização das atividades agrícolas de Johann Heinrich von Thünen e, o pensamento de Karl Marx em sua teoria da renda da terra. Somado a essa perspectiva teórica que fundamenta a pesquisa, empreende-se diálogos com alguns conceitos e aproximações sobre “redes”, fluidez e espaço fazendo uso dos escritos e abordagens de Leila Dias, Milton Santos, entre outros. Igualmente, na perspectiva de evidenciar outras dimensões das relações estabelecidas em espaços urbanos e em urbanização, evidencia-se o que pensam Henry Lefebvre e David Harvey a respeito do desenvolvimento humano ao longo do século XX. Nesse aspecto, entende-se que a cidade de Florianópolis e sua região conurbada oferecem ao debate um importante diálogo acerca das transformações ocorridas (espaço-temporal) em sua paisagem, relacionando a representatividade desta para a população e os modos de produção local/regional.

Embora a trajetória histórica dessa região seja um tanto semelhante – colonização para ocupação/dominação do território em disputa – à de outros núcleos que foram fundados no Estado de Santa Catarina, buscamos aqui destacar algumas peculiaridades de sua ocupação dos modos como se desenhou o seu papel atual na região, especialmente no que se refere à ocupação

e uso do solo, de atividades extrativistas e de atividades agrárias, de modo a verificar se isso tem gerado forças de transformações na contemporaneidade.

Com vistas a atender tais objetivos a pesquisa foi organizada em três capítulos, a serem assim – previamente – distribuídos:

➤ **Capítulo I – Agricultura e urbanização: aspectos de ruralidades em uma região conurbada;**

No capítulo inicial se priorizou apresentar o debate teórico, empreendendo uma reflexão sobre as práticas de agricultura e os meios de produções, bem como o desenvolvimento das cidades, por meio da construção de uma abordagem acerca das teorias de “Estado Isolado” e das “Condições Modificadas”, dialogando com os circuitos de proximidade e a própria corrente de “cinturão verde”⁵. Para tal construção, abarcaremos outros importantes autores na constituição de um debate sobre economia política, mostrando que a renda da terra é fator determinante nos usos do espaço.

Em conjunto, a exposição das hipóteses de Thünen, apresentadas ao público no século XIX – e caracterizada como um dos focos de debate dessa pesquisa – compõe o fundamento da análise sobre os sistemas produtivos presentes localmente e nos permite visualizar nos capítulos seguintes se existe a possibilidade ou não de utilizarmos mais a fundo a sua teoria, especialmente para compararmos a noção teórica de proximidade, diante das redes e da fluidez contemporânea do começo do século XXI.

➤ **Capítulo II – Dinâmicas de abastecimento interno na Grande Florianópolis;**

Com a elaboração de um breve panorama histórico de imigração referente ao contexto da região de estudo (principalmente relacionado a mancha conurbada), busca-se compreender as formas de organização e construção dos interesses econômicos locais. Por meio da coleta de informações e, de dados das produções e comercializações de produtos agrícolas, intenta-se compreender as dinâmicas envolvidas sobre a produção agrícola dos municípios do entorno da conurbação, em detrimento das perdas de espaços, já que pressões imobiliárias compactuam para tal situação. Quanto as teorias “Thüneanas” mencionadas, aqui elas servem de aporte fundamental para observar a construção da relação produção e mercado consumidor, dialogando com as características locais do modo de produção agrícola, focada nas olericulturas.

⁵ O termo “cinturão verde” relacionado a Grande Florianópolis, já é utilizado por diversas pesquisas acadêmicas nas universidades locais, que trazem a ideia de cinturão de produção de alimentos no entorno da região conurbada e da capital Florianópolis. Nesse trabalho, além dos referenciais teóricos a respeito desse assunto, também irão aparecer, reportagens de jornais locais que mencionam e discutem o assunto.

➤ **Capítulo III – A reinvenção dos mercados locais para compreender a dinâmica atual.**

Nesta parte da pesquisa a intenção está em conjecturar se a produção local ainda é algo pertinente e importante no que tange o abastecimento para o mercado consumidor atrelado a capital. Diante dos dados expostos no segundo capítulo, se estabelece um diálogo relacionando a permanência da agricultura na região próxima ao espaço conurbado, trazendo a ideia de “cinturão verde”, como um espaço dentro da Grande Florianópolis dedicado ao abastecimento da população local. Assim, lança-se o olhar para os fatores que colaboram na formação do cinturão verde, equilibrando e apontando o contexto exposto com os referenciais teóricos apresentados inicialmente. Um dos objetivos aqui está em entender como se dá a relação desses espaços de produção com um mercado consumidor mais participativo.

Abarcaremos com tal “cronologia” uma forma de apresentação da pesquisa, dialogando com alguns conceitos chaves que possibilitam o conhecimento da trajetória do município e suas transformações socioespaciais. Ao lado disso, como nosso principal compromisso neste estudo, confere-se destaque as áreas de produção fixadas no entorno da região de conurbação, além de levantar ou procurar perceber, o que dessa produção local é de fato direcionada para o mercado consumidor local. Portanto, os aspectos do abastecimento e do comércio de alimentos serão analisados visando perceber como essas atividades acontecem e quais agentes inserem-se nessa dinâmica, que é socioespacial e socioeconômica.

O recorte temporal, fixado para análise da produção em si, insere-se nas décadas finais do século XX e se estende até o momento atual. No entanto, as análises permitem um diálogo histórico que exige um recuo temporal com vistas entender a situação vivenciada hoje pelas comunidades, o que é necessário para compreender as mudanças empreendidas e, em certa medida, as permanências ainda percebidas na dinâmica de produção e comercialização. Contudo, podemos estabelecer que é a partir da década de 1970 quando de fato ocorrem a remodelação e o crescimento urbano desenfreado dessa região.

1 AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO: ASPECTOS DE RURALIDADES EM UMA REGIÃO CONURBADA

As aglomerações urbanas são movimentos conectados ao desenvolvimento e as transformações humanas. A relação cidade-campo, passa pelo processo de modernização, dentro do sistema capitalista, ampliando novas relações sociais, culturais, políticas e econômicas atreladas a lógica de mercado. Existe, para tal, um conjunto de transformações técnicas que permitem a ampliação e um melhor escoamento da produção (industrial e agrícola) que, com o advento do motor a vapor, assumem proporções aceleradoras de desenvolvimento, legitimando para ideias equivocadas de que a modernização é algo recente. Contudo, a modernização agrícola não é algo tão contemporâneo na história, ela começou há muitos séculos, antes mesmo do feudalismo europeu, em um momento ainda mais primitivo, em que a sociedade humana passa a entender os processos de produção de alimentos e a desenvolver ferramentas e técnicas para facilitar a prática no trabalho dos cultivos agrícolas e da pecuária (SUZUKI, 2007).

Além disso, a relação campo-cidade é algo complexo e imbricado dentro de relações de “múltiplos fluxos”, produzidas por ações e “fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais”. As cidades possuem a sua estruturação conforme a relação de ocupação com o solo – “peso demográfico” – sendo seu contexto territorial tido como centro estruturante e organizador. Todo o conjunto de estruturas que envolvem a cidade correspondem as expressões da natureza e das relações entre a própria cidade com seu território. Território este, que está sujeito as diversas pressões externas e internas e em constante transformação das cidades, e ainda diante de um intenso e rápido consumo de recursos naturais (FADIGAS, 2010, p. 27-28).

Refletindo sobre as consequências do crescimento urbano sobre a paisagem rural, Fadigas (2010, p. 29) constata que “A transformação de uma paisagem rural em urbana corresponde sempre a uma ruptura dos sistemas naturais, cujas consequências afetam tanto a sua organização visual como o funcionamento dos ecossistemas que asseguram o seu equilíbrio e estabilidade”. Desse modo, a região da Grande Florianópolis, assim como outras áreas do planeta, também está à mercê da expansão territorial típica da exploração capitalista e, diante desse sistema econômico vigente, os aglomerados urbano-industriais competem com as atividades rurais, sendo observável que, o valor econômico e social da propriedade rural – considerada rústica – perde espaço para o valor econômico e social do solo urbano – considerado um grau avançado de civilização ou cultura. Desse modo, as áreas de transição se apresentam mais instáveis e suscetíveis a exploração, e acabam dependendo muitas vezes de

um ordenamento do território como meio de proteção da ruralidade ou como condicionante de uso racional do solo (FADIGAS, 2010).

1.1 MUDANÇAS NO SISTEMA ALIMENTAR: DESAFIOS PARA OS CIRCUITOS CURTOS

Com a atividade agrícola é possível mantermos uma ligação entre as gerações, pois independentemente das evoluções tecnológicas ou dos modelos econômicos vigentes, o ser humano sempre se interligou pela relação que tem com o alimento, que principiou pura e simplesmente como uma necessidade de sobrevivência e evoluiu para uma ferramenta ou fonte de lucro. Inclusive, na história humana, o alimento sempre esteve ligado a evolução das comunidades e suas técnicas – meios de produzi-lo (SANTOS B., 2001).

Contudo, precisamos atentar para a crise alimentar que o modelo capitalista impõe. De todo modo, os modelos econômicos anteriores – feudalismo, mercantilismo, entre outros – também não se mostraram os mais eficientes. Sem dúvida, há uma crise alimentar que se mantém até hoje e se estende tanto para a qualidade da saúde, o uso incorreto dos recursos naturais e até mesmo para as mudanças climáticas (SABOURIN, 2011).

Entende-se que existe um modelo econômico baseado na troca e um outro modelo de desenvolvimento baseado na reciprocidade. Esse mecanismo de troca ocorre principalmente do “câmbio” de mercadoria-dinheiro, estando atrelado ao controle imposto pelo mercado financeiro. Ao longo da história humana, especificamente no contexto inicial do surgimento das comunidades, o comércio acontecia pelo escambo ou pela partilha recíproca de mercadoria-mercadoria. Deste modo, originalmente, os mercados eram considerados lugares de trocas e de reciprocidade entre as comunidades. Porém, com o aumento populacional das comunidades e a necessidade de consumo se constituindo como imprescindível para a sobrevivência dos indivíduos, torna-se fundamental que os interesses individuais deem lugar aos anseios comunitários (Idem, 2011).

Com a expansão dos grandes centros mundiais, o espaço se torna uma variável condicionante na reprodução social, principalmente ao longo dos últimos séculos. Isso conduziu ao surgimento da acumulação capitalista sobre as atividades agropecuárias, originando novos paradigmas tecnológicos que ampliaram significativamente a produção de alimentos para atender à crescente população de trabalhadores industriais. Portanto, diante dos processos industriais impostos pelo modelo econômico adotado em escala mundial e a “distância” que

temos do processo da produção de alimentos, nos faz enxergar o alimento como uma *commoditie* e não como algo importante e necessário para a sobrevivência humana. Assim, ao lado dessa lógica do alimento como mero meio de poder econômico, outro ponto que chama a atenção é o crescente processo de transformação existente com a industrialização dos alimentos, chegando ao ponto de, em alguns casos, transformá-lo de tal forma, que o mesmo perca as suas características primárias e já não seja realmente adequado para o consumo humano. Considerando esse contexto, podemos destacar a fala de Goodman (2017, p. 60):

A perturbadora frequência das “crises alimentares” na Europa ocidental – especialmente a pandemia de BSE (vulgarmente conhecida como doença da vaca louca) e os recentes surtos de febre aftosa no Reino Unido – provocou uma “crise de confiança” [...] entre os consumidores e levou à inspeção mais atenta das práticas de agricultura empresarial de grande escala.

Portanto, entende-se que, inquestionavelmente, o sistema “falhou” ao adotar o modelo de produção em massa na alimentação, tendo em vista, a crescente preocupação das pessoas em buscar alimentos mais saudáveis. No entanto, também existe uma preocupação com a qualidade e higienização de alimentos em escala local/global, atreladas à normas e condutas de preparo e higiene. A tal respeito, Angela Lima (2012), ao estudar aspectos relacionados aos gêneros alimentícios em Florianópolis, nos mostra que, a preocupação com a qualidade dos alimentos já era presente no começo do século XX:

Os problemas apresentados pela carne e o leite figuram entre os mais citados nas reclamações populares que eram diariamente publicadas nos jornais no início do século XX. O alto consumo destes gêneros, considerados de primeira necessidade, levou o governo a intervir no seu abastecimento. Foi assim que, especialmente no contexto das reformas urbanas, a preocupação com a procedência e com as condições das carnes e do leite propiciaram igualmente a regulamentação de seu comércio (LIMA, 2012).

Voltando ao que Goodman (2017) nos coloca, além da virada para a qualidade, existe uma busca por alternativas no abastecimento alimentar, que vem crescendo ao longo do século XX e podem ser observadas por meio das medidas adotadas por conscientizações mais fortes a partir dos anos 1980 – no contexto europeu. Nesse viés, se observa um crescente debate sobre como transformar a agricultura de modo que possamos produzir o alimento de uma forma menos onerosa e sem prejudicar os recursos disponíveis. De igual modo, entende-se que se torna fundamental criar meios de facilitar o acesso a alimentação sem abrir mão do lucro adequado para os produtores, já que sem a estabilidade econômica para o produtor, não temos como criar um equilíbrio para mantê-lo no campo. Sob esse mesmo ponto de vista, observando a nossa volta, de forma empírica, vemos que é crescente a presença de meios ou mecanismos de conexões entre produtores ou consumidores, seja por intermédio do primeiro ou do segundo

ator, ou até mesmo de um terceiro – atravessador ou intermediador –, que visam contemplar uma busca por melhores inter-relações entre os agentes produtores e consumidores.

Segundo Wilkinson (2008) é possível atentar quanto a evolução e “reorganização dos sistemas de distribuição” e sua relação com a “hegemonia dos supermercados”. Em seu estudo o autor nos mostra como o capital privado dos supermercados passaram a impor formas radicais na organização do sistema agroalimentar, levando aos produtores uma pressão na logística e nos níveis de qualidade dos alimentos, chegando ao ponto de o capital privado conferir seus próprios modelos. Além disso, o autor chama atenção para o surgimento de “novas regras de jogo” no que diz respeito a logística, principalmente com a ascensão dos *fast-food*, além de novos modelos como a adoção do “sistema de franquias” e a “integração agroindustrial” – inserção da agricultura familiar e suas formas tradicionais no contexto de industrialização em massa. Este último, inicialmente pareceu muito interessante para ambos os lados. Contudo, compreende-se que cada vez mais a indústria consome “energia” de seus produtores e os impõem metas exageradas, fazendo com que a cada ano diminuam a quantidade de produtores para esses setores industriais, devido as condições impostas.

BUCK; GETZ; GUTHMAN (1997) abordam que a partir das duas últimas décadas do século XX, mediante as preocupações com a segurança alimentar, o uso da terra e a justiça social, a agricultura orgânica passa a ser tratada como uma nova fronteira para um “novo ambientalismo”. A inserção desse novo modelo de produção “ecológica” de alimentos, embora já esteja bem desenvolvida em alguns países nos dias atuais, ainda é um campo em ascensão. No caso do Brasil, essa abordagem tomou força, sobretudo nas últimas décadas, porém já enfrenta a concorrência de produção orgânica realizada pelas redes supermercadistas, tendo em vista que em 2010, KLUTH (*et al.*, 2010) menciona em seu trabalho, que cerca de 72% dos consumidores de orgânicos já adquiriam seus produtos em redes de supermercados. Nessa mesma época começam a se estabelecer as primeiras redes ou circuitos de distribuição alternativas. De certo modo, como era de se esperar, o capital do agronegócio não fica de fora dessa novidade comercial, e também passa a se inserir no mesmo, fazendo uso de novas estratégias de marketing e mostrando que pode passar por aceleradas mudanças nos modos de produção para atender a todas aquelas “regras de jogo” (BUCK *et al.*, 1997).

Como forma de buscar alternativas para o problema exposto, da “organização do sistema agroalimentar”, DAROLT (2013), levanta o argumento de que é preciso estimular a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização. Conforme discussão apresentado pelo autor, a história humana nos mostra que desde as primeiras manifestações de comércio, é realizada a venda direta de produtos locais para alimentação, embora no século XX

tenha acontecido uma radical transformação com as novas tecnologias impostas sobre as atividades agrícolas, principalmente com o uso de insumos agrícolas, aliado ao progresso dos meios de transportes e de conservação dos alimentos. Conforme abordagem de WILKINSON (2008) e mais recentemente por GOODMAN (2017), houve uma forte mudança nas relações sociais no meio rural, onde os agricultores passam a trabalhar prioritariamente para abastecer as grandes redes de agroindústrias. Concomitante a isso, inclui-se destaque para o êxodo rural e a concentração da população mundial nos grandes centros urbanos, ampliando o distanciamento entre campo e cidade, mediante a uma “produção-distribuição-consumo concentrada em circuitos longos.

1.2 A GEOGRAFIA AGRÍCOLA COMO “CINTURÃO VERDE”

A região da Grande Florianópolis mantém, até hoje, a sua história ligada à produção de gêneros alimentícios, às atividades pastoris e à atividade pesqueira. No entanto, essa permanência se vê ameaçada desde os primórdios do século XX, por uma forte pressão política e de capital, para se criar o discurso de “modernidade”, fazendo com que o ambiente rural fosse considerado o “atraso”. Tal discurso se fortaleceu muito com a implementação das rodovias estaduais, a inserção e incentivo para atividades administrativas e comerciais, além dos discursos turísticos e de vocação para a indústria de alta tecnologia, impostos por estes mesmos interesses políticos e privados, como por exemplo, os setores ligados aos empreendimentos imobiliários (FERREIRA, 2018).

O abastecimento alimentar das cidades participa mesmo que não exclusivamente de um ou mais circuitos espaciais de produção. Neste aspecto, entender como funcionam as redes de produção e abastecimento é de fundamental importância, pois assim, a busca pelo entendimento de como se estabelecem e funcionam as relações de produção e consumo entre os diversos agentes pode configurar-se como uma contribuição aos estudos geográficos, uma vez que permitirá mapear, quantificar, identificar e evidenciar como encontra-se organizado estas atividades com o cenário local/regional.

Dentro desse entendimento, os circuitos curtos aparecem como importantes alternativas para o abastecimento desses centros no contexto da Grande Florianópolis. Esses circuitos atrelados aos meios alternativos, incluem espaços de produção e comercialização de alimentos variados, principalmente *in natura* como frutas, legumes e verduras, que são geralmente comercializados pelos próprios produtores rurais (HARTMANN, 2014). Esses circuitos de

proximidade, proporcionam um estreitamento na relação com o consumidor final, fortalecendo as economias locais, além de ser uma oportunidade para o agricultor familiar comercializar o excedente da sua produção (MALUF, 1999).

Fundamentalmente, é preciso partir da compreensão de que a produção regional de alimentos, consiste em um mecanismo de alternativas de subsistência para diversas famílias, sendo importante não só no fator econômico, mas também social. Podemos inclusive abrir um parêntese, para a questão ambiental, tendo em vista que áreas periurbanas sofrem muito com interesses especulativos da terra. Inclusive, torna-se imprescindível que políticas públicas amparem e auxiliem esse tipo de consumo mais consciente na região conurbada da Grande Florianópolis, criando mecanismos que facilitem o acesso das pessoas aos produtos comercializados e, o mais importante, que incentive e ajude os produtores locais em suas demandas de produção, de modo a garantir a qualidade necessária para essa característica de produção, e condicione uma certa proteção a esse modelo de agricultura familiar, para que essas famílias não se sintam desmotivadas e optem por abandonar suas terras produtivas.

1.2.1. O caminho teórico

No âmbito da produção alimentar, ressalta-se como primordial a necessidade de se produzir alimentos nas proximidades das cidades, tendo em vista, como é conhecido, os custos de transporte, insumos, mão de obra, entre outros fatores que podem determinar um menor ou maior custo de produção, refletindo direta ou indiretamente no preço final do que é produzido e o seu acesso ou não para todas as classes. Uma das crescentes preocupações a nível mundial está no acesso ao alimento, já que a tendência segundo a ONU⁶, a partir do ano de 2020 – com o agravamento da situação com a Pandemia do Covid-19 – cerca de 820 milhões de pessoas no mundo podem não ter acesso a alimentos nos próximos anos.

Com vistas a aprimorar o caminho teórico sobre a produção local de alimentos, procuramos um diálogo com o que existe historicamente estudado a respeito dos aspectos pontuais e fundamentais das questões econômicas e as práticas agropecuárias. Portanto, diante

⁶ NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Pandemia pode empurrar mais 130 milhões de pessoas para a fome, alerta ONU**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/96018-pandemia-pode-empurrar-mais-130-milhoes-de-pessoas-para-fome-alerta-onu>. Acesso em: 16 de out. de 2020. Quanto a esta preocupação, existe a publicação da ONU, **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil** chamada também de **Agenda 2030** (Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>). Esse documento é composto por 17 objetivos que visam ao desenvolvimento sustentável, além de um total de 169 metas. A Agenda aborda a preocupação com questões diversas e atuais, entre elas as relacionadas aos direitos humanos: como a atuação no combate à fome e extrema pobreza, agricultura sustentável, além das lutas de classe e gênero.

das teorias apresentadas, ocorrerá uma ligação com algum modelo estudado, mas servirá para vincular com os dados levantados, baseando-se no que é mais contundente e primordial ao tema proposto. Com isso, além de expor uma discussão a propósito do mote de produção de alimentos para o entorno de uma região urbana – no caso uma região conurbada fisicamente, busca-se mapear áreas de produção e analisar suas funções dentro dos circuitos de comercialização existentes. Entende-se que não seja esta uma tarefa simples, tendo em vista que é preciso dialogar com estudos de caso de outros lugares/regiões para trazer elementos relevantes ao debate.

Para empreender a apreciação de espaços de produção, tomou-se como base da discussão teórica, o estudo do modelo de uso do solo de Thünen, com a proposta de analisar o seu conteúdo teórico e tentar aplicá-lo no entendimento da produção local de alimentos. Assim sendo, tentaremos compreender a teoria do “Estado Isolado” (*Der Isolierte Staat*) de Thünen, através da linha de pensamento de Leo Waibel, pesquisador este, que até os dias de hoje, é muito reconhecido por suas observações que incluíram em parte a América Latina e a região setentrional do Brasil.

No que diz respeito das relações de produção e suas relações sociais, tomaremos como ponto de discussão, o processo de formação agrária e sua relação econômica com o entorno das cidades. Não obstante, as análises posteriores da economia política podem nos ajudar a entender a relação da maior cidade da região estudada, com o seu entorno, pensando sua relação estrutural e hierárquica.

1.2.2. Thünen e a teoria de “Estado Isolado”

Antes de analisarmos as teorias de Johann Heinrich von Thünen, é interessante situarmos geograficamente o seu local de vivência, pois com isso torna-se mais compreensível o olhar sobre os aspectos que resultaram no seu estudo acerca do “Estado Isolado”. O autor da teoria, que também é conhecido simplesmente como “Thünen”, era filho de um fazendeiro, nasceu no ano de 1783 em *Ostfriesland* (hoje condado de Friesland) na região de *Jever*, próximo a cidade de Brémen (em alemão: Bremen). O seu convívio inicial com o aprendizado agrícola ocorreu na aldeia de *Grosz-Flottbeck* (Figura 3), na região de Altona – atualmente é um bairro da cidade-estado de Hamburgo (em alemão: *Hamburg*) – a beira do Rio Elba. Ao

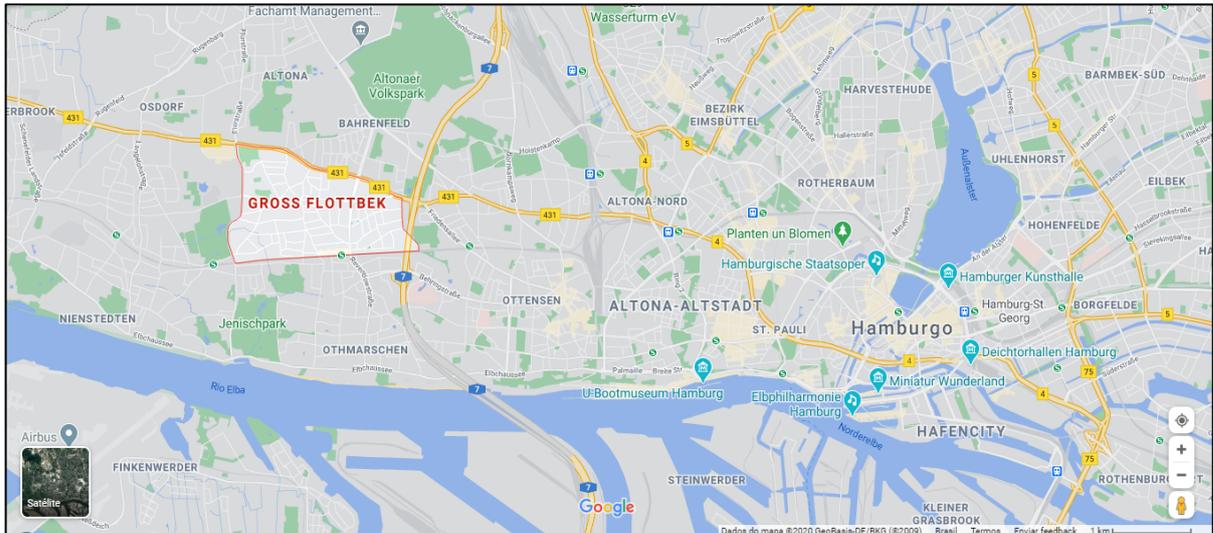
Figura 2 – Johann Heinrich von Thünen



Fonte: <https://www.thuenen.info>

longo de sua vida, Thünen atuou como agrônomo, economista nacional e reformador social, e seus trabalhos atualmente ainda possuem repercussão (BMEL, 2022).

Figura 3 – Localização de Altona e da Aldeia de Grosz-Flottbeck



Fonte: Google Earth Pro (2020). Adaptado pelo autor.

Assim, além de tantas funções exercidas, Thünen foi um fazendeiro, adquirindo uma propriedade em 1809, composta de uma grande área de terra (465 hectares), na localidade de Tellow (vide Figura 4) onde hoje é localizado o estado de *Mecklenburg-Vorpommern* (Mecklenburgo – Pomerânia Ocidental) pertencente a região nordeste da Alemanha (EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008).

Figura 4 – Localização do atual estado alemão de Mecklenburg-Vorpommern



Fonte: Google Earth Pro (2020). Adaptado pelo autor.

De modo complementar, a respeito da região que Thünen habitou até iniciar suas análises e estudos, no Mapa 1, é possível observar que toda essa região de vivência de Thünen (com destaque na cor verde do mapa), é uma área com relevo de baixa altitude e esta região norte da Alemanha (planície Germano-Polonesa), é conhecida por extensas áreas de planícies – extremamente planas. Na região continental europeia, as planícies se estendem da região oeste/norte da França, até a região do Cáucaso e dos Montes Urais na Rússia.

Mapa 1 – Mapa Físico da Europa



Fonte: FERREIRA, Graça M. L.⁷ Adaptado pelo autor.

O modelo do “Estado Isolado”, proposto por Thünen no seu livro intitulado (*Der Isolierte Staat*), foi desenvolvido ainda em um período em que parte da Europa passava pelas primeiras influências da Revolução Industrial e, outras pela transição para a chamada Segunda Revolução Industrial. Salienta-se ainda que, nesse momento da formação social alemã, segundo Oliveira (2016, p. 122), observa-se um “atraso econômico e social”, evidenciado pela diferença da relação econômica que essa região apresentava em comparação com outras partes da Europa onde haviam surgido os modos de produção capitalista industrial. Nesta região, no século XIX,

⁷ FERREIRA, Graça M. L. Atlas geográfico: espaço mundial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 88. In.: DELLORE, Cesar Brumini. Araribá mais: geografia. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 79.

Cabe ressaltar que, neste período, a região continental da Europa recebia como novidade um modelo de produção agrícola que já era empregado na Inglaterra, que consistia em cultivar cereais e raízes de modo alternado. Entretanto, assim como ocorre hoje, para aqueles que já viviam sob um “*modus operandi*” na produção de alimentos, adotar novas técnicas poderia significar resistência e insegurança quanto ao seu resultado. De acordo com Leo Waibel (1979), Thünen passou por esse dilema, adotar o novo modelo ou manter o que já praticava – que era baseado no modelo de três campos e no rodízio de cultura e pastagens.

Thünen, ao desenvolver seu modelo no começo do século XIX, evidenciava uma preocupação com os custos de produção, especialmente tendo em vista que tais custos estão atrelados ao preço de venda final para o mercado consumidor *versus* local de produção e insumos (Idem, 1979). Ao deslocarmos esse modelo para a realidade atual de produção agrícola podemos, ainda, acrescentar a estes custos, os registros fitossanitários, as embalagens (plástico, isopor, papelão, etc.), os direitos trabalhistas, entre outros. Torna-se importante esse esforço de análise pois estes são fatores que, ou não existiam, ou não estavam presentes em sua totalidade no contexto produtivo de dois séculos atrás.

Em resumo, Thünen era um produtor agrícola que vivenciava as transformações oriundas do capitalismo em seu modo de produção, uma vez que buscava gerar lucro em sua propriedade, fosse produzindo ou arrendando suas terras. O fato é que, gerar lucro era fundamental e foi justamente isso que o levou ao modelo dos chamados “círculos de Thünen” (conforme Figura 5), que buscou mostrar que diferentes processos de produção agrícola e florestal se desenvolvem em diferentes regiões e, assim, acarretando em um melhor uso econômico da terra (BMEL, 2022).

No que diz respeito a recepção da teoria desenvolvida por Thünen para pensar a produção agrícola, no Brasil temos o autor Ariovaldo U. de Oliveira (2016), que teceu críticas ao modelo no livro intitulado: *Crítica ao “Estado Isolado” de von Thünen: Contribuição para o estudo da Geografia Agrária*. Com um diálogo teórico entre Thünen e autores como Karl Marx, Louis Althusser, Friedrich Engels, entre outros, Oliveira salienta as dificuldades de Thünen em entender o próprio modelo capitalista e a relação da mais valia, como podemos observar na passagem abaixo:

Se o agricultor capitalista é também o proprietário fundiário, o lucro extraordinário obtido quer pela renda diferencial I, quer pela renda diferencial II é o seu, o que lhe garante um aumento do lucro, podendo gerar por isso uma falsa impressão de que o lucro em determinada atividade seja mais vantajoso que em outra. Obviamente, trata-se de erro na compreensão das causas do lucro extraordinário (OLIVEIRA, 2016, p. 95).

Cabe ressaltar que Thünen vivenciou um período de mudanças no modelo econômico vigente, além de passar por uma transição ou evolução dentro desse mesmo modelo, com o advento da Segunda Revolução Industrial. Além disso, outro fator evidente está na distância temporal de vivência e desenvolvimento teórico de Karl Marx, que nasceu em 1818, ou seja, quase 35 anos após o nascimento de Thünen, que em 1826 já trazia a teoria do “Estado Isolado” e que, em 1830, recebeu da Universidade de Rostock um doutorado honorário pelas suas contribuições teóricas. No entanto, o fato é que Thünen, assim com Marx, evoluiu suas hipóteses, principalmente nos últimos anos de vida, apreendendo os contrastes que ocorriam em um determinado território e o que isso poderia repercutir em seu modelo de análise, como veremos mais a diante.

Logicamente, é possível compreender os limites apresentados perante da teoria do “Estado Isolado”, como nos coloca Oliveira (2016). Todavia, observamos que a teoria de Thünen nos permite analisar ainda hoje as relações de produção agrícola em certos contextos. Podemos dizer que, assim como Marx, o mesmo contribuiu para um avanço nos estudos de produção e mercado consumidor, e que por isso apresentam sim relevância, do mesmo modo que teorias de Marx, que sempre são revisitadas e discutidas. Ao lado disso, uma simples busca bibliográfica nos mostra que Thünen e suas teorias possuem relevância em diversas áreas de pesquisa podendo, portanto, ser utilizadas para explicar diversas situações no que tange o cotidiano do planejamento e da produção agrícola de alimentos. Torna-se relevante lembrar que Thünen desenvolveu a sua teoria de forma técnica, uma vez que não chegou a terminar sua graduação, embora tenha sido reconhecido ainda em vida pela sua “qualificação social” recebendo um doutorado honorário quatro anos após a publicação de seu modelo (EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008). A aproximação com o modelo desenvolvido por Thünen nos permite, portanto, analisar a geografia agrária no seu contexto de experiências. Em primeiro lugar destacam-se os elementos inseridos na teoria do “Estado Isolado” (proposto em 1826), tendo em vista ser esta uma forma de pensar o centro consumidor e a disposição espacial da produção de alimentos em seu entorno.

Nesta linha, a respeito da teoria do “Estado Isolado”, Leo Waibel (1979, p. 107) chama a atenção para o fato de se “saber até onde a concepção do “Estado Isolado” é um conceito puramente abstrato e até que ponto se fundamenta em realidades concretas”. Independente da adoção de cultivos, Thünen observou, por exemplo, que o preço dos cereais para todo o país é atribuído na cidade, restando ao campo um preço menor, devido ao custo do transporte. Ou seja, quanto maior a distância da cidade (ou mercado), concomitantemente eleva-se o preço do transporte e de forma inversa, cai o preço do cereal na propriedade. Deste modo, diante dessa

espacialização da “influência que os preços dos cereais exercem na agricultura”, Thünen vai pensar na concepção do “Estado Isolado” (Waibel, 1979, p. 107).

Waibel (1979) a respeito da teoria de Thünen destaca que:

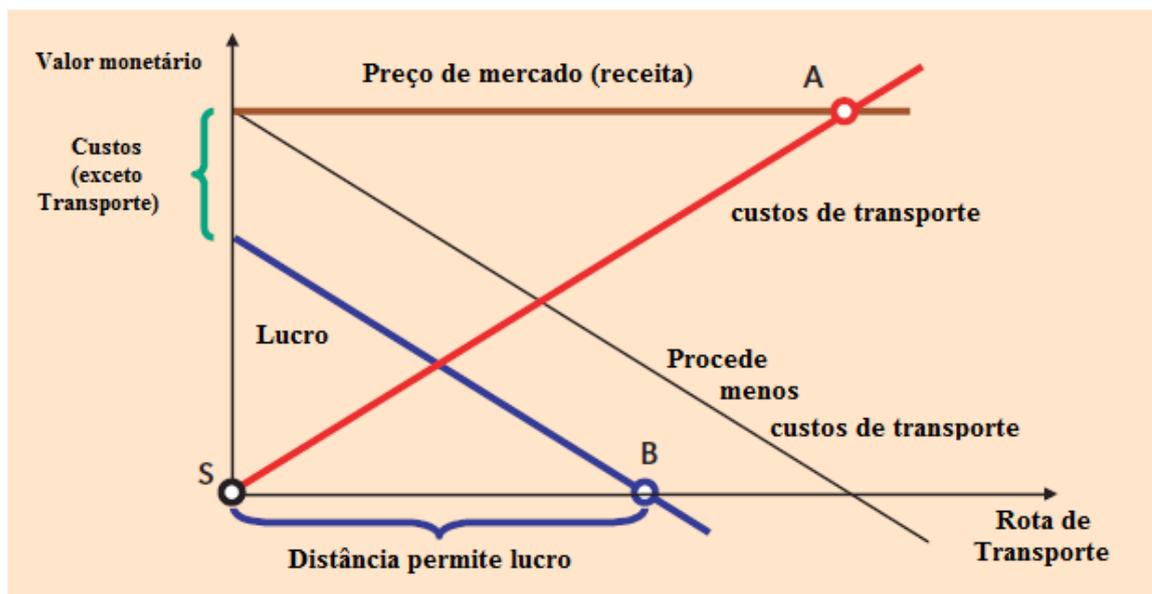
O “Estado Isolado” é uma abstração da natureza espacial, natural e econômica. A abstração espacial consiste em que este Estado tem uma forma circular e que estaria completamente isolado do restante do mundo por uma floresta impenetrável. Daí o nome de “Estado Isolado”. A abstração natural consiste em que este Estado esteja localizado numa planície de solo absolutamente uniforme, com condições climáticas invariáveis e que não apresente águas navegáveis. A abstração econômica finalmente é a seguinte: a população deste Estado pratica a agricultura e a silvicultura segundo os métodos da Europa Central; o seu nível cultural é igual em toda a parte e tão desenvolvido que se pode passar sem dificuldade de um sistema de atividade para outro. Todas as propriedades agrícolas são do mesmo tamanho, sendo inteiramente exploradas não com o intuito de uma economia natural, mas de uma economia de intercomunicações que trabalha para um mercado. Todos os transportes das propriedades agrícolas para este mercado são realizados através de estradas axiais. (WAIBEL, 1979, p. 103-104)

Nesse modelo, os produtos com menor custo encontram-se mais próximos do centro consumidor, e os produtos com maior custo de transporte ficam na “borda do anel”, ou seja, mais afastados do centro consumidor. Ao mesmo tempo, existe uma concentricidade formada ao redor da cidade, sendo possível distribuir as áreas de produção conforme o grau de perecimento e o custo por distanciamento do mercado consumidor, o que Thünen vai distinguir em seis tipos e chamar de “anéis agrários”. De certo modo, Thünen esperava que a localização dos cultivos produzidos em uma área específica poderia otimizar o uso da terra, além de reduzir custos de transporte. (Idem, 1979).

Ao observarmos a Figura 6 - Relação entre preço de mercado (receita), distância de transporte, custos e lucro, percebe-se que Thünen tentou visualizar quais seriam os possíveis entraves no que diz respeito aos usos agrícolas em um local de produção, no intuito de definir o modo mais econômico. Nessa perspectiva, ele trabalhou com uma relação de quatro fatores (receita; distância de transporte; custos e lucro), que podem influenciar a produção e até o seu modo. Para entendermos a Figura 6, levemos em conta que essa “matemática” se expressa de forma gráfica com o “**Valor monetário**” X “**Rota de Transporte**”, onde a localização da cidade é representada pelo ponto “S” (o mercado consumidor), assim os custos de transportes estariam atrelados a um limitador que é o preço de mercado, denominado como ponto A. Já o ponto B é matematicamente a situação em que em seu limite ainda permite existir um lucro para o agricultor. Ou seja, quanto maior a distância, mais próximo se chega ao limite do lucro sobre uma produção. Essa relação de preço de mercado (receita) + (custos totais) e distância

(que permite lucro), vai condicionar as relações de produção para o agricultor. Como o gráfico nos mostra, se o preço de mercado “A” for baixo e somado ainda existir um lucro alto de transporte, essa relação vai ultrapassar o ponto “B”, dificultando a existência de lucro para o agricultor. Temos que observar também que, o item do gráfico “Custos (exceto Transporte)” representa uma parte dos custos do agricultor, que devem ser consideradas para somar ao custo do transporte. Temos em vista que a produção não se resume apenas a um dos fatores, ela depende também de custos como insumos, mão de obra, entre outros. Desse modo, podemos observar que, à medida que vai se distanciando a produção da cidade (linha vermelha), os custos de transporte tendem a se elevar, aumentando a queda do lucro (linha azul) (EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008).

Figura 6 - Relação entre preço de mercado (receita), distância de transporte, custos e lucro



Fonte: EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008. Adaptado pelo autor.

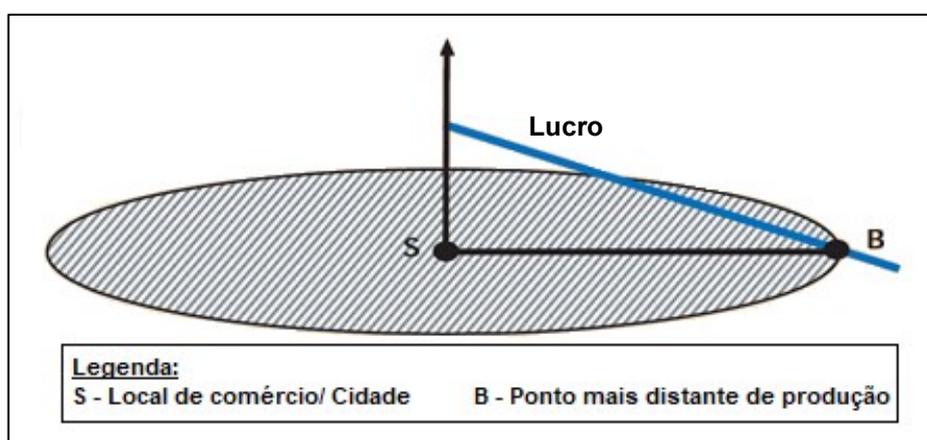
Ao pensarmos no lucro, no tocante aos custos de produção inseridos nesses custos, encontra-se a mão de obra, que segundo Thünen vai se tornando mais escassa à medida que se distancia da cidade, ocasionando uma maior exploração, fazendo com que essa mão de obra se torne mais extensiva. O Instituto Thünen⁹ observa que, como um reformador social, além de pensar a produção sobre a terra, Thünen se preocupou com a renda dos trabalhadores no campo e do mesmo modo levantou a questão dos “salários naturais”. Nesse ínterim, torna-se importante lembrar que o período em que Thünen está vivenciando as transformações em sua

⁹ Trata-se de um instituto de pesquisa da divisão do Ministério Federal da Alimentação e Agricultura da Alemanha (BMEL), sendo um órgão responsável por trabalhar no aconselhamento de investigação e política em áreas rurais, agricultura, florestas e pescas (BMEL, 2022).

propriedade agrícola e refletindo sobre seus diversos aspectos, a região de Mecklenburg ainda vivenciava um período de servidão. Neste contexto, Thünen já vinha, portanto, refletindo sobre a necessidade de os trabalhadores do campo receberem uma justa remuneração por seus serviços. Em conjunto, as mudanças no contexto econômico da época culminaram nos acontecimentos políticos da primavera de 1848¹⁰, sendo que Thünen em abril desse mesmo ano, colocou em vigor seu modelo de participação nos lucros, há muito planejado para os trabalhadores de Tellow. Tal iniciativa adquire relevância histórica uma vez que foi retomada posteriormente no desenvolvimento de alguns pontos da previdência social alemã (BMEL, 2022). Por outro lado, se deslocarmos o olhar para as Américas, temos que nesta mesma época o sistema econômico do sul dos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo, ainda se encontravam baseados no trabalho escravo.

Voltando ao olhar para a relação distância e tipo de produção exposto por Thünen, o mesmo estabelece que, quanto mais distante do centro consumidor a propriedade produtora se encontra, esta deve se especializar em produzir gêneros que utilizem de menor custo de produção. O intuito está, portanto, em compensar a distância oferecendo ao mercado um produto de baixo custo. Em contrapartida, é preciso observar que existe um limite, de tal modo que, existe uma distância máxima que a produção deve estar do centro consumidor. Da mesma maneira, é preciso determinar o que pode ou não ser produzido entre determinadas distâncias X e Y. Portanto, foi considerando tal esquema organizacional que Thünen concebeu o esquema dos anéis ou círculos de produção (EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008).

Figura 7 – Anel ou círculo de Thünen

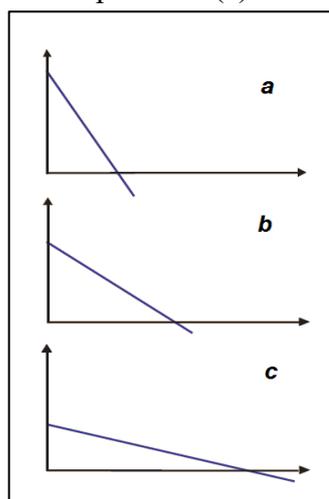


Fonte: EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008. Adaptado pelo autor.

¹⁰ As Revoluções Liberais tiveram início em março de 1848 e ocorreu até 1849. Essas Revoluções aconteceram nos Estados alemães e, eclodiram na Europa — foram uma série de protestos coordenados e rebeliões nos Estados da Confederação Germânica, incluindo o Império Austríaco, e teve dois principais objetivos: um sistema unificado alemão (Estado-nação) e segundo, a introdução de liberdades civis.

A importância da contribuição teórica de Thünen encontra-se, justamente, em pensar a relação entre espaço/local de produção e espaço/local de consumo. Tal noção está representada na Figura 7 – Anel ou círculo de Thünen (esta imagem é uma extração do gráfico anterior (Figura 6) diante da relação de (S) com (B). Ao expressar a distância em relação a produção de um determinado gênero, sendo produzido em uma propriedade rural e o seu limite de uma possível geração de lucro (B), cria-se matematicamente um dos círculos de Thünen. De forma concêntrica a este primeiro círculo, é possível gerar outros círculos, que perpassam pelo primeiro, mas que tomam uma distância maior, podendo originar círculos concêntricos para a produção de outros gêneros, chegando ao seu limite, a partir do momento que os custos com transporte, atinja uma situação de não deixar gerar mais lucro, gerando prejuízo da produção. Precisamos apontar também que cada tipo de cultivo vai determinar sua relação com custos de transporte e produção, como nos exemplos hipotéticos da Figura 8, onde podemos representar possíveis curvas de lucro, para exemplos como: vegetais (a), madeira (b) e pecuária (c), ou seja, cada cultivo a depender da sua relação ou até mesmo influência com o mercado consumidor, vai gerar uma variabilidade (maior ou menor) na curva de lucro (EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008).

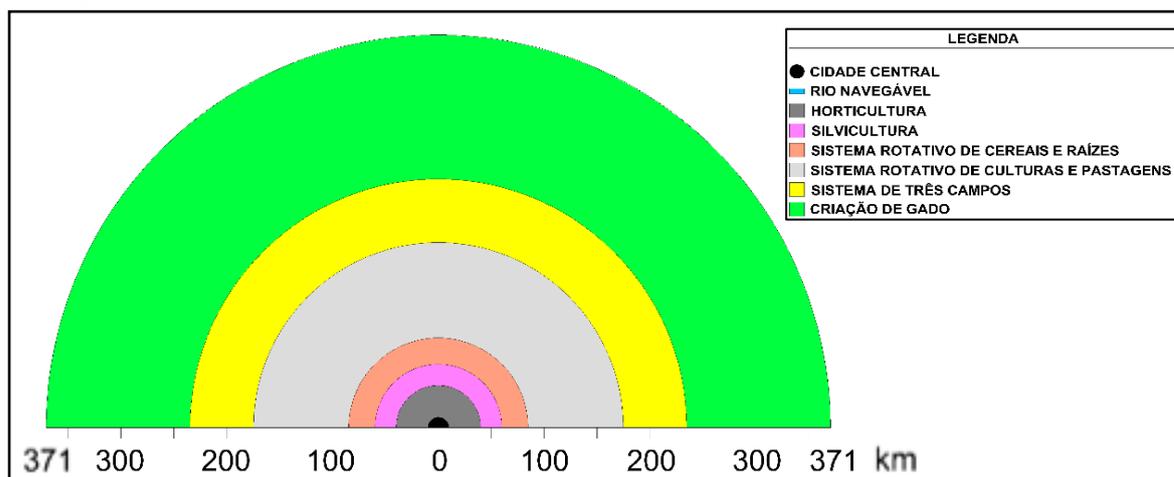
Figura 8 – Representação hipotética das curvas de lucro para vegetais (a), madeira (b) e pecuária (c)



Fonte: EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008. Adaptado pelo autor.

Assim, analisando o modelo proposto por Thünen, diante do exposto por Leo Waibel (1979), podemos observar que no centro temos a cidade ou o mercado e tudo girará em torno desse lugar (ver Figura 9).

Figura 9 – Desenho esquemático do modelo da teoria do “Estado Isolado” de Thünen



Fonte: WAIBEL, 1979. Adaptado pelo autor.

Esclarecendo o que está representado na Figura 9, temos inicialmente o ponto “0” (zero) – o pequeno meio círculo destacado em preto na imagem acima – que representa a cidade/Estado ou o próprio mercado. Conforme mencionado anteriormente, diante dessa região ocupada, foram estabelecidos seis sistemas agrícolas, distinguidos pelas seis faixas expostas nessa imagem. Na sequência, é possível acompanharmos como Waibel (1979) descreveu as seis faixas apresentadas por Thünen:

Na faixa mais interna, aparecem os produtos que não podem suportar transporte de longa distância, como verduras, frutas, flores e leite. Como o adubo suficiente pode ser trazido da cidade, a economia é muito intensiva. Não é necessária a rotação de culturas. Prevalece a livre economia dos hortelões.

A segunda faixa do Estado Isolado destina-se à silvicultura, o que pode parecer estranho do ponto de vista moderno. Entretanto, sendo tanto a lenha quanto o material de construção muito volumosos e dispondo-se apenas de carros e carroças para transportá-los, é perfeitamente natural que as florestas devam ficar perto da cidade. Realmente, nos tempos medievais grandes florestas eram conservadas em torno das cidades não beneficiadas pelo transporte fluvial, como Aachen (Aix-la-Chapelle) e Nuremberg.

Na terceira faixa estabelece-se uma forma intensiva de agricultura: um rodízio de colheitas de cereais e de raízes. As colheitas de grãos resultam da semeadura de cereais no outono (neste caso são denominadas “colheitas de inverno”) ou na primavera; são chamadas, também, “colheitas de palha”. Colheitas de raízes ou de folhas são as de beterraba, nabos, batatas, etc., que não são semeados, mas plantados em fileiras. São frequentemente limpas com enxada e exigem muito mais trabalho do que os cereais. No sistema rotativo de raízes e cereais dá-se muita importância às plantas forrageiras para a criação do gado; este sistema, de origem inglesa, foi introduzido no continente europeu no início do século XIX, quando a população cresceu em consequência da industrialização. O adubo é aplicado uma vez por ano.

Na quarta faixa, a agricultura torna-se menos intensiva. Aparecem as pastagens e as terras de pousio, ambas inexistentes nas faixas precedentes, e

observa-se o chamado sistema de pastagens e culturas, *fieldgrass system*, no qual as colheitas se alternam com os pastos (e pousio) em um processo muito complicado. Thünen, em sua própria fazenda, usou o seguinte sistema rotativo, de sete anos: centeio, cevada, aveia, pasto durante três anos e pousio no último. Esta faixa abrange uma área superior à ocupada pelas de n.ºs 2 e 3.

Na quinta faixa, nota-se o famoso e antigo sistema de três campos (*three field system* ou rotação trienal), o qual outrora se estendia por toda a Europa atlântica. As terras de uma comunidade eram divididas em três secções iguais, chamadas *open fields* em inglês e *Zelgen* em alemão.

[...]

Na sexta faixa não se podem cultivar cereais porque o transporte para o mercado da cidade é de custo elevado demais. Contudo, os fazendeiros ainda acharão lucrativa a criação de gado nas pastagens. Também a manteiga pode ser fabricada e transportada desta zona à cidade, com lucro, em virtude do pequeno volume e grande valor deste produto. Entretanto, o principal produto é o gado de corte transportado ao mercado. Esta faixa termina a 371 quilômetros da cidade. Além desta distancia, a criação de gado não compensa. Nas regiões incultas, quase inabitadas, haverá somente caça; as valiosas peles podem ser trazidas de grandes distâncias e transportadas com facilidade. (WAIBEL, 1979, p. 137-139, grifo nosso).

Cabe destacar que, diante da Teoria de “Estado Isolado” de Thünen, um dos pontos fundamentais está em maximizar o lucro dos agricultores. Em complemento, considera que algumas características seriam padronizadas, como os terrenos da área estudada, que apresentam semelhanças em seu tamanho, por exemplo. Ao lado disso, a região natural no entorno da região cultural (cidade) constituiria uma área desocupada (compostas de pastos e ou áreas desmatadas para o cultivo). O transporte, por sua vez, ocorreria diretamente do agricultor até o mercado consumidor (lembrando que, no início da primeira metade do século XIX, o transporte ainda era realizado por carroças). Assim, a cidade seria autossuficiente (sem influências externas ou de outras cidades dentro do Estado) (WAIBEL, 1979).

Considerando os aspectos apresentados até aqui do modelo proposto por Thünen, Waibel ressalta que o mesmo usou do método dedutivo e indutivo, ou seja, iniciou com deduções a respeito da problemática, mas que com o tempo através de observações e o emprego de muitos métodos matemáticos-algébricos, tentou aproximar ao máximo da realidade.

Em termos de entendimento, primeiramente, sabemos que é preciso considerar que os produtores agrícolas não conseguem definir os parâmetros de produção e de consumo sozinhos. Isso ocorre pois, cada vez mais, sua prática vem apresentando a necessidade de implantação de políticas públicas, de incentivos e de um mercado consumidor disposto a pagar por sua produção. Somado a isso, temos a noção de que um relevo de um determinado lugar não é “puramente” plano, já que o nosso planeta - tanto em escala micro como macro – possui uma

formação geomorfológica cheia de pluralidades. Nesse sentido, fica evidente que existe um limite na teoria estabelecida, pois um “Estado Isolado” tornaria impraticáveis as relações de produção e consumo. Sobre este debate, Milton Santos (2014) afirma que a formação do espaço é resultado de diversos fatores, “modificadores”, sejam eles naturais ou culturais, além de fatores externos em diversos âmbitos (cultural, político, econômico, etc.) que igualmente influenciam a formação de uma sociedade.

No entanto, se considerarmos as características atuais das grandes cidades – insere-se aqui, logicamente, nosso contexto de pesquisa – e, independentemente da situação colocada na teoria de “Estado Isolado” ou de uma região perfeita em questões físicas (lugar plano, com clima que não prejudique os cultivos, etc.), entendemos que perfeitamente possível utilizar as ideias de Thünen para analisar as distâncias da produção de alimentos dos grandes centros e o que isso influencia na vivência das pessoas nas cidades. Nos parece evidente que, com o aumento das populações em nossas cidades, principalmente após o êxodo rural¹¹ vivenciado no Brasil a partir da segunda metade do século XX, tornou-se fundamental repensar não apenas o abastecimento das cidades. Com abastecimento estamos querendo dizer, mais precisamente, a produção em si e, em conjunto, a emergência de debates públicos que da necessidade de locais de produção de alimentos próximos das cidades. Essa proximidade pode, ainda, amenizar os problemas de desemprego tão comum nas áreas urbanas, uma vez que a produção agrícola para abastecimento alimentar gera diversos postos de trabalho, desde o cultivo em si até o transporte para os espaços de comércio.

Ao desenvolver sua teoria, Thünen criou um modelo que pode ser considerado para pensar diferentes espaços. Por isso elegemos seu modelo para pensar os aspectos produtivos e de distribuição da Grande Florianópolis e sua área conurbada. Assim, é possível observar a constituição do modelo e realizar diversas associações e analogias com nossa situação. Thünen tinha consciência da complexidade envolvida na criação de um modelo, e com isso o desenvolveu com um padrão mínimo que é capaz de ser adaptado a diferentes ambientes geográficos e ou sociedades (EHRICK; BERKENHAGEN; EBELING, 2008).

¹¹ De acordo com Rosa Marim: “Os países da América Latina experimentaram nos pós Segunda Guerra Mundial profundas transformações demográficas e na distribuição espacial da população. Atribuiu-se o vertiginoso crescimento populacional dos anos 1950, de um lado, à queda da taxa de mortalidade, acentuada graças aos progressos obtidos na medicina e, de outro, à queda da taxa de natalidade que mostrou decréscimos maiores, refletindo no crescimento vegetativo.” [...] “No Brasil, de 1970 a 2000, ocorreu a diminuição da população rural tanto relativa (44% para 18,8% do total) quanto absoluta (41,1% para 31,8%), sendo que o êxodo foi mais intenso após a década de 1970 (MARIM, 2010. p. 209-210).

1.2.3. A teoria de Thünen diante da realidade

Ao analisar e discutir o modelo de “Estado Isolado”, Leo Waibel (1979) reporta-se a uma consideração do mesmo feita pelo próprio Thünen, posterior a publicação da teoria. Nesta observação complementar a ideia de comparar o Estado Isolado aos Estados/Países existentes não corresponde, em sua totalidade, ao que se pode encontrar no contexto real. Observa, Thünen, que o que ocorre, de fato, é que:

- Nenhum país possui o seu solo/relevo idêntico em sua estrutura física ou no que tange a fertilidade;
- Praticamente toda cidade importante estará a margem de um rio ou canal navegável e;
- Os territórios dos países não possuem somente uma cidade, pois há outras menores espalhadas pelo mesmo.

De todo modo, Waibel (1979, p. 109-110) destacou que Thünen já percebia os limites da teoria do “Estado Isolado”:

Aos contemporâneos de Thünen, o “Estado Isolado” parecia uma especulação teórica sem qualquer significação real e, atualmente, ouve-se muitas vezes a observação de que as condições atuais de comunicações tenham apagado os anéis de Thünen, que não mais existem. Isto é um completo desconhecimento da situação real. O “Estado Isolado” na verdade nunca existiu, como o próprio Thünen frisava claramente; ele é apenas um princípio, uma hipótese de trabalho, que deve contribuir para o esclarecimento da verdade. Este princípio terá sempre grande significação enquanto houver diferenças no custo dos transportes e uma agricultura orientada segundo as exigências dos mercados.

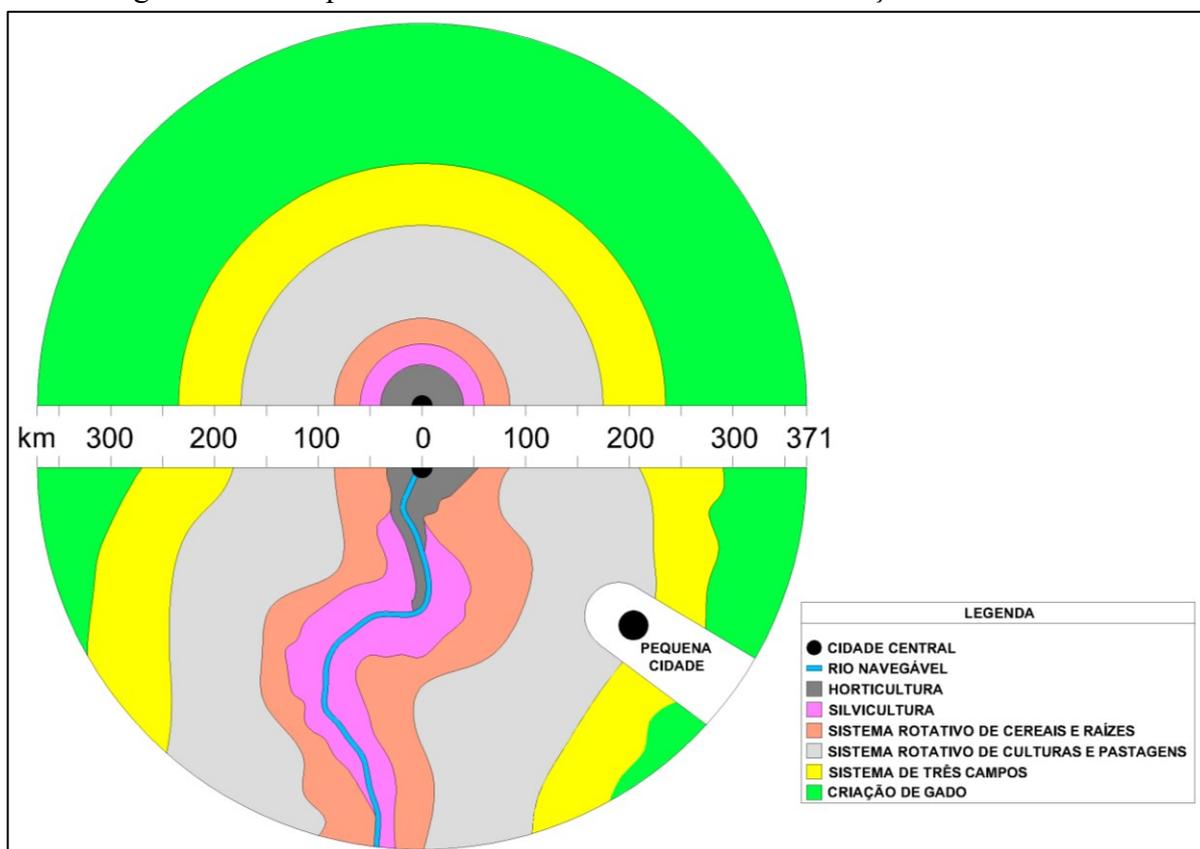
Com a percepção de Thünen diante dos limites de seu modelo foi possível, segundo Waibel (1979, p. 110), estabelecer novos parâmetros para pensar a produção agrícola e seu mercado consumidor, bem como, adicionar outros elementos que ampliam sua aplicabilidade nos esforços para pensar e problematizar as nuances que se desenham a partir das modificações que os espaços experimentam:

A área necessária para a obtenção dos produtos determina, em primeira linha, o valor dos mesmos e assim o local de produção. Produtos com pequena exigência de área cultivada são produzidos nas proximidades dos mercados, enquanto aqueles que necessitam grandes áreas são produzidos longe dos mesmos. Isto significa, portanto, uma troca de causa e efeito quando, na diferença de valorização, também se considera a organização da produção [...].

Nesse sentido, Waibel (1979) observou ser possível deduzir que o lucro estaria atrelado a outros fatores. Além disso, como veremos, foram as próprias observações concretas daquilo que propõe o seu modelo que levaram Thünen repensar as variáveis e as estruturas dos círculos.

A seguir podemos observar um exemplo esquemático do comparativo entre a teoria do “Estado Isolado” e a realidade diante das “Condições modificadas”.

Figura 10 – Comparativo do “Estado Isolado” e das “Condições Modificadas”



Fonte: WAIBEL, 1979. Adaptado pelo autor.

Na construção desse novo olhar (Figura 10) para a teoria, Waibel (1979, p.139-140) vai mostrar que Thünen busca comparar o Estado Isolado aos Estados e países reais (repensando sua teoria):

[...] Primeiro: não há país cujo solo tenha, em toda a extensão, a mesma fertilidade e idêntica estrutura física. Segundo: não existe cidade importante que não esteja a margem de um rio ou canal, navegáveis. Terceiro: todos os países de área considerável têm, ao lado da capital, muitas cidades menores espalhadas por todo o território.

[...] Thünen mostra como a situação da capital do Estado à margem de um grande rio muda a conformação das faixas e como uma cidade menor desenvolve uma área sob sua própria influência [...].

Quanto ao rio, supõe-se que o custo do transporte fluvial seja apenas 1/10 do terrestre. Em consequência, as faixas de horticultura, silvicultura e de cultura alternada de cereais e raízes se estendem ao longo do rio, para montante, prolongando-se a última até os limites do Estado. A faixa do sistema alternado de pastagens e culturas amplia-se grandemente e ocupa a maior área do

Estado. Por outro lado, o sistema de três capôs e a criação de gado definham e finalmente desaparecem.

Uma cidade menor, situada na área do sistema de pastagens e culturas, a certa distância da capital principal, tende a desenvolver seu círculo de influência. Entretanto, o preço do cereal, em sua esfera de influência, é ainda determinado pelo preço na cidade maior.

[...]

O segundo volume do livro de Thünen somente apareceu em 1850. Nele, o autor considera também os novos meios de comunicação ferroviária [...]

Apresentando essas observações, ainda segundo Waibel (1979), evidencia-se que houve a percepção por Thünen de enxergar na sua teoria o lado prático. Percebemos que essa construção teórica de Thünen foi além da preocupação com o lucro, demonstrando que esse embasamento teórico nos faz pensar não somente sobre a questão do lucro nos dias atuais, mas na relevância, no que tange a concorrência ou pressão que as cidades e as atividades agrícolas sofrem diante dos agentes capitalistas e suas ações.

1.3 A EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE O USO DA TERRA NA ECONOMIA POLÍTICA

Os debates e reflexões sobre os usos da terra ganharam espaço entre outros intelectuais dos séculos XVIII e XIX. Entre esses pensadores destacamos aqui o economista britânico David Ricardo (1772-1823) que desenvolveu a chamada “teoria da renda da terra”, em seu livro intitulado como Princípios da economia política e tributação (*Principles of political economy and taxation*), publicado em 1817 (e reeditado em 1819 e 1821). Nesta teoria, Ricardo aborda as relações existentes entre aquele que é proprietário da terra e aquele que faz uso dela para produção agrícola (arrendatários, neste caso), com o intuito de compreender como ocorre o lucro da produção e quais são os custos de produção, considerando para isso a fertilidade do solo. Partindo desse pressuposto, ele supõe que, as terras de um país podem ser díspares devido a sua fertilidade natural e as suas distâncias em relação ao mercado consumidor. Logo, há uma

Figura 11 – David Ricardo



Fonte: UCL¹²

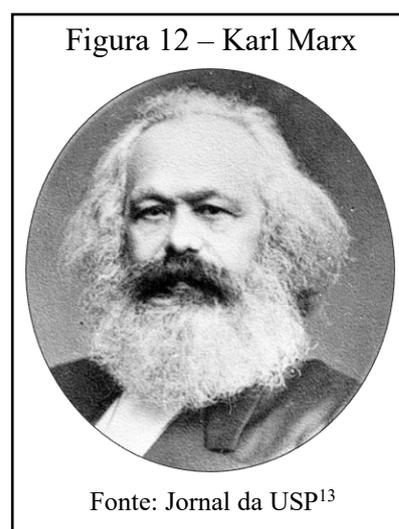
¹²Disponível em: https://www.ucl.ac.uk/economics/sites/economics/files/styles/medium_image/public/ricardo-picture.gif?itok=arDtyNYv. Acesso em: 17 de julho de 2022.

noção de produtividade agrícola relacionada a uma fertilidade decrescente e uma escassez de recursos naturais.

Nesse sentido, é reconhecido que as terras mais férteis estariam primeiramente ocupadas e estariam mais próximas do mercado consumidor, além de terem um custo de produção menor, usufruindo de uma maior produtividade e menores custos de transporte – como foi igualmente percebido por Thünen. Porém, ao aumentar a demanda por produtos agrícolas, na visão de David Ricardo, é necessário aumentar a produção em terras férteis, mesmo que estas estejam localizadas a uma maior distância dos centros consumidores (RICARDO, 1982).

Dessa forma, o lucro líquido vai figurar em um patamar cada vez menor na relação distância/fertilidade (versus) mercado consumidor. Como resultado, os produtos que se beneficiarem de terras mais férteis e próximas do mercado, apresentariam um índice menor de custos com uma produtividade maior, podendo se apropriar de uma renda extraordinária, ou maiores lucros (líquidos). Isso ocorre, ao passo que o preço de mercado é influenciado pelo produtor que produz na terra mais distante e menos fértil. Em outras palavras, o preço é em relação ao produtor menos competitivo, apesar que esse também é necessário e importante para atender ao mercado, uma vez que, a disponibilidade de terra é limitada, existe escassez e, ainda mais, se pensarmos as regiões urbanas como a área conurbada da Grande Florianópolis e os municípios próximos (Idem).

Outras contribuições teóricas sobre a renda da terra podem ser obtidas empregando aspectos discutidos no trabalho “O Capital” (*Das Kapital*) de Karl Marx especialmente considerando sua abordagem sobre os modos de produção capitalista. De tal modo, podemos ampliar o debate sobre a teoria de “renda da terra” estabelecendo um diálogo com a geografia agrária, de modo a inserir na análise as contribuições da “renda diferencial I e II” e “da renda absoluta”. Tal ponto é aqui relevante uma vez que, considera-se que em nossas cidades existe a concorrência das formas de uso do solo, em meio as expansões que o espaço urbano recebe. Sendo assim, analisar alguns pontos da teoria e alguns conceitos marxistas, convêm para uma melhor compreensão de como os interesses do capital (principalmente o mercado imobiliário) subordinam a renda da terra a seu interesse. Assim, em vista da remuneração da terra ao seu



¹³Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/atualidade-do-pensamento-de-marx-e-tema-de-debates-na-usp/>. Acesso em: 17 de julho de 2022

proprietário diante de sua utilização, conforme colocado por Marx, e o reconhecimento da propriedade privada, frente as relações que envolvam a sociedade capitalista, é preciso compreender que o capital, cada vez mais, subordina a renda da terra aos interesses sobre o lucro (MARX, 1984).

Se consideramos o período de análise empreendido pela teoria marxista, temos um momento em que a Revolução Industrial e as transformações por ela ocasionadas, onde as grandes propriedades de origem feudal e as pequenas propriedades camponesas são cada vez mais subjugadas pelas propriedades burguesas da terra. Sucessivamente, uma parcela crescente das terras latifundiárias e camponesas transferem-se para a propriedade dos bancos, da burguesia rural, dos industriais, comerciantes e usurários. Portanto, observa-se que não é exclusivamente na indústria que o domínio do capitalismo está atrelado, mas do mesmo modo está presente nas atividades relacionadas a agricultura. Com isso, entende-se que tanto em zonas rurais, como nas cidades, uma significativa parcela das terras encontra-se concentrada nas mãos de grandes proprietários de terra ou dos agentes imobiliários. Portanto, tem-se que o modo de produção agropecuário mercantil fica atrelado as empresas e conglomerados capitalistas. Mas, em contrapartida, boa parte dos alimentos frescos que consumimos são predominantemente produzidos pelos camponeses modernos e as pequenas economias mercantis. (CARIO; BUZANELO, 1986)

Quando tratamos de atividades agrícolas, de modo geral, associamos tais atividades com propriedades rurais. Em conjunto, parte-se de um pressuposto que a vida e a estrutura no meio rural é algo mais simples, se comparado a vida dita “moderna” que se desenvolve no meio urbano. Considerando essa noção recorrente e perante de um olhar filosófico/sociológico de Henri Lefebvre, sabemos que a agricultura precedeu a indústria e, conforme a sociedade humana vai se desenvolvendo, principalmente no pós-revolução industrial e diante da aceleração do crescimento das cidades, o espaço rural também passa por importantes e significativas mudanças, percebe-se no que Lefebvre vai chamar de “oceano de produção agrícola” que rodeiam “continentes e ilhas de vidas urbanas e de produção industrial”. Diferentemente da indústria moderna, o espaço rural possui uma complexidade muito mais significativa, já que no modo de produção rural podemos encontrar técnicas e estruturas que remontam o período medieval e, esse mesmo espaço pode dialogar com o que há de mais moderno de uma colheitadeira do século XXI. Da mesma forma, essa característica está presente em todas as partes do globo, independentemente de ser o país com o maior ou o menor PIB per capita do planeta. (LEFEBVRE *et al.*, 1983, p. 11).

Refletindo sobre algumas implicações teóricas sobre produção agrícola, entende-se que, à primeira vista, a teoria de Marx e Engels da renda da terra “é particularmente complexa e difícil”. Contudo, como já mencionado, tal teoria nasceu no contexto industrial inglês, e dentro do pensamento clássico da economia inglesa considerando que, na época, somente na Inglaterra existira um modo de produção que separava a renda da terra do benefício e interesse, ou seja, o proprietário da terra, não era o real produtor sobre a terra. Para tanto, foi diante dos estudos realizados por James Anderson, Thomas Malthus, Adam Smith e David Ricardo, que Marx pôde aprofundar e desenvolver a sua teoria. Mas principalmente pautando-se sobre os estudos realizados por Ricardo, que Marx conseguiu desenvolver os debates sobre a renda diferencial, partindo da crítica sobre a produtividade decrescente do solo. (LEFEBVRE *et al.*, 1983, p. 20).

Diante desse pensamento de Ricardo, Marx vai observar que, de acordo com as classes sociais, igualmente ocorre uma distribuição desigual do lucro (LEFEBVRE *et al.*, 1983). Analogamente, Cario e Buzanelo expõem que a renda da terra não se reduz a simplesmente dizer que essa se constitui na “remuneração que o proprietário da terra arrecada pela sua utilização”. Mas que é preciso trazer para o diálogo dessa teoria “o reconhecimento da importância da propriedade privada”, a inserção de tecnologias diante das relações de produção, além da valorização e acumulação capitalista, onde cada vez mais a hegemonia capitalista privilegia os interesses envolvidos a própria renda da terra (CARIO; BUZANELO, 1986, p. 32).

Os economistas clássicos, dentre eles estão Smith e Ricardo, abordaram tais estudos teóricos dentro de uma relação mais técnica. No entanto, Cario e Buzanelo ainda observaram que os autores clássicos “confundiram teoricamente a relação entre preço e valor” (Idem). Ricardo vai pensar numa renda adquirida como taxa de juros sobre um capital investido, onde a acumulação capitalista pode diminuir, pensando no fato de que parte do lucro dos agricultores (capitalista agrícola) é direcionado ao proprietário da terra (ARAÚJO JÚNIOR, 2020, p.706). Por outro lado, a vertente marxista conseguiu enxergar as relações sociais existentes dentro de uma sociedade mais desigual, “fundamentalmente associada ao monopólio da propriedade privada e da apropriação decorrente do processo de distribuição de mais valia social gerada no capitalismo” (CARIO; BUZANELO, 1986, p. 32). Nesse sentido, para Marx a renda da terra não resulta do lucro sobre a produção, mas sobre um pagamento para o uso da terra a ser explorada. Desse modo a terra constitui uma mercadoria que passa a ter valor e influenciar as relações de produção (ARAÚJO JÚNIOR, 2020).

Ao refletirmos sobre o capitalismo e sua atuação no campo (meio rural), temos que o capital pode apropriar-se do trabalho e do mesmo modo pode apropriar-se da terra, uma vez

que os negócios de capital submetem a terra aos seus interesses, tornando a terra algo dependente das relações de produção desenvolvidas na indústria e, com isso, passando a constituir-se como “o local onde ocorre o processo de produção”. Logo, ainda que a terra não se componha um fruto do trabalho humano, ela torna-se uma ferramenta para que a força de trabalho exerça sobre ela alguma atividade, tornando-se assim parte de uma mercadoria com viés capitalista (CARIO; BUZANELO, 1986, p. 32). Apresentando essa situação da terra e pensarmos nela não somente no campo, mas dentro também do espaço urbano, podemos trazer dois aspectos quanto ao uso da terra: a propriedade privada e a renda da terra (ARAÚJO JÚNIOR, 2020).

Ao lado disso, fica perceptível que o capitalista paga um salário pela mão de obra e para o uso da terra. Ambos, mão de obra e terra se transformam em mercadoria na engrenagem do sistema capitalista. O capitalista pode forçar uma maior produção sobre uma mesma mão de obra e além disso pode fazer o mesmo sobre a terra, claro que, em parte, essa maior exploração depende de tecnologia a ser empregada. Está claro que, para Marx, a renda da terra decorre em suma importância da “mais-valia” e sua relação social. Contudo, existem duas formas de renda da terra. A primeira é quando um proprietário de terra é o próprio produtor capitalista e nesse caso busca por uma extração de lucro sobre o trabalho excedente. Apesar disso, neste caso a renda sobre a terra não deixa de existir, mas pode ser combinada a renda obtida sobre a mão de obra. No segundo caso, temos o proprietário, o capitalista e o trabalhador. Onde o proprietário dá concessão de uso de suas terras para que um capitalista explore a mão de obra, e por conta disso recebe uma renda por essa concessão (CARIO; BUZANELO, 1986).

1.3.1. A renda diferencial

A produtividade que é gerada pela força trabalho humana (mais-valia) diante da transformação de algo natural em algo que possa ser necessário para o uso/consumo humano é denominada por Marx como “Renda Diferencial”. Para Marx, há uma distinção dentro dessa teoria, onde a mesma pode ser chamada de Renda Diferencial I, quando não dependente de um progresso técnico, e de Renda Diferencial II, quando existe progresso técnico e ocorre um desenvolvimento científico e tecnológico sobre as forças produtivas no campo. Apesar desta distinção, ao considerarmos a teoria da renda diferencial dentro do modelo marxista, devemos destacar que em ambas se observa a permanência do ponto central, que é o lucro, que pode se caracterizar como suplementar ou extraordinário. Em conjunto, tem-se que o “sobrelucro”, tende a permanecer totalmente para o proprietário da terra (CARIO; BUZANELO, 1986).

Destaca-se, ainda, que a Renda Diferencial I depende das características naturais do solo e sua relação com a capacidade de fertilidade, além da relação com as vias de comunicação e os mercados, ou seja, está relacionada as diferenças no grau de fertilidade do solo e a localização das áreas de terra em relação aos mercados de venda (LEFEBVRE *et al.*, 1983). Sendo assim, sob esse mesmo ponto de vista, se aplicarmos hipoteticamente uma quantidade de capital e trabalho igual em extensões de terra iguais, não significa que ambas irão render de forma igual os seus resultados. Se trouxermos o exemplo anterior para um país como Brasil, podemos pensar uma gleba de terra em uma região mais úmida e fria e outra gleba igual em uma região mais seca e quente, claro que não somente o fator clima estaria envolvido, teria ainda a relação da fertilidade do solo - este último fator é algo relacionado a história de surgimento do solo e a exploração humana desse mesmo local.

Para isso, consideremos que seja plantado algo nessas glebas de solo distintas. Um dos agricultores pode produzir mais de 1 tonelada por hectare, enquanto o outro talvez alcance a metade da produção. Nesse sentido, se ambos venderem para o mesmo mercado consumidor, vão receber o mesmo valor por quilo comercializado, automaticamente um deles irá lucrar menos que o outro, embora, hipoteticamente, possam ter tido os mesmos gastos e o mesmo trabalho. Mas, ainda cabe colocar que, no capitalismo, não importa se a terra tem boa ou ruim qualidade, se houver a necessidade, o capitalismo vai sugar as energias de todas as terras que forem possíveis para atender a uma demanda mínima.

Na perspectiva do exemplo acima, a Renda Diferencial I será obtida pelo agricultor que conseguir obter uma maior produção, ou seja, diante dos custos ele terá uma maior lucratividade, demonstrando que, a “Renda Diferencial I está associada a existência de dois fatores: 1º. fertilidade e 2º. localização das terras” (CARIO; BUZANELO, 1986, p. 35-37).

Por outro lado, a Renda Diferencial II está atribuída aos capitais e atrelada a sua produtividade (melhoria do solo), surge como resultado do contraste dos meios de produção e de trabalho numa mesma área de terra, isto é, do incremento da agricultura. Diferentemente da agricultura extensiva, que cresce mediante a ampliação da área cultivada ou das pastagens, a economia intensiva desenvolve-se através do emprego de máquinas aperfeiçoadas, de adubos sintéticos, de obras de beneficiamento, da introdução de espécies de gado mais produtivos, entre outros. Permanecendo invariável a técnica, a intensificação da agricultura pode ser obtida através da inversão de uma maior quantidade de trabalho naquela área de terra. Como consequência, é obtido um lucro suplementar, que forma a renda diferencial II. (MARX, 1984).

Dentro das perspectivas analíticas de Marx sobre a Renda Diferencial II, para que a mesma ocorra deve acontecer o incremento tecnológico sobre a terra e, com a tecnologia certa,

por exemplo, é possível melhorar a terra com elementos químicos e mecânicos. Da mesma forma que, é preciso saber o limite de aplicabilidade, pois em demasia, pode ocorrer o efeito contrário, principalmente no que diz respeito a fertilidade da terra, tendo em vista que o lucro está relacionado ao que se gasta na sua produção (CARIO; BUZANELO, 1986).

Diante do exposto, surge dentro da Renda Diferencial II o lucro extraordinário, gerado pelo aumento produtivo no solo pobre, diante dos incrementos tecnológicos aplicados sobre esse mesmo solo. Ou seja, existe uma fertilidade artificial em face dos investimentos que foram realizados sobre o solo infértil. Dentro da Renda Diferencial II, o capitalista que consegue mais lucros, com o uso deste solo, garante o lucro extraordinário até que outros consigam a mesma façanha, e conseqüentemente, ocorre um reequilíbrio e todo o lucro extraordinário do capitalista arrendatário, com o tempo se reverte para o dono da terra (ARAÚJO JÚNIOR, 2020).

1.3.2. A renda absoluta

As contribuições marxistas estendem-se, ainda, sobre a renda absoluta da terra, ficando atrelada ao solo como mercadoria. Dentro dessa linha de pensamento, David Ricardo considerava que era pouco praticável o lucro sobre as terras marginais. Por seu turno, Thünen, como vimos anteriormente, articulava na sua concepção teórica uma certa utilidade para as terras marginais. Para Marx existia uma constatação de que mesmo as terras que estivessem mais distantes ou que fossem menos férteis, ainda assim, quando utilizadas, comporiam renda para seu proprietário (renda positiva). Portanto, existe, de certo modo, um monopólio de classe sobre a renda da terra. Com a instituição da propriedade privada da terra (terra como mercadoria), independentemente de seu grau de fertilidade ou do acesso a essa terra, isso fornece ao proprietário da mesma o poder de renda sobre a terra. Em toda via, a tendência é que nos terrenos marginais se prevaleça o modelo de renda absoluta da terra (ARAÚJO JÚNIOR, 2020).

Para Cario e Buzanelo (1986, p. 40-41), “a existência da renda absoluta deve-se a dois fatores: um relacionado a natureza interna da agricultura e outro que deriva da inter-relação da agricultura com a indústria na formação e distribuição do valor”. Logo, a renda absoluta vai estar agregada a renda diferencial, não tendo relação com os preços ou a própria produção agrícola, em vista que a renda absoluta é obtida pelo proprietário do solo, mesmo se o mesmo for improdutivo.

Ao longo dos últimos séculos, tem-se observado que o capital se mostrou interessado em se apropriar da terra e extrair a sua renda sobre os trabalhos agrícolas no campo. Embora,

do mesmo modo, nas grandes cidades e aglomerados urbanos isso não seja diferente. Tornou-se perceptível, que os interesses do capital, atuam com viés de acumulação, influenciando também o uso da terra nas áreas urbanas, onde, de mesmo modo, a terra adquire um novo “*status quo*” nas relações capitalistas e conseqüentemente na construção e planejamento do espaço urbano. O uso do espaço para habitação ou produção, acaba se tornando algo privilegiado e dominado pelo capital acumulador e especulativo. Podemos observar no dia a dia ações do setor imobiliário direcionadas nas regiões urbanizadas, criando agentes de especulações e até subordinando o papel do Estado, em prol de interesses próprios.

Os espaços das cidades não se configuram somente como produto para o mercado, são igualmente locais de interações sociais. Tanto que, dentro do modelo atual de desenvolvimento, a cidade fica subordinada a acumulação de capital privado. Em áreas com melhores infraestruturas tendem a se repetir o processo de acumulação de capital, já que são nessas áreas que se encontram o maior poder de compra nas cidades. Existe ainda uma diferença no uso da terra urbana para produção, no sentido de o produto ser algo construído sobre a terra, tornando-se algo imóvel, podendo sofrer transformação caso ocorra um novo interesse especulativo para tal. Embora nesse caso, diferentemente dos espaços agrícolas, ocorra uma maior fragmentação da propriedade, podendo haver uma gama maior de interesses diferenciados (ARAÚJO JÚNIOR, 2020).

Nesse sentido, negociação do espaço urbano, existe uma pressão do capital para que além do uso do solo, se faça uso, posteriormente, do novo espaço constituído, por meio da mercantilização. Contudo, o capital sabe que não pode transcender esse espaço, pois desse modo, haveria o risco de ocasionar um rompimento das relações sociais, de modo que, sem relações sociais, ocasionaria dificuldades na mercantilização e nos interesses de acumulação do capital privado. Evidentemente, a valorização das terras nas cidades está condicionada para além das interações sociais, pois é preciso outros investimentos, já que nesse caso, o capital pressiona para que os mesmos sejam concretizados por vias do capital público. Assim, “o Estado é induzido a ser o produtor dos espaços construídos necessários para a reprodução geral do capital”, promovendo os ajustes urbanos necessários para melhorar as condições das terras (Ibidem, p. 715).

1.4 DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, PARA A CENTRALIDADE, AS REDES E A FLUIDEZ

Diante do que já foi apresentado nessa pesquisa, é possível observar uma mudança na relação “sociedade humana (*versus*) natureza” e, todas essas mudanças estão diretamente atreladas a dois fatores perpassados: as mudanças tecnológicas e ao sistema econômico vigente. Por vezes o sistema capitalista demonstrou inserir uma aceleração nas relações humanas, ocasionando, de certa forma, um maior incremento sobre a exploração dos recursos naturais – finitos. Todavia, o sistema capitalista explora em demasia a natureza, tratando-a como algo abundante. Nas últimas décadas, principalmente no começo desse século XXI, as principais economias globais estão se dispendo a reverter esse problema, dentro de uma vertente econômica mais ecológica, procurando fazer uso racional dos recursos naturais. Mesmo diante dessa problemática, recentemente nosso país atravessa um momento de retrocessos, ocasionados principalmente pelo aumento deliberado da aprovação e uso dos agrotóxicos, além da liberação de exploração sobre terras/reservas indígenas, já que esses locais são por vezes entendidos como últimos redutos naturais presentes em nosso país.

Além disso, tivemos nos últimos anos um aumento no desmatamento para dar lugar a agricultura extensiva. Esse tipo de agricultura, além de prejudicar os redutos naturais, encontra-se baseada no modelo da monocultura e na exportação maciça de sua produção, prejudicando de significativamente, a agricultura familiar – considerada o alicerce do abastecimento do mercado interno¹⁴. Sob o mesmo ponto de vista, a produção familiar sofre pressão de concentração de terras dos latifúndios, que ocasionam a expulsão de muitos dos pequenos produtores, potencializando o êxodo rural e os problemas sociais. Para além destes fatores, como já mencionamos brevemente, nos espaços urbanos as áreas agrícolas que resistem vêm enfrentando a crescente pressão do mercado imobiliário – e do turismo, como é o caso de nosso espaço de análise.

A princípio, tanto a região conurbada quanto os municípios do seu entorno, ainda possuem importantes atividades agrícolas, claro que, umas com maiores e outras com menores intensidades ou representatividades diante da balança comercial de cada município. E de certo modo, ocorre uma inter-relação da produção e comercialização desses municípios para com o

¹⁴ SNA NEWS. Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. *In: Sociedade Nacional de Agricultura*. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/brasil-70-dos-alimentos-que-vao-a-mesa-dos-brasileiros-sao-da-agricultura-familiar/#:~:text=É%20ela%20a%20responsável%20por,são%20produzidos%20pela%20agricultura%20familiar>. Publicado em: 03 de out. de 2017. Acesso em: 05 de abr. de 2022.

abastecimento voltado principalmente para a região conurbada, como é possível observar diante das informações – que serão apresentadas no próximo capítulo – de produção existentes na Grande Florianópolis¹⁵.

Silva (2020) nota que, dessa forma, há um circuito espacial produtivo presente nessa relação da produção agrícola existentes entre os municípios da região. Assim, relacionando a produção e o fator econômico (comercialização e renda), é possível observar que existe uma dinâmica envolvida, onde espaços fixos produzem e geram fluxos para os mercados consumidores locais, regionais e até mercados consumidores que extrapolam a região estudada. Do mesmo modo, com o crescimento urbano, surgem novas necessidades da população urbana, que desencadeiam em novas especialidades ou especificidades de produção. Como por exemplo, a inserção de alimentos que não eram típicos ou nem estavam presentes a dez ou vinte anos atrás na produção ou no comércio local, como é o caso da *Pitaya* ou da *Physalis*¹⁶.

Essa visão da produção local permanece relacionada diretamente com a centralidade do lugar, tendo em vista as formas como as sociedades se organizam, o centro urbano (lugar) fará suas comunicações internas e externas, por meio das estradas, ferrovias, rios, entre outros. Cabe salientar que, dentro dessas comunicações estarão interpostas as atividades comerciais e de serviços, atividades estas, diretamente ligadas as necessidades desse mesmo lugar.

Considerando a ideia de circuito como um elemento que pode influenciar nas atividades agrícolas, bem como a noção de fluxo, conectando as teorias de Thünen com os diálogos mais recentes e, refletindo no quanto um produto viaja para chegar ao local de consumo e na maneira como as redes vão influenciar na organização dos fluxos de produção, levando ao encontro do meio de consumo (geração de conexões/alianças) podemos considerar a ideia de cadeias. Supõe-se que as cadeias que são responsáveis pelos processos, sejam eles curtos ou longos, possam definir ou influenciar na ordenação das atividades envolvidas do processo produtivo.

Desse modo, diante do que a autora Leila Dias (2007) nos apresenta, fica evidente que as redes constituem uma gama de utilidades das mais variadas possíveis, sejam elas: sociais, urbanas, técnicas, comerciais, entre outras. Além disso, as Ciências Humanas também fazem uso dessas representações para estudar as características humanas presentes na inserção do território e de seu cotidiano, mostrando que as redes existem antes mesmo de pensarmos sobre elas. Com isso, a autora destaca que a ideia de rede já existia na Grécia Antiga, estando atrelada

¹⁵ EPAGRI/CEPA

¹⁶ SANTA ROSA, Gustavo Reche. **Potencial produtivo de *Physalis* peruviana no litoral de Santa Catarina.** Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação – Agronomia. UFSC: Florianópolis. 2012. 29 pág.

a imagem da técnica de tecelagem, com o uso “de fios regularmente entrelaçados que serviam para capturar pequenos animais”. No entanto, foi partir de meados do século XIX, com as observações filosóficas de Saint-Simon, que nasce o conceito moderno de redes, nesse caso, relacionada ao “desenvolvimento das técnicas de comunicação” (DIAS, 2007).

Não obstante, mais recentemente, a temática das redes adquiriu notoriedade acadêmica ao nível mundial e, igualmente, nos debates acadêmicos brasileiros. Ante tal constatação e, de modo a interligar com o âmbito geográfico, a autora aborda que, inserido nestas reflexões, existem quatro fluxos, que servem para pensarmos o espaço geográfico: “os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; os movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias; os movimentos de informações ou fluxos informacionais; e os movimentos de capitais ou fluxos monetários e financeiros” (Idem, 2007, p. 11).

Dias (2007, p. 20) retoma apontamentos de Milton Santos ao implicar que: estamos “diante de uma busca voraz de mais fluidez, o que engendra a procura de técnicas cada vez mais eficazes. Apesar disso, a autora defende a ideia de que a fluidez não é uma categoria técnica, é sociotécnica”. Ou seja, a própria autora contribui para a imagem de que, muitos autores ignoram o conjunto das ações humanas ante a análise. Nesse contexto, observando o mesmo referencial teórico¹⁷ usado por Dias (2007), Santos (2006) vai nos mostrar que nenhum lugar vive em isolamento, que tudo tem um propósito, que a “materialidade - objetos e corpos -” determinam o seu tempo, e este, de igual modo, determina as mudanças que ocorrem no lugar. Como consequência, Milton Santos vai chamar a atenção para a “desvalorização” do lugar, sejam das pessoas, dos capitais e até mesmo das ações. Assim sendo, ocorre que, com o tempo, as ações humanas modificam o espaço e o tornam mais ou menos atrativo.

Tendo em vista os pontos levantados até aqui, podemos retomar a importância de entendermos as questões abordadas por Thünen nos dias atuais. Como já vimos em parte, Thünen desenvolveu uma reflexão sobre os custos de produção mediante o espaço utilizado para a mesma, além de considerar a distância existente entre produtor e o mercado consumidor. Não obstante, dentro dessa mesma observação, de modo a pensar para além das relações concêntricas, podemos inserir as relações de circuitos e redes, tendo em vista que nosso contexto social apresenta outras características, como as novas relações do espaço – queira diretamente ou indiretamente – que também precisam estar presentes dentro do arcabouço teórico.

¹⁷ SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. 4º Ed. Edusp, 2006.

Para pensarmos nas questões teóricas relativas as dinâmicas do território, Dias (2007) vai observar que existe a “verticalidade” e a “horizontalidade” e que, ambos os modos, vão exercer influência na fluidez das ações relativas a lógica das redes e dos territórios. Temos, assim, que a lógica das redes é definida por atores que as planejam, já a lógica dos territórios possui uma relação com a integração dos atores e das ações, ou seja, com os agentes envolvidos no dia-a-dia do território. Com isso, “a lógica territorial também deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos (...) e mecanismos exógenos”. Em resumo, todas as ações no território tornam-se um conjunto de informações, instituições, planejamentos, capitais e humanidades e, “somam-se novos arranjos institucionais e espaciais que nos desafiam a redefinir as categorias analíticas que utilizamos para representar o mundo” (DIAS, 2007, p. 20-21).

Considerando a realidade brasileira, conforme aponta Dias, quanto a política espacial adotada no período do governo Fernando Henrique Cardoso, temos que nesse período se considerou “as redes de transporte como fatores de desenvolvimento e de integração regional no melhor estilo sansimonista”. Ou seja, de antemão, a questão da espacialidade foi deixada em segundo plano, prevalecendo o meio técnico ou o capital (DIAS, 2007, p. 20-21).

Retomando o pensamento de Milton Santos, temos que, quanto mais preso as técnicas estivermos, de igual modo estaremos subordinados às lógicas globais. Além disso, as nossas cidades mostram que quando valorizamos os capitais fixos – “estradas, pontes, silos, terra arada etc.” – e os capitais constantes – “maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.” – permanecemos presos a necessidade dos deslocamentos/movimento, “crescendo o número e a importância dos fluxos também financeiros” (SANTOS, 2006, p. 161). Desse modo, gera-se o que Santos vai denominar de consequências geográficas, onde o território passa por transformações diante das necessidades de uso do espaço, ante as necessidades humanas, que se tornam cada vez mais vorazes e especializadas, causando o alargamento dos espaços e restrição das áreas de produção, conforme afirma Milton Santos (2006, p. 161):

O processo de especialização, criando mais áreas separadas onde a produção de certos produtos é mais vantajosa, aumenta a necessidade de intercâmbio, que agora se vai dar em espaços mais vastos, fenômeno a que o mesmo Marx intitulou “ampliação de área.

Conforme o destaque acima, os processos ao qual nossas cidades atravessam para se desenvolverem, ocasionam um alargamento da mesma, de tal modo que, ao pensarmos a região conurbada da Grande Florianópolis, podemos perceber o quanto dos espaços de cultivos tem

sido perdido para o *lobby* das construtoras, resultando no afastamento dos produtores dos centros consumidores. Outro fator que merece destaque é o de que a transformação dos espaços de produção em moradias e o afastamento desses acarreta em maiores distâncias que precisam ser vencidas pela produção, criando o que Milton Santos denomina como maior circulação, e conseqüentemente, um maior “aprofundamento das especializações produtivas, tendentes a convocar, outra vez, mais circulação. Esse círculo vicioso – ou virtuoso? – depende da fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos” (Idem, 2006).

Sob o mesmo ponto de vista, retomando Leila Dias (2007, p. 24), vamos observar que:

A ideia de rede certamente ilumina um aspecto importante da realidade – chama a atenção para a complexidade das interações espaciais, resultantes do conjunto de ações desencadeadas em lugares mais ou menos longínquos. Assim, a rede representa um dos recortes espaciais possíveis para compreender a organização do espaço contemporâneo.

Analogamente, Milton Santos em seu livro *Metamorfose do Espaço Habitado*, vai observar que dentro da atual lógica “capitalista” global, o mundo encontra-se organizado em subespaços conectados. Assim sendo, pensar uma região não significa se limitar a uma pequena área ou cidade/município, mas que uma região pode ser caracterizada como algo inserido em um contexto maior. Desse mesmo modo, Milton Santos (2014) quer que notemos o fato de uma região poder manter relações com outras regiões que necessariamente não necessitam estar próximas geograficamente, podendo até mesmo serem de outros países.

Neste sentido, como Milton Santos (2014) continuamente observa, diante do desenvolvimento e da propagação dos transportes e das comunicações, cria-se a possibilidade para que regiões se tornem especializados em determinadas produções, entrando no circuito que ele vai denominar de “circuitos espaciais da produção”, onde toda uma cadeia de processos se torna necessário para que um produto possa chegar até o consumidor. Ainda na questão dos circuitos, dentre as diversas coisas que influenciam, como por exemplo, quando o autor pensa na relação da produção da agroindústria da cana-de-açúcar, existe a preocupação com diversos itens distintos, dentre eles:

Teríamos que observar, então, vários itens distintos, assim, sobre a matéria-prima – local de origem, formas de seu transporte, tipo de veículo transportador etc.; sobre a mão-de-obra – qualificação, origem, variação das necessidades nos diferentes momentos da produção etc.; sobre estocagem – quantidade e qualidade dos armazéns, dos silos, proximidade da indústria, relação entre estocagem e produção etc.; sobre transportes – qualidade, quantidade e diversidade das vias de transportes, dos meios de transporte etc.; sobre a comercialização – existência ou não de monopólio de compra, formas de pagamento, taxação de impostos etc.; sobre o consumo – quem consome, onde, tipo de consumo, se produtivo ou consumitivo etc. (SANTOS, 2014, p. 56).

Acerca disso, a cana-de-açúcar produzida em São Paulo, pode se transformar em itens como combustíveis ou alimentícios e, além de abastecer o Brasil com seus derivados, esses mesmos produtos podem ser comercializados em outros mercados, por exemplo, o europeu. Como resultado, desse *modus operandi*, onde antes tínhamos lugares que produziam diversos gêneros para atender sua própria produção, atualmente temos os lugares especializados, ou seja, um lugar torna-se especialista em determinado produto, fazendo com que necessitemos buscar os itens que nos faltam de outras regiões produtoras. Em conjunto, Milton Santos ainda ressalta que a especialização avança na incorporação da ciência e da tecnologia. Sob o mesmo ponto de vista, a aceleração dos transportes nos permitiu buscar itens para nossas necessidades em lugares mais distantes, tendo em vista a rapidez com que os produtos podem chegar de qualquer lugar do globo terrestre (SANTOS, 2014).

Ao pensarmos a especialização, com base nas observações de Milton Santos, cabe salientar que é possível estabelecer uma análise no campo econômico das atividades desenvolvidas no espaço, nos quais podem ser de âmbito inferior e superior, diante dos circuitos da economia urbana com características técnicas e organizacionais distintas, independente em que parte do globo esteja. A principal diferença entre essas atividades – circuito inferior e circuito superior – está fundamentada nas diferenças de tecnologias e organização das mesmas. Desse modo, o circuito inferior além da presença do trabalho intensivo, vai apresentar uma menor escala nas questões organizacional e tecnológica, já a superior além de apresentar esses dois parâmetros de alto nível, pode compor com a importação e recursos intensivos para tal prática. Contudo, um circuito é interdependente do outro, tendo em vista a complexa condições da história humana e sua busca pela modernização. Independente da relação ou integração, de natureza local, sempre vai ser determinante nas relações, as influências do sistema econômico mundial privilegiando os grandes capitais. Compete, nesse ponto, tentar entender quais atos políticos poderão decidir o caminho da sociedade e o seu papel diante de suas necessidades e subsistências (SILVA, 2021).

Silva (2021), por meio de seu referencial teórico, destaca que a forma como está organizado o espaço geográfico, este demonstra as forças envolvidas frente das diferentes repercussões. Algo que sempre existiu, mas que ainda permanece dentro da dinâmica urbano-rural, mesmo com o passar das diversas transformações tecnológicas, e a crescente preocupação diante da grande necessidade de abastecimento dos grandes centros (que estão cada vez maiores). Ao mesmo tempo, a tecnologia deteriora o mercado de trabalho, diminuindo os espaços ou campos de trabalho, levando sempre ao êxodo rural ou a acelerada urbanização periférica, forçando com que pessoas não tenham como obter renda de forma permanente. A

autora também menciona de que maneira a dinâmica urbano-rural passa por transformações que influenciam no “âmbito local”, marcando a presença do que vai considerar de circuito inferior a atividade de produção hortifrutigranjeira ligada a agricultura familiar, mas ao mesmo tempo o circuito superior vai influenciar ações como a comercialização (supermercados e CEASA), tendo em vista que é o circuito superior por meio da modernização e das indústrias, quem irá determinar preços e condicionantes para o setor (Idem, 2021).

Reconhecemos que atualmente existe maior evidência da crescente industrialização e das aglomerações populacionais, desencadeando em importantes centros de consumo e, estando esses centros sempre atrelados a uma região produtora, interligadas pelas redes de intercomunicações (aviação, navegação, ferrovias, estradas, telefonia, entre outros). Nesse sentido, observa-se, igualmente, a crescente procura por produtos agrícolas, ao mesmo tempo que se amplia cada vez mais o consumo de produtos derivados dos animais e das hortícolas, que antes do aprimoramento do processo do resfriamento não podiam ser transportados a longas distâncias e conseqüentemente importados ou exportados.

2 DINÂMICAS DE ABASTECIMENTO INTERNO NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Ao falarmos de produção de alimentos devemos pensar primeiro na nossa principal relação com essa atividade, que envolve a nossa ligação com o “meio” natural. Sabemos que a natureza pode influenciar nossa imaginação, já que a mesma estabelece uma comunicação misteriosa com nossos sentimentos. Quando estamos em meio a natureza, nos transportamos para um “mundo mágico”, onde a natureza tem a capacidade de nos seduzir, nos transportando para longe das más notícias, das guerras ou dos problemas do dia-a-dia, de tal modo, que ficamos afastados daquilo que chamamos de “tempestades da vida”. Nos tempos atuais, a natureza tem servido como um lugar de recarga de boas energias, necessária para darmos conta da realidade quando de nosso retorno à cidade.

No entanto, o sistema capitalista – e sua acumulação – segue atuando sobre nossas cidades, acarretando consequências sociais, ambientais e políticas. A lógica presente em nossas cidades é a da valorização imobiliária, sendo representada pelo capital imobiliário, que desloca as classes mais pobres, em direção as periferias, tornando a cidade cada vez mais segregada (HARVEY, 2014). Como exemplo dessa bipolarização espacial, temos a imagem abaixo numa área de divisa entre os municípios de Florianópolis e São José, da comunidade localizada no Bairro Monte Cristo em Florianópolis (região periférica da capital), contrastando com os prédios (ao fundo) do Bairro de Campinas com seus condomínios classe média-alta – considerada umas das áreas mais valorizadas – do município de São José, (Figura 133). Fica característico e é possível observarmos essa diferença de cidade de acordo com as classes sociais.

Figura 13 – Comunidade no Bairro Monte Cristo (Florianópolis) e prédios em São José.



Fonte: <https://ndmais.com.br/saude/pandemia-da-fome-moradores-do-monte-cristo-resistem-em-meio-ao-medo/>.
Adaptado pelo autor.

Diante das consequências desta segregação sobre nossas cidades, Héctor Ávila Sánchez (2001), vai nos lembrar do crescimento acelerado que nossas cidades presenciaram, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a partir da segunda metade do século XX. Esse processo de aceleração fez com que pequenas cidades “evoluíssem” em metrópoles e que essas metrópoles se transformassem em megalópoles, e de tal forma, parte da população das cidades passaram a se concentrar em áreas ou zonas suburbanas que estão próximas ou periféricas dos centros urbanos, denominadas de áreas “rururbanas” ou “periurbanas”. Ou seja, a medida em que nossas cidades crescem, áreas naturais ou de cultivos agrícolas acabam dando lugar a novas zonas periféricas de habitação.

Todos os fatores mencionados até aqui favoreceram o surgimento do formato de cidade que conhecemos. Logicamente não podemos separar a cidade do ser que vive nela, uma vez que a cidade que almejamos é a cidade em que estaremos fadados a viver (HARVEY, 2014). O direito a cidade é algo que precisa ser planejado e realizado de forma conjunta entre seus habitantes, tendo em vista ser algo mais coletivo do que individual e, mediante a eterna busca da mais-valia, todos esses processos interferem de forma positiva ou negativa na sociedade que convive dentro da cidade. Capitalismo e urbanização dependem um do outro mutuamente, sendo essa busca do lucro o que produz os espaços de nossas cidades, colocando maior pressão sobre os ambientes naturais e sobre as atividades de agricultura ainda existentes.

Além dos efeitos da valorização imobiliária sobre a produção agrícola, é legítimo apontar, mencionando o estudo de Gelbcke (2018) e seu diálogo com as teorias de Goodman (2003). Para ambos, a indústria depende de processos produtivos relacionados ao cultivo e, esses processos por serem naturais, acabam por determinar o “tempo produtivo”, já que mesmo uma empresa sendo altamente tecnológica, se ocorrer qualquer fator externo que não seja esperado, pode atrasar ou prejudicar a produção de um determinado item. Por isso, as indústrias trabalham com cadeias de produção e de distribuição, uma vez que não podem depender de um único produtor ou distribuidor. Nesse ponto constitui como determinante a demanda encontrar-se operando também no processo produtivo e nas características desejadas dos produtos. Em outras palavras, o consumidor exerce influência nos produtores levando-os a alterarem sua forma de produção.

Como em outras partes do mundo, cresce na região da Grande Florianópolis a busca por alternativas, ou um outro olhar sobre a relação produção-consumo, através de formas mais sustentáveis, diante da reconexão de produtores com os seus consumidores. Nesse ponto, evidencia-se que o consumidor deseja ter mais confiança, saber a procedência, de que modo é produzido e como se dá a comercialização desses alimentos. Notadamente, este é um

movimento contrário a lógica global de produção agroalimentar industrial (MIRANDA, et. al., 2021), principalmente diante da atual onda publicitária veiculada no Brasil, onde afirma-se que o “agro é pop¹⁸”. De todo modo, existem outros dois fatores que nos permitem repensar as formas de produção, o primeiro é quanto aos agentes envolvidos e o segundo está relacionado a uma produção cada vez mais distante das cidades. Como resultado, esses dois fatores, se ambos estiverem integrados, resultam em um circuito de produção mais complexo e oneroso (CHONCHOL, 1987 *apud* GELBCKE, 2018).

Renato Maluf (2004), em seu artigo, compreende que existem “circuitos regionais”, caracterizados por relações desenvolvidas diante da formação socioespacial de um determinado território, influenciado por seus agentes. Esse tipo de formação ocorre muito em regiões do interior do país, ou em áreas de entorno de centros urbanos, sejam eles de médio ou pequeno porte, como é o caso da região conurbada da Grande Florianópolis, caracterizada como uma região de médio porte. O anseio da sociedade por novas forma de produção e valorização dos alimentos produzidos localmente, surge diante do contexto de preocupação da sociedade, perante a exploração da mão de obra e dos espaços naturais. As pessoas prezam não somente a qualidade, mas refletem na sua responsabilidade social, como agentes consumidores, passando a atuarem politicamente em prol de suas novas necessidades e na busca pelos circuitos alternativos, “inserindo nas suas escolhas valores morais e sociais” (GELBCKE, 2018, p. 77).

Quando pensamos em produção local ou de entorno de uma região urbana, estamos pensando em diversos fatores que estarão de certa forma interligados. Diante do fator de localidade, ao produzirmos os alimentos próximo do mercado consumidor, observa-se que isso favorece a economia da região, fortalecendo e gerando mais oportunidades para os agricultores, além de incentivar a conservação da atividade agrícola (MIRANDA, et. al., 2021). Seguindo esse pensamento, Waibel (1979, p. 125-126, grifo nosso) vai observar que com o tempo, através da inserção tecnológica, ocorre um barateamento e uma “redução de tempo de todos os modelos de transportes, [tendo] como consequência que os produtos (como leite, frutas e flores) que antigamente ficavam restritos ao primeiro anel [de Thünen], agora podem ser trazidos de maiores distâncias.” Isso faz com que a produção agrícola possa migrar para os anéis exteriores, em busca de “melhores condições naturais”.

Dentro desse viés, outro ponto analisado por Waibel (1979, p. 120-121) está em pensar os anéis econômicos para refletirmos esses na nossa área de estudo:

¹⁸ Propaganda veiculada na TV, onde valoriza somente a agroindústria com o texto: “O agro está em tudo [...] tudo vem do agro. Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo. Agro a indústria-riqueza do Brasil. Tá na Globo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VENm5PbXhZ0>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

Aqueles de âmbito mais reduzido que se agrupam em torno de cada pequeno povoado, de cada fazenda, ou mesmo em torno de qualquer estabelecimento agrícola, e aqueles de maior diâmetro, que se estendem em grande área, envolvendo muitas propriedades agrícolas e relacionados com um mercado mais ou menos remoto. Estes últimos, por sua vez, podem ser distinguidos daqueles que produzem para um mercado local e dos que se destinam a produzir para o mercado mundial.

Cabe observar que os alimentos comercializados próximos aos locais de produção, não precisam sofrer com as “artimanhas” exageradas da conservação, podendo preservar de forma mais natural os seus nutrientes, favorecendo a saúde humana. Ao passo que, diminuindo a distância para o transporte dos alimentos, ocorrerá alguns benefícios diretos e indiretos como: menor poluição do ar pelos escapamentos dos meios de transporte; redução de embalagens plásticas, consequentemente redução no volume de lixo gerado pela comercialização; menor transformação industrial dos alimentos e mais áreas verdes próximo ou dentro dos centros urbanos. Ao mesmo tempo, diante do que está sendo exposto, a maior importância que se relega a atividade agrícola pode gerar laços de reciprocidade entre o meio urbano e rural, garantido conexões entre os membros de ambas comunidades, reconhecimento dos profissionais e o “sustento” de uma qualidade alimentar.

2.1 APROXIMANDO AS TEORIAS COM A REALIDADE LOCAL

Dentro dessa corrente de análise da região conurbada e seu entorno, que está inserida no que chamamos de Mesorregião da Grande Florianópolis, destaca-se o município de Florianópolis, como uma região político administrativa do estado de Santa Catarina. Inclusive, além da capital do estado de Santa Catarina, essa região é formada por mais outros 21 municípios adjacentes, conforme Mapa 2. Estando o Estado de Santa Catarina localizado na região sul do Brasil. Conforme levanta DENTZ (2018), "O censo demográfico brasileiro, informou que a região possui uma população de 1.012.233 habitantes (IBGE, 2010). Por sua vez, a população urbana encontra-se dividida em 90% de residentes em áreas urbanas e 10% em áreas rurais" (DENTZ, p. 124, 2018). A sua área é de 7.470,7 km², com uma densidade populacional de 159,23 hab/km². No que tange a valores de produção econômica, apresenta um PIB de R\$ 17.020.155,28 e um PIB per capita de R\$ 17.667,14 (IBGE, 2010).

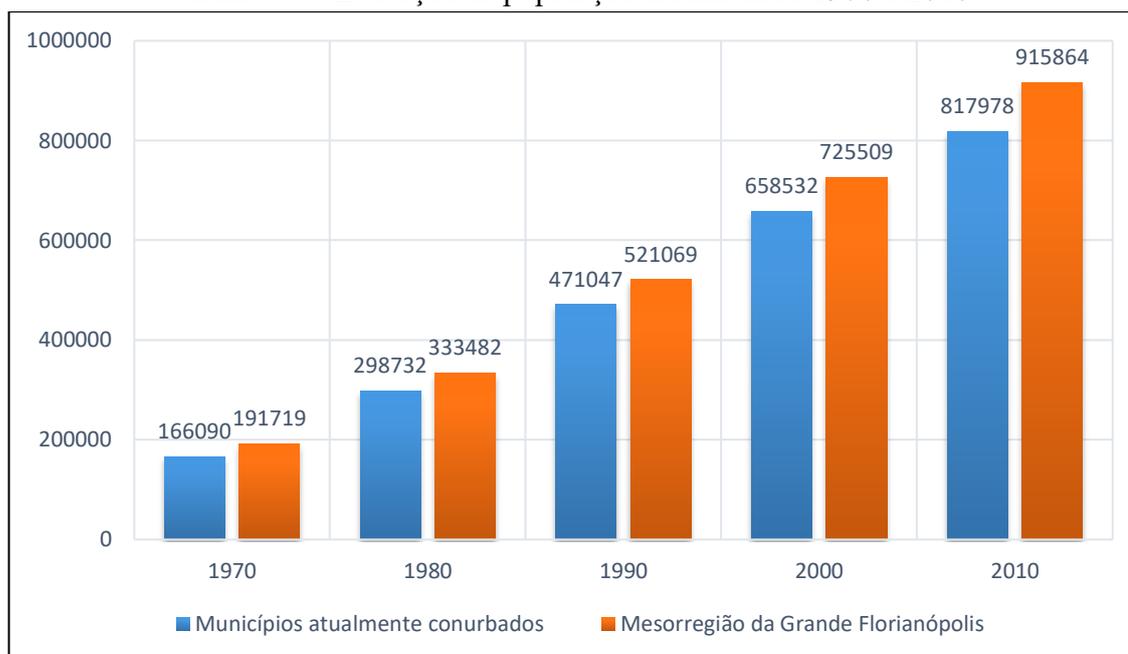
Mapa 2 – Região da Grande Florianópolis dentro do estado de Santa Catarina, com destaque para a sua área de conurbação



Fonte: GOVERNO DE SANTA CATARINA (2020). Elaboração própria.

A partir da implantação das Rodovias Federais (BR101 e BR 282), ocorreu na região uma exponencial ampliação da população a partir da década de 1970 e, mais tarde, a partir dos anos 1990, houveram grandes investimentos relacionados ao setor de turismo para a região da Grande Florianópolis - principalmente na capital - que também colaborou para um novo aumento da população. O Gráfico 1, adiante, apresenta a acelerada evolução da população urbana entre os censos de 1970 e 2010, que saltou de aproximadamente 192 mil para mais de 900 mil pessoas em apenas 40 anos, com destaque (em azul) para os municípios atualmente conurbados, representando uma população próxima dos 170 mil em 1970, para mais de 800 mil em 2010. Ou seja, quase 90% da população vive nos municípios da região conurbada.

Gráfico 1 – Evolução da população urbana entre 1970 e 2010



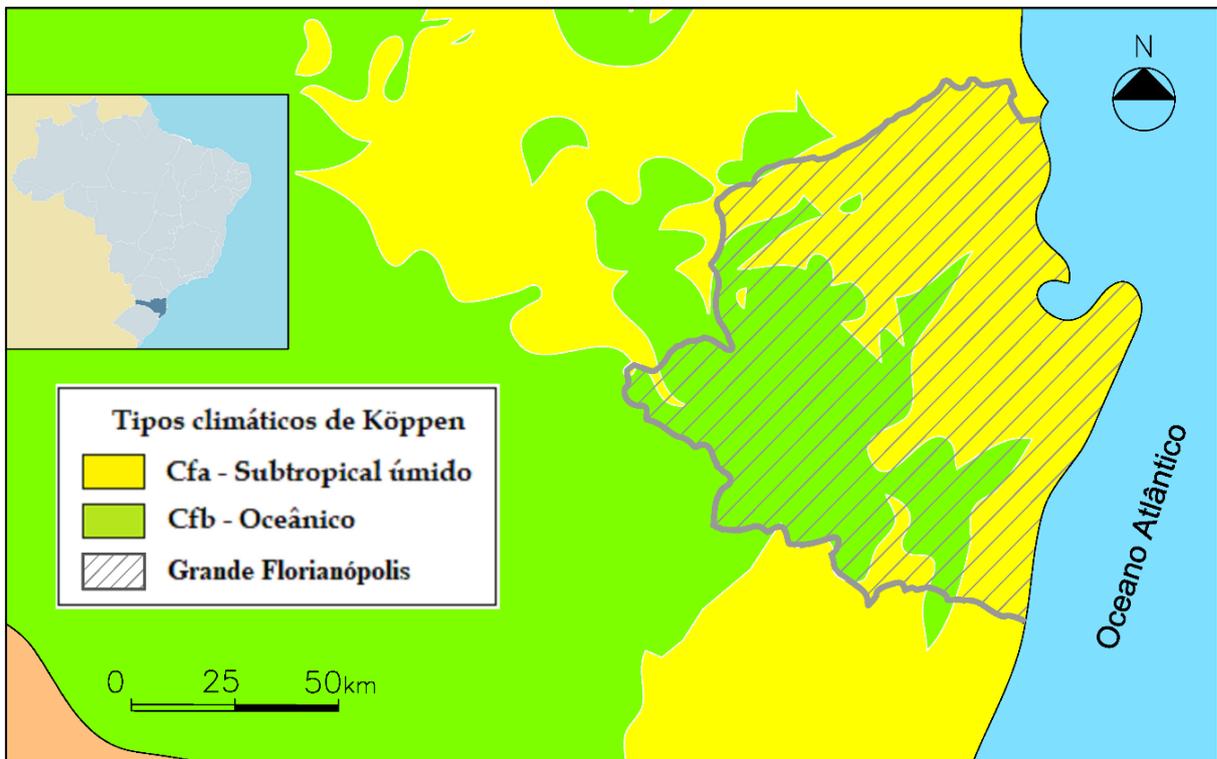
Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1990, 2000 e 2010). Elaborado por Clécio A. da Silva e Lincon B. Bruno.

A região da Grande Florianópolis, de acordo com a classificação climática de Köppen, possui um clima do tipo subtropical úmido (Cfa). Marca-se por ser do tipo mesotérmico com precipitações bem distribuídas ao longo do ano, ou seja, seu índice de pluviosidade (chuvas) é bem distribuído, podendo variar entre 1200 a 1820 mm anuais, com uma média de 129 a 144 dias de chuva ao longo de um ano (EPAGRI, 2002). Ainda que não tenha uma característica de estação seca definida nessa região, esta é uma situação que pode ocorrer em qualquer época do ano. Quanto ao regime térmico – não há as quatro estações do ano bem definidas – observa-se que nessa região existem dois períodos quentes (com temperaturas amenas entre 18°C e 22°C), um período mais quente (acima dos 22°C) e um período com temperaturas mais frias (entre 15°C e 18°C). Cabe salientar que, independentemente da época ou estação do ano, aparecem frentes frias oriundas da região polar da Antártida, ocasionando ríspidas mudanças do tempo atmosférico (MONTEIRO, 1963 *apud* MENDONÇA, 2002).

Embora as fontes analisadas mencionem que o clima predominante da região é do tipo subtropical úmido (Cfa), esse tipo de clima ocorre normalmente em áreas com altitudes de até 500 e 600 m. Ao observarmos um mapa de Köppen atualizado, é possível notar que algumas áreas mais altas na região da Grande Florianópolis podem apresentar uma condição climática mais parecida com a região do Planalto Serrano de Santa Catarina – claro que não nas mesmas proporções – estando dentro da classificação de Clima temperado (Cfb), com verão um pouco mais ameno. Nessas áreas de maiores altitudes, podem ocorrer geadas de forma mais frequente,

contudo esse tipo de clima em Santa Catarina é mais comum em regiões com altitudes muito elevadas, com é o caso da região de Urupema, Urubici e São Joaquim que apresentam em boa parte do território de seus municípios altitudes acima dos 1000 m (ALVARES, et al., 2013).

Mapa 3 – Representação do tipo climático da Mesorregião da Grande Florianópolis conforme Köppen



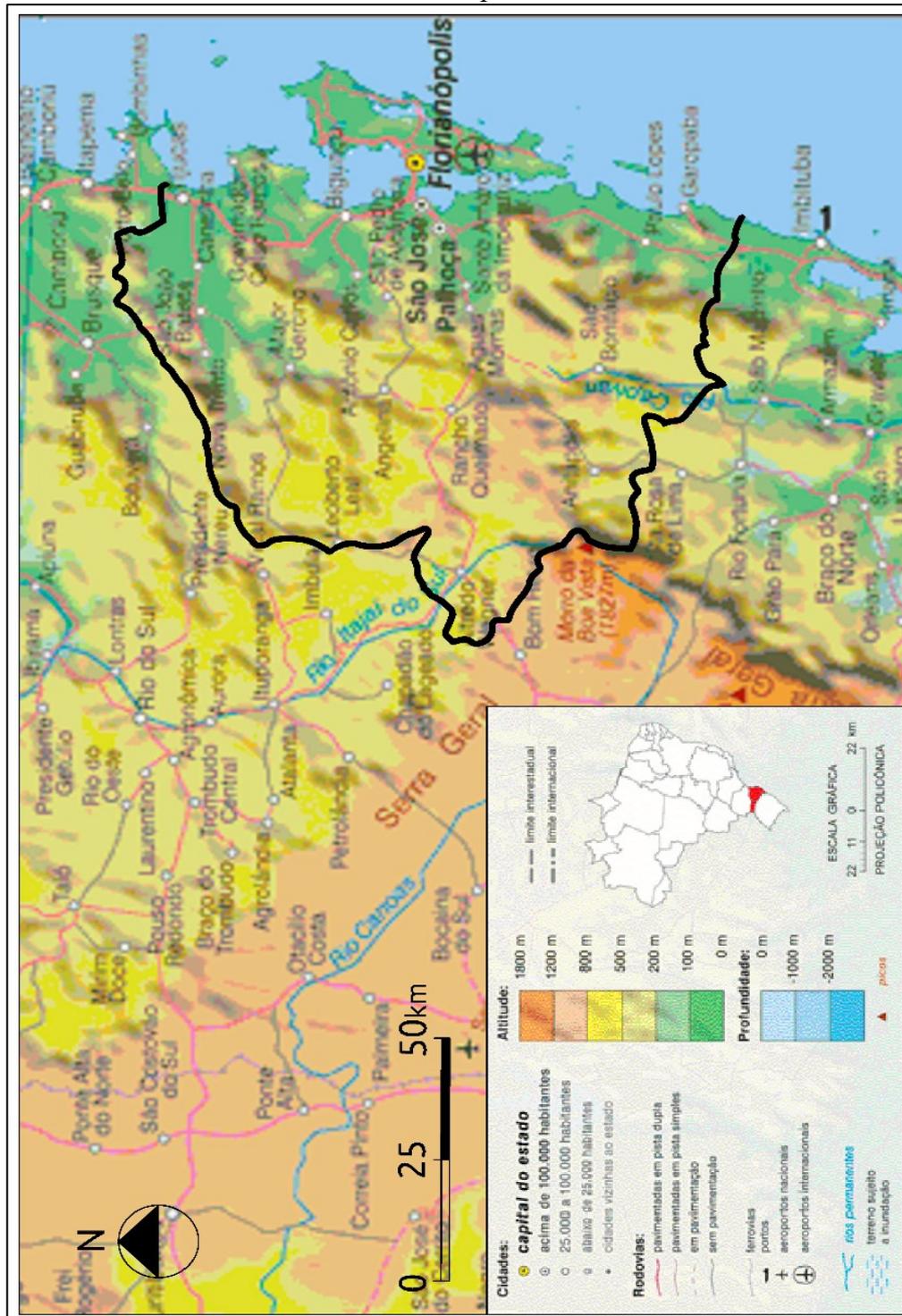
Fonte: ALVARES, et al. (2013, p. 717). Adaptado pelo autor.

Os 22 (vinte e dois) municípios da Grande Florianópolis, que formam a região conurbada e sua área de entorno, estão entre os principais fornecedores de alimentos para os mercados, empórios, feiras e da Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA/SC), abastecendo os núcleos urbanos da capital e do seu entorno. A produção de alimentos da Grande Florianópolis, segundo dados do IBGE (2006), é em sua maioria produzida pela agricultura familiar (DENTZ, 2018), cabendo ainda destacar que os cinco municípios da região conurbada, possuem uma considerável representatividade na produção de gêneros alimentícios, tendo em vista também que, estes municípios, especificamente, são os que mais recebem contingente populacional para a ocupação urbana.

Pensando a respeito da ocupação urbana e suas características, faremos uma sondagem do que possa ter influenciado a formação sócio espacial local. O IBGE (2018) com seu mapa, que adaptamos no Figura 14, apresenta uma visão da formação física da região estudada. Nota-se que essa região apresenta áreas de serra e encosta de serra, contudo, no geral, a maior parte

tem o predomínio dos relevos de baixas altitudes, culminando principalmente, nas regiões mais próximas ao mar, que variam de 0 (zero) a 200 (duzentos) metros.

Figura 14 – Geografia Física de Santa Catarina, com destaque para a Mesorregião da Grande Florianópolis



Fonte: IBGE, 2018. Adaptado pelo autor.

Diante das características físicas existentes, uma boa quantia do relevo presente na região, demonstra a presença de áreas de planície e rios, propiciando a ocupação e uso do solo para atividades agrícolas. Diante desse íterim, segundo MENDONÇA (2002), a distinção de uso do solo na região pode ser compreendida em três classificações:

[...] ambientes (praias e tostões, dunas, lagoas e rios), vegetação (mata, reflorestamento, pastagens/capoeirinha, pastagens úmidas, mangue e vegetação praias/dunas) e urbanização (urbano denso, edifícios altos, urbano menos denso, superfícies mineralizadas, expansão urbana e aterros/pedreiras e areais) [...] (MENDONÇA, 2002, p.79).

Mesmo com um grande adensamento populacional na área conurbada e, a presença urbana em menor escala nos centros dos municípios adjacentes, ainda é possível encontrarmos diversos tipos de vegetação e/ou áreas naturais com presença de outros ambientes que não sejam o vegetativo.

Em termos de ocupação da região e, para tanto, lançando um olhar sobre o histórico da região, pode-se destacar na formação do território de Santa Catarina ao longo dos últimos quatro séculos, onde hoje corresponde à Grande Florianópolis, quatro principais movimentos de ocupação: os vicentistas, os açorianos, os imigrantes de origem europeia e a migração interna (CABRAL, 1970, apud DENTZ, 2018).

Cabe destacar, que ocorreu de forma incipiente uma pequena produção mercantil com a vinda dos açorianos¹⁹ para a região litorânea de Santa Catarina. Onde, além da produção de subsistência, caracterizada pela policultura e pela pesca, se destacava a produção de açúcar e farinha de mandioca²⁰, produzidas nos engenhos e a criação de gado soltos em terras de uso comum (CAMPOS, 1991). Do mesmo modo, no que tange a relação pesqueira, torna-se importante ressaltar que a população na região possuía uma intensa ligação com o mar, tendo em vista que o mesmo proporcionava a principal saída da produção agrícola para os centros consumidores da época (Rio de Janeiro e São Paulo), conforme destaca Rachel Rueckert (2014, p.103-104):

Nos estudos de Bastos (2000) sobre a urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina ele esclarece que a

¹⁹ Inicialmente a região foi marcada pela presença dos açorianos, porém mais tarde, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, aportaram na região imigrantes vindos de outras regiões da Europa, como: alemães, italianos, franceses, belgas, luxemburgueses, entre outros (KLUG; SANTOS; LIMA, 2019).

²⁰ MANDIOCA: denominação proveniente mais precisamente da língua tupi-guarani, planta popular na região e no Brasil, com muita variedade de cultivares, que se destacam por do tipo braba (mandioca brava) ou aipim (mandioca mansa), este último nome “aipim” é mais utilizado no Sul do Brasil, principalmente em Santa Catarina ou macaxeira (como é conhecida na região nordeste do Brasil). Por todo o Brasil e consequentemente em Santa Catarina a produção da farinha de mandioca logrou grande expressão econômica a partir da segunda metade do século XVII, tendo no caso catarinense o seu ápice de produção a partir da segunda metade do século XVIII (PEREIRA,1992, apud FERREIRA, 2018).

pesca da baleia foi um dos fatores econômicos que também contribuiu, por longo período, com o povoamento de determinadas regiões do litoral e da Ilha. Sustenta que o capital europeu e, sobretudo, o português, mais agressivo da época, demonstravam pouco interesse na exploração dos recursos disponíveis na parte sul da colônia e que, combinados com o momento depressivo em que se encontravam a economia e a sociedade europeia na primeira metade do século XVIII, levaram os comerciantes portugueses a buscar alternativas lucrativas em áreas com ociosidade de recursos, como nas terras, nas matas e na pesca. A pesca da baleia era de fato economicamente viável, pois o seu óleo era exportado para a Europa, o que muito contribuiu, num primeiro momento, com o crescimento urbano da Ilha.

Com isso, Desterro (antigo nome da atual cidade de Florianópolis), que tinha boas condições de um porto natural, com a vinda da família real portuguesa no ano de 1808, passa a se desenvolver com maior intensidade e liberdade para o comércio nacional e internacional, começando a dar destaque para os comerciantes que formariam a primeira “nobreza da terra” (LIMA, 2012). Alguns anos depois, em 1822, após o advento da independência do Brasil, a colonização de áreas “desabitadas” por imigrantes – principalmente alemães e italianos – tornou-se uma política de povoamento e desenvolvimento da região para ocupar os caminhos que ligavam o interior ao litoral (WAIBEL, 1979). Segundo Cruz (2008, apud DENTZ, 2018), esperava-se que a produção das colônias abastecesse a demanda alimentar da capital da província, além de consolidar algumas atividades econômicas, destacadas por Jochem (2002, p. 36):

O governo brasileiro pretendia, com a colonização baseada no regime de pequenas propriedades e trabalho livre, profundas mudanças sociais em curto e longo prazo. As principais são: demográficas, relacionadas ao povoamento das áreas devolutas; morais, através da dignificação do trabalho manual; sociais, pela formação de uma classe média; militares, promovendo a defesa das fronteiras, e econômicas, estimulando a produção de alimentos para os centros urbanos e para abastecimento das tropas envolvidas em conflitos na bacia da Prata (JOCHEM, 2002, p. 36).

Os colonos tinham uma produção agrícola baseada em pequenas propriedades rurais, para atender às necessidades alimentares da família, configurando uma policultura de subsistência com uma pequena produção de excedentes. Do mesmo modo, se apropriaram das técnicas do engenho na produção de açúcar, cachaça e farinha de mandioca, aprimorando a técnica apreendida com os açorianos e estes, com os indígenas. O excedente da produção das colônias – tais como: hortifrutigranjeiro, banha de porco, farinha de mandioca, cachaça – era escoado para Desterro, sendo transportado em carroças ou por animais, até a região do Estreito ou de São José, uma vez que os rios não eram navegáveis na região. Dessa região continental, até a região insular, pequenas embarcações transportavam as mercadorias até o cais na região

central da cidade (Figura 15). Havia também a produção em grande escala (mesmo que restrita pelo tamanho dos terrenos) voltada para a venda externa – como o café, o algodão e a farinha de mandioca (HÜBENER, 1981).

Figura 15 – Feira no cais de Desterro, início do século XX



Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Além disso, um novo dinamismo comercial surgiu no comércio da cidade de Florianópolis com a inauguração da ponte Hercílio Luz em 1926, possibilitando uma maior circulação de pessoas e mercadorias, favorecendo também o crescimento da população (LIMA, 2012). Este desenvolvimento urbano de Florianópolis, aumentou o escoamento da produção das colônias, que acompanhou este relativo crescimento da demanda local (PAULI, 2017). Sob o mesmo ponto de vista, Cruz (2008, apud DENTZ, 2018, p. 122) fala que:

Ao longo do século XX a produção para atender o crescimento urbano da capital foi ampliada com destaque para a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, a banha de porco e os ovos. Uma parte da variada produção das roças destinava-se à criação de suínos, aves e algumas vacas para produção de leite e queijo. A suinocultura foi particularmente importante como fonte de renda até meados do século XX, por causa do valor comercial da banha e da produção artesanal de linguiça e outros embutidos. Além disso, parte dos colonos passou a se especializar no processamento artesanal de produtos, como o açúcar, o melado, a garapa, a cachaça, o fubá, polvilhos, pães e broas.

Florianópolis, que até o começo da década de 1930 estava situada como a maior cidade e o principal centro exportador do Estado, após a Revolução de 1930, decorrente da chegada ao poder das camadas sociais nacionalistas e uma relação com as consideráveis mudanças ocorridas nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país em meio a pactos políticos

(união latifundiária e burguesia industrial), fez com que excluíssem do poder os interesses dos comerciantes ligados a importação e exportação, que eram a classe dominante do momento. Somado a isso, nas décadas seguintes (principalmente as de 1950 e 1960), teve lugar a expansão do capital comercial por meio do transporte rodoviário, ocasionando o desaparecimento do tropeirismo e contribuindo ainda mais para a decadência do porto de Florianópolis (LIMA, 2012).

Assim, até o ano de 1970, as atividades que eram relacionadas ao Porto – assim como as exportações de farinha de mandioca e de outros produtos comercializados – sofrem grande recuo, decorrentes da nova conjuntura econômica e social, prevalecendo para a cidade a condição de centro político-administrativo, proporcionando um novo dinamismo, voltada para as atividades do setor terciário (Idem, 2012).

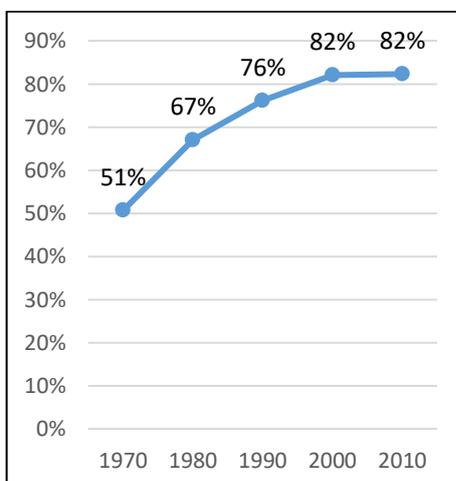
A partir da década de 1970, observa-se que o modelo de transporte atrelado ao “rodoviarismo” – promovido em larga escala pelo poder público das esferas federais e estaduais – ganhou uma atenção especial na região da Grande Florianópolis, principalmente após a inauguração da rodovia BR-101 (em 1973), já que a mesma facilitava o transporte por esse modelo, entre as três capitais do Sul do Brasil, além da BR-282, rodovia que faz a ligação da capital com o interior do estado. Ao mesmo tempo que, na região ocorreram também aberturas e melhorias de rodovias estaduais, ocasionando uma intensificação de fluxos entre as áreas de produção e de demanda de mercadorias agrícolas (BARBOSA, 2013).

Além das modernizações já mencionadas, que permitiram o desenvolvimento da região, principalmente no período da segunda metade do século XX, outro aparelho estatal de suma importância foi a implantação de uma unidade do CEASA no município de São José, no ano de 1978. Nesse sentido, com o advento e avanços das rodovias e a implantação do CEASA, ocasionou um expressivo aumento da eficiência e capacidade de distribuição de produtos frescos e pouco processados na Grande Florianópolis. Dessa forma, diante da logística de operação em rede, entre unidades do CEASA no território nacional, em especial no sul do Brasil, ocorreu uma ligação entre os principais centros urbanos da região e as áreas de cultivo que estão mais distantes. A instalação de boxes especializados viabilizou o transporte em grandes volumes provenientes de outras regiões (HENKES, 2006). Porém, o inverso também é verdadeiro, já que a venda direta pelos produtores na “pedra” do CEASA permitiu que os produtores regionais recebessem um estímulo para aumentar a escala da oferta, com os intermediários passando a atender com baixo custo e regularidade a demanda de estados do Paraná, Rio Grande do Sul e, ainda, de São Paulo.

Com essa “onda de modernização”, o uso da terra para a lavoura foi transformado em parcelas para que fossem vendidas aos recém-chegados, ou seja, o que tinha valor de uso independente da relação que o produtor tinha com a terra, passa a transformar o solo em um produto de mercado (CAMPOS, 2002). Esse fator determinante e influenciador, no que tange a produção de alimentos, fez com que essas populações ocupassem antigas áreas comunais ou de produção agrária.

Posteriormente, por conta da política econômica adotada a nível nacional, principalmente a partir da abertura de mercado nos anos de 1990, ocorreu a expansão do setor terciário, com o surgimento dos grandes varejistas, principalmente no setor alimentício, tendo destaque o surgimento do “Direto do Campo”²¹. Estas transformações propiciaram, de certa forma, a modernização das relações comerciais dentro do processo de urbanização acelerada. Todo esse processo pode ainda contar com a fluidez e distribuição das mercadorias diante da capilaridade ocasionada diante da malha rodoviária e da modernização da infraestrutura de abastecimento, fazendo da agricultura local, um alicerce para a subsistência perante o crescimento da mancha urbana da Grande Florianópolis (BASTOS, 2000). Além do mais, essas modernizações de estruturação de território, da agricultura e da indústria, implicaram na redução da população residente em áreas rurais da capital e os municípios do entorno, ante a expansão contínua da cidade. Tal processo evoluiu para a formação acelerada de uma conurbação a partir da década de 1970 (BRUNO; SILVA, 2022), conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Porcentagem (%) da população urbana dos municípios atualmente conurbados sobre o total residente na Grande Florianópolis



Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1990, 2000 e 2010). Elaborado por Clécio A. da Silva e Lincon B. Bruno.

²¹ Rede varejista local, que realiza venda de hortifrutis, carnes, laticínios e pães, presente em alguns municípios da Grande Florianópolis.

O gráfico representa como essa expansão auxiliou na ampliação do contingente populacional na região, mostrando que além de sofrer um considerável aumento da população, a região conurbada quase dobrou seu peso populacional em relação a região da Grande Florianópolis. Toda essa alteração do panorama local foi decisiva “para reorganizar espacialmente a maior parte das atividades agrícolas”, expulsando grande parte das atividades de agricultura para fora dos municípios conurbados, embora ainda seja observável a persistência de algumas atividades nesses mesmos municípios (áreas de transição rural-urbana ou dentro do urbano) (BRUNO; SILVA, 2022, p. 169).

2.2 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM MEIO AS PRESSÕES IMOBILIÁRIAS

Conforme observado, é perceptível o crescimento da população urbana mundial, chegando a dobrar entre o último quarto do século XX e começo do século XXI, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do mundo (FADIGAS, 2010). De igual modo, consideramos a região conurbada como um espaço que passou por diversos processos de alteração na paisagem, com uma ampliação de seu contingente populacional e, momentos de urbanização mais acentuada, que ocasionaram o deslocamento das áreas de produção agrícola.

Sobre esse aspecto, Angela Lima chama a atenção para o processo de produção e consumo de alimentos nas cidades, como por exemplo, no caso das hortas urbanas, e outros espaços coletivos para este fim, que se desenvolveram em países como a Alemanha. Em sua pesquisa, a historiadora destaca a emergência de espaços de cultivos urbanos em momento de escassez, como durante as guerras, e também nos diversos contextos de urbanização e transformações que as grandes cidades vivenciam.²² Destaca, ainda, os objetivos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que possui uma meta para 2030 – *Vision for the Urban Food Agenda* (Visão para a Agenda Alimentar Urbana) – com o intuito de garantir que as pessoas no mundo estejam livres da fome e de todas as formas de desnutrição. Somado a isso, a autora ainda pontua que em torno de 800 milhões de pessoas (dados de 2017 - FAO²³) cultivam alimentos em áreas urbanas, constituídas pelas produções

²² Para mais informações ver: LIMA, Angela B. **Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade: uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais)**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. 340p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214353>. Acesso em 15 de jun. de 2020

²³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Agricultura Urbana**. Disponível em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/en/>. Acesso em: 13 de fev. de 2022.

em hortas urbanas e comunitárias, representando uma faixa de “15% a 20% da produção mundial de alimentos”. Observa-se, dessa forma, “um renascimento do interesse pela agricultura urbana”, tendo em vista as dificuldades encontradas pelas políticas públicas de atenderem ou resolverem as demandas da desnutrição mundial (LIMA, 2019).

Ainda segundo a autora, historicamente a sociedade humana sempre manteve o cultivo de alimentos próximo das cidades ou até mesmo dentro do que consideramos hoje como áreas urbanas e, foi a partir do século XVII que surgiram os primeiros documentos sobre os espaços de cultivo em áreas urbanas. Contudo, há períodos que foram observados ocorrer um declínio da produção de alimentos no entorno de áreas urbanas, sejam por conflitos, mudanças no modo de vida das cidades urbanas ou até mesmo questões políticas. A autora ainda traz à tona autores/pensadores que abordam a necessidade das hortas urbanas na vida das pessoas e como essas podem ajudar a sociedade no manutenção da vida em comunidade dentro das cidades:

[...] As hortas possuem ainda uma presença modesta, porém contínua, nos escritos utópicos urbanos. Seu papel, no entanto, foi subestimado nas comunidades propostas por pensadores utópicos progressistas do século XIX, como Robert Owen, Charles Fourier, Pierre-Joseph Phoudhon, Etienne Cabet, Jean-Baptiste Godin, apenas para citar alguns. Fourier esboçou espaços de cultivo em seus projetos de falanstério, mas não lhe deu ênfase de hortas familiares. Godin diferia dele em sua ênfase no papel da horticultura e jardinagem na educação de crianças, o que justificava a presença de um espaço de cultivo para ensino em sua comunidade modelo, chamado de familistère. Godin era um dos que acreditavam em “melhorar o destino da classe trabalhadora, fornecendo-lhes o equivalente a riqueza”, um componente significativo do qual era manter contato com a terra.

De fato, no contexto do século XIX, em diversos escritos e teorias, o contato com a terra e a provisão delas para cultivo de alimentos foram privilegiados e entendidos como forma de controle social, mas também de estabilidades, de soberania, de segurança alimentar e até mesmo de independência ao proporcionar maior autonomia. O socialismo utópico, atrelado aos discursos de antiurbanismo e de maior incentivo às práticas de agricultura, já trazia essas ideias ao formar o ideário de sociedade. Surgem como resposta aos problemas detectados nas cidades industriais, buscando apontar alternativas ao modo de vida capitalista excludente. Algumas cidades vinham crescendo de modo acelerado e mostrando incapazes de promover boas condições de moradia e trabalho a todos que se deslocavam para seu espaço. Dentre os países que estavam vivendo este contexto destacam-se na historiografia sobretudo a Inglaterra, França e Alemanha. Nesse conjunto, a Alemanha entrava tardiamente na corrida industrial, mas passou a ser destaque em pouco tempo, especialmente por conta das tecnologias que vinha desenvolvendo (LIMA, 2019).

Nesse sentido, observamos como a sociedade humana, a um bom tempo, já discute a respeito da produção urbana de alimentos e, como até os dias atuais, continua sendo importante essa preocupação a respeito. Não obstante, temos de lembrar que alimentação é um ato

necessário para nossa sobrevivência, tão importante, que sem os alimentos – cabe acrescentar aqui também a necessidade da água – não temos condições para sobreviver e manter em operação nossa “bio-máquina”. Ao mesmo tempo, a desenfreada poluição que sofrem as nossas cidades, torna-se necessário trazer para o campo das discussões a necessidade de mais áreas verdes para tentar limpar o ar, ou ao menos, diminuir o impacto da poluição dos escapamentos dos carros e das chaminés de nossas indústrias (Idem, 2019).

Diante do que já observamos, é perceptível que, o afrouxamento das leis sobre o uso do solo em áreas urbanas, induz à perda de áreas de produção de alimentos em regiões mais periféricas de nossas cidades. Ao fato que, ocorre concomitantemente, um incremento no uso de água para consumo humano e outros, além do aumento dos resíduos sólidos e líquidos gerados nas cidades, que podem ocasionar outros problemas, além dos já citados. Esse assunto nos leva a refletir sobre a complexa relação que os seres humanos têm diante do espaço e a sua necessidade de produzir alimentos e construir moradias.

2.3 LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES DA REGIÃO

Ao olharmos atentamente para a produção de alimentos na região fica evidente que existe uma concorrência e uma estrutura de mercado presente no contexto produtivo local. De certa forma, permanece a influência da menor distância entre mercado e produtor, legitimando em parte as teorias de Thünen, tendo em vista a existência de fatores tecnológicos e econômicos presentes nos tempos atuais e que não estavam incorporados na teoria à época.

Como parte das investigações sobre a produção de alimentos hortícolas na região, foi consultada a base de dados disponibilizada no site do CEASA/SC²⁴. O CEASA/SC foi fundado em 29 de setembro de 1976, com a inauguração da primeira unidade no município de São José. A Central de São José se encontra a margem da BR-101, Km 205, no bairro de Barreiros, sendo que a inauguração dessa primeira unidade ocorreu na data de 18/08/1978, significando que em 2022, essa unidade terá 44 anos de existência. A unidade de São José (Figura 16) conta com uma área de 111 mil m², incluindo um total de 7 pavilhões (3 para produtores rurais e 5 para boxistas), com um total de 2.142 produtores rurais cadastrados e 500 produtores ativos. A

²⁴Esse órgão se constitui como uma Sociedade de Economia Mista e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR). As informações apresentadas nesse trabalho, no que tange a respeito dos dados técnicos e históricos sobre o CEASA/SC, foram coletadas no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/institucional/a-ceasa>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

comercialização ocorre por dois caminhos, comercialização na “pedra” (total de 252 espaços) dos produtores rurais e comercialização por “boxistas” (constituídos por 139 permissionários).

Figura 16 – Imagem aérea do CEASA/SC com seus pavilhões – Unidade São José



Fonte: CEASA/SC. Disponível em: <https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/institucional/a-ceasa>.

Cabe observar que há um documento denominado, “Regulamento de Mercado”, que conduz as regras de comercialização do CEASA/SC (2018, p. 4):

[...]

ART. 3º - Além dos locais, instalações e serviços diretamente ligados a comercialização de produtos hortigranjeiros, tais como o “Box e a Pedra”, existirão no recinto da Central outras instalações e serviços, assim como os módulos, subsidiários à finalidade principal e do interesse da CEASA/SC.

[...]

ART. 16º - As mercadorias procedentes de outros Estados, só poderão ser comercializadas no Setor Permanente ou em local determinado pela Gerência de Mercado, exceto na pedra.

ART. 17º - O usuário do Setor Permanente (box) não poderá operar no Setor Não Permanente (pedra).

[...]

ART. 18 - Poderão habilitar-se como usuários da Central, mediante prévia autorização da Gerência de Mercado e/ou Diretoria da CEASA/SC e a partir da qual serão considerados vendedores ou agentes de comercialização, as seguintes pessoas físicas ou jurídicas:

- a) Cooperativas agrícolas;
- b) Sindicatos rurais;
- c) Sociedade e/ou grupos de produtos agrícolas;
- d) Produtores agrícolas individuais;
- e) Sociedades civis ou comerciais especializadas;

Desse modo, fica claro que a comercialização na pedra é liberada somente para agricultores de Santa Catarina e que os próprios agricultores podem ocupar os espaços de venda disponíveis. Entre os três pavilhões que ocorrem a comercialização na pedra, informamos abaixo como se encontra separada a distribuição desses espaços:

- Pavilhão 1: 104 pedras
- Pavilhão 2: 90 pedras
- Pavilhão 3: 58 pedras

Atualmente a Central de Abastecimento possui outras duas unidades (Figura 17), sendo uma localizada no município de Blumenau (inaugurada em 08/05/1982) e outra em Tubarão (inaugurada em 31/05/1995).

Figura 17 – Localização das 3 unidades do CEASA em Santa Catarina



Fonte: CEASA/SC. Disponível em: <https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/institucional/a-ceasa>. Adaptado pelo autor.

Com os levantamentos realizados, principalmente sobre a base de dados do CEASA/SC, foi possível observar que existe uma significativa produção de alimentos hortícolas na região, que nos permite constatar que mais de 79% das variedades dos produtos comercializados no CEASA são produzidos na região da Grande Florianópolis. Contudo, é preciso mencionar que, por ser tratar de uma região subtropical, podem ocorrer períodos em que a produção desses alimentos será menor ou maior sobre esse percentual, devido a sazonalidade da produção, influenciada principalmente pelo clima local. Tal consideração vale para a produção e circulação do grupo das hortaliças em geral, ficando para as análises particulares as possíveis diferenças entre categorias específicas – folhas, flor, frutos, raízes e tubérculos.

Abaixo apresentamos a Tabela 1, com todos os alimentos comercializados pelo CEASA, considerando uma média anual entre o período de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2022, ou seja, nos últimos quatro anos. Dentro de uma seleção de 101 produtos comercializados nesse período no CEASA/SC, podemos verificar, pela tabela, que 85 desses produtos são produzidos na Grande Florianópolis, os produtos que estão destacados em outras cores (conforme a legenda) são alimentos que não são produzidos nessa região, que derivam de outras regiões do estado de Santa Catarina ou de outros estados da Federação.

Tabela 1 - Alimentos comercializados no CEASA/SC entre fev/2018 e fev/2022

1 - Abacate	22 - Batata Cara	43 - Couve-Folha	64 - Manga	85 - Pimentão
2 - Abacaxi	23 - Batata Doce	44 - Couve-Flor	65 - Manjerição	86 - Pinha/Atemoia
3 - Abobora	24 - Batata Iacon	45 - Ervilha	66 - Maracujá	87 - Pitaia
4 - Acelga	25 - Batata Inglesa	46 - Espinafre	67 - Maxixe	88 - Quiabo
5 - Acerola	26 - Berinjela	47 - Farinha	68 - Maçã	89 - Rabanete
6 - Agrião	27 - Beterraba	48 - Feijão	69 - Mel	90 - Radite
7 - Aipim	28 - Brócolis	49 - Figo	70 - Melancia	91 - Repolho
8 - Alcachofra	29 - Broto	50 - Gengibre	71 - Melão	92 - Romã
9 - Alecrim	30 - Cacau	51 - Goiaba	72 - Milho	93 - Salsa
10 - Alface	31 - Caju	52 - Grão de Bico	73 - Morango	94 - Salsão
11 - Alfavaca	32 - Caqui	53 - Hortelã	74 - Mostarda	95 - Sálvia
12 - Alho	33 - Carambola	54 - Inhame	75 - Nabo	96 - Taiá
13 - Alho Poró	34 - Cebola	55 - Jaboticaba	76 - Nectarina	97 - Tangerina
14 - Ameixa	35 - Cebolinha	56 - Jaca	77 - Nespera	98 - Tomate
15 - Amendoim	36 - Cenoura	57 - Jiló	78 - Ovos	99 - Tomilho
16 - Amora	37 - Cereja	58 - Kiwi	79 - Physalis	100 - Uva
17 - Arroz	38 - Chicória	59 - Lichia	80 - Palmito	101 - Vagem
18 - Aspargo	39 - Chuchu	60 - Laranja	81 - Pepino	
19 - Açafraão	40 - Coco	61 - Lima	82 - Pera	
20 - Banana	41 - Coentro	62 - Limão	83 - Pimenta	
21 - Batata Aipo	42 - Cogumelo	63 - Mamão	84 - Pêssego	

Legenda: **PRETO** – Alimentos produzidos de outros estados, outras regiões de SC e também da Grande Florianópolis/**VERMELHO** – Alimentos produzidos exclusivamente de outras regiões de SC e/ou outros estados/ **AZUL** - Alimentos produzidos exclusivamente de outros estados. Fonte: CEASAS/SC²⁵

Percebemos na tabela acima que existe uma grande variedade de alimentos comercializados no CEASA/SC e por consequência produzidos na região. Importante destacar que o município de Antônio Carlos, conforme levantamento de dados, apresenta uma característica peculiar, pois o mesmo é o município que mais produz variedade de alimentos, chegando a alguns casos de sozinho produzir determinadas variedades. Outros que merecem destaque são os municípios de Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz e Rancho Queimado, que igualmente vão apresentar destaque em alguns cultivares.

²⁵ CEASA/SC. INFORMAÇÕES DE MERCADO: Origem, comercialização e valores. Disponível em: <https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/estatisticas/origem-comercializacao-e-valores-1>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

Para complementar essas informações relacionadas as produções agrícolas de alimentos na Grande Florianópolis, elaboramos a Tabela 02 por meio de um levantamento de dados sobre as produções das lavouras temporárias e permanentes, retirados do PAM, disponível no site do IBGE (2020):

A Produção Agrícola Municipal - PAM teve início no Ministério da Agricultura em 1938. Suas informações eram levantadas pela Rede de Coleta do IBGE, cabendo ao Ministério a elaboração dos questionários, a apuração, a crítica e a divulgação dos resultados. [...], o Instituto tornou-se responsável por todas as fases da pesquisa a partir daquela data, bem como pelos demais inquéritos estatísticos relacionados ao setor agropecuário. [...].

A pesquisa fornece informações sobre área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e preço médio pago ao produtor, no ano de referência, para 64 produtos agrícolas (31 de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes). As culturas temporárias, cabe destacar, são as de curta ou média duração, uma vez que seu ciclo reprodutivo é inferior a um ano, e, depois de colhidas, precisam de um novo plantio. As culturas permanentes, por outro lado, são as de ciclo longo, cujas colheitas podem ser feitas por vários anos sem a necessidade de novo plantio. A PAM é integrada ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, isto é: todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM, em 31.12, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento.

A periodicidade da pesquisa é anual. Sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios. As informações municipais para cada produto somente são prestadas a partir de um hectare de área ocupada com a cultura e uma tonelada de produção.

Ao passo que, fizemos o uso dos dados das tabelas do PAM, referente ao ano de 2020, podemos sobre tais informações apreciar um comparativo entre os municípios da região conurbada e identificar diante desses dados se esses municípios possuem alguma representatividade em relação a essas produções agrícolas. Conforme destacado na citação acima, o PAM investiga apenas 64 produtos agrícolas, ou seja, não explana a respeito de todos os produtos comercializados no CEASA/SC. Por outro lado, esses dados evidenciam que um outro órgão governamental oficial também instituiu não só a região como uma grande produtora de alimentos, mas consegue detalhar que mesmo os municípios mais populosos e com uma maior mancha urbana do mesmo modo colaboram com a produção alimentar e o abastecimento nos mercados da região.

Tabela 2 - Levantamento da olericultura da região da Grande Florianópolis em relação a sua população (julho 2018 a junho 2019)

UF, Mesorregião e Municípios (conurbação) - SC	Total (julho 2018 a junho 2019)		Total (2019)		
	Nº de estabelecimentos	Valor de venda (Reais)	População (habitantes)	% Relação ao valor de venda	% Relação à população
Grande Florianópolis	8.537	427.063.261,780	1.189.947		
Região Conurbada	1.120	61.396.334,730	1.027.342	14,38%	86,34%
Florianópolis	24	328.811,570	508.824	0,54%	42,76%
São José	47	805.342,910	250.181	1,31%	21,02%
Palhoça	97	7.110.062,090	175.272	11,58%	14,73%
Biguaçu	344	19.509.865,130	69.486	31,78%	5,84%
Santo Amaro da Imperatriz	608	33.642.253,030	23.579	54,80%	1,98%

Fonte: CEPA – EPAGRI.²⁶ Elaborado pelo autor.

Portanto, na Tabela 2, de acordo com o desempenho produtivo entre julho de 2018 e junho de 2019, em relação a população estimada do ano de 2019 pelo IBGE²⁷, observamos que a região da Grande Florianópolis corresponde a cerca de 17% da população do estado de Santa Catarina (população estimada em 7.165.000 habitantes) e produz cerca de 3% da balança comercial (referente aos 64 produtos do PAM), correspondendo ao valor de 413,689 milhões de reais. Em se tratando do cultivo de olericulturas, conforme os dados apresentados do CEPA-EPAGRI, entendemos que, os municípios conurbados embora apresentem um total de 86,34% da população de toda a região da Grande Florianópolis, conseguem produzir o equivalente de 14,38% do total comercializado para a região da Grande Florianópolis. Segundo essas mesmas estatísticas, se observa que a região de entorno é responsável pela produção de 85,62%. Isso evidencia o quão é importante a produção desses alimentos hortícolas no entorno desses municípios e a relevância da análise empreendida nessa pesquisa.²⁸

Outra consideração que também podemos observar na Tabela 2, é um olhar para os municípios conurbados e sua relação “população X comercialização”. Como resultado, essa Tabela nos mostra que entre os cinco municípios da região conurbada, os que apresentam maior população, conseqüentemente, apresentam menor produção e, sucessivamente, o mesmo ocorre na ordem inversa, onde os municípios com menor população possui uma maior produção dos

²⁶ Disponível em: <https://www.infoagro.sc.gov.br/index.php/safra/producao-vegetal>. Acesso em: 20 de jul. de 2022

²⁷ O Censo de 2020 ainda não foi realizado, sendo que o mesmo está sendo aguardado para 2022.

²⁸ Penso que vale explicar ao leitor, uma observação sobre a construção dessa Tabela 2. Inicialmente havíamos optados pelos dados do IBGE para falar da relação “produção X população”, contudo em uma visita a Superintendência de Pesca, Maricultura e Agricultura de Florianópolis, foi nos constatado que eles também faziam uso dos dados do IBGE e que em campo começaram a perceber que haviam grandes discrepâncias no que existia informado no site do IBGE com o que existia realmente. Nessa visita foi colocado que os dados do CEPA – EPAGRI estão mais próximos da realidade, em relação a região da Grande Florianópolis.

alimentos. Logo, esses dados nos permitem demonstrar que, as expansões urbanas das cidades forçam o deslocamento ou a saída/encerramento das atividades agrícolas.

Mais adiante, no terceiro capítulo desse trabalho, com base nos variados dados e estudos apresentados, busca-se enfatizar a relevância da produção local de alimentos, tendo em vista a necessidade de abastecimento da região conurbada da Grande Florianópolis. De todo modo, de acordo com o que acabamos de verificar na Tabela 2 e, conforme o que será apresentado na Tabela 3 a seguir, existiu um claro recuo das lavouras temporárias que, tradicionalmente, são as mais importantes da região – exemplos: mandioca, milho e feijão – mas, ainda representa um plantio significativo na área conurbada da Grande Florianópolis.

Tabela 3 - Evolução da produção de cultivos anuais selecionados nos municípios conurbados e na Grande Florianópolis

Município ou região	Quantidade produzida (toneladas)											
	Milho (em grão)				Feijão (em grão)				Mandioca (em grão)			
	1985	1995	2006	2017	1985	1995	2006	2017	1985	1995	2006	2017
Biguaçu	609	900	720	480	147	149	11	11	6600	9000	7200	5000
Florianópolis	234	330	270	-	42	25	15	4	2100	1440	450	216
Palhoça	524	960	1260	850	71	36	29	5	3675	700	560	500
Santo Amaro da Imperatriz	1350	2500	1610	46	143	160	140	10	3675	4000	4000	1500
São José	462	630	180	216	210	246	15	9	4000	5400	1800	1640
Conurbação	3279	5320	4040	1592	613	616	210	39	20050	20540	14010	8856
Grande Florianópolis	...	39490	43414	18523	...	3941	2987	1474	...	73540	62835	40920

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96, 2006 e 2017. Elaborado por Clécio A. da Silva e Lincon B. Bruno

No site do CEASA/SC²⁹ é possível ter acesso a vários documentos, referente aos quatro últimos anos, do que o próprio CEASA/SC chama de “Informações de Mercado”, retratando a comercialização e valores dos produtos que foram negociados e passaram pelo CEASA/SC. Do mesmo modo, no presente site, por exemplo, é possível localizar tabelas com as seguintes informações (vide anexos para melhor visualização das mesmas):

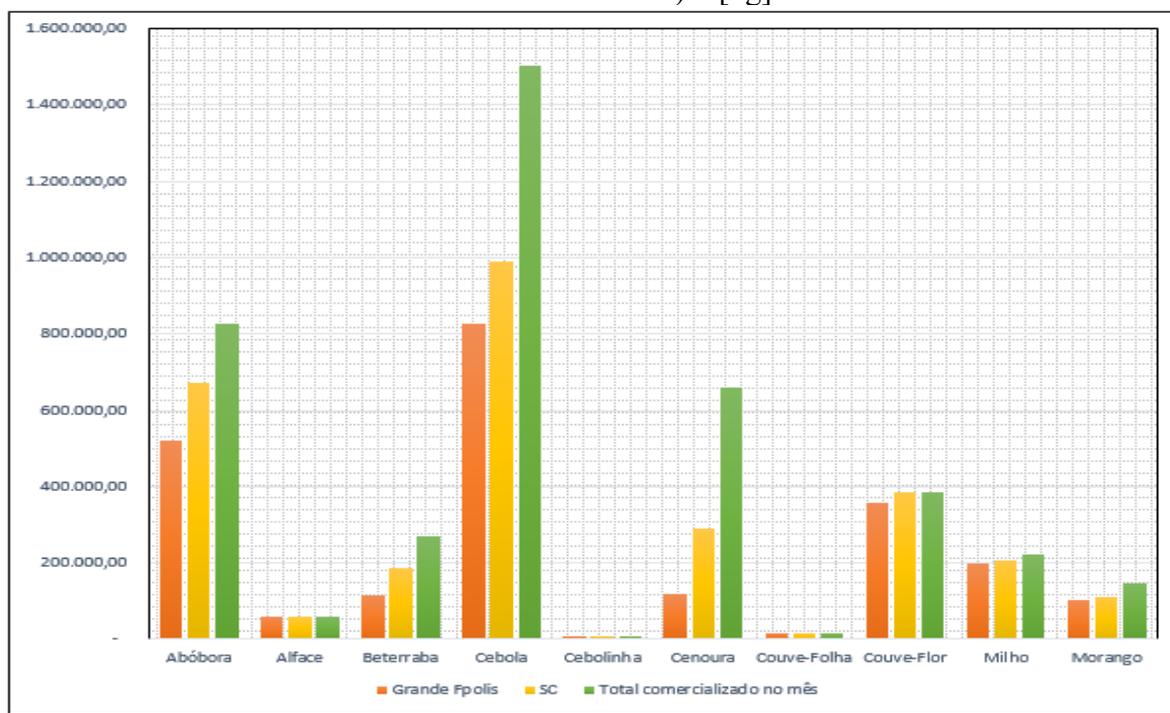
- Modelo de relatório de volumes por produto e origem no CEASA (Anexo 1)
- Modelo de relatório de volumes por setor e categoria no CEASA (Anexo 2)

²⁹Disponível em: <https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/estatisticas/origem-comercializacao-e-valores-1/2022-2>. Os dados são disponibilizados no site em referência as unidades do CEASA/SC, tendo como unidade de São José responsável pelos dados no site.

- Relatório de Cotações do dia, emitido diariamente no site do CEASA (Anexo 3)³⁰

Mediante análise desses dados, foi possível elaborar alguns gráficos para pensarmos a representatividade de produção de alimentos hortícolas dentro da região da Grande Florianópolis e verificar se está evidente a existência de uma produção no entorno que tenha representatividade nesse órgão estatal. No entanto, sem fazer delongas e sem precisar esperar o “final da série”, antecipamos ao leitor que sim, esses dados nos permitem para mostrar o quão importante, volumoso e rentável é essa produção na região. Para se ter uma ideia, abaixo segue uma tabela com os principais dados referente a comercialização de produtos no CEASA/SC, considerando uma média total ao mês dos últimos 4 (quatro) anos, no período correspondente entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2022.

Gráfico 3 - Volume médio comercializado mensalmente no CEASA - São José (entre fev/2018 e fev/2022) – [kg]



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev/2018 a fev/2022. Elaborado pelo autor.

Como primeiro passo, é preciso entendermos o que está exposto nesse gráfico acima. Esta representação foi elaborada no modelo “X” por “Y”, onde X corresponde aos dez (10) alimentos selecionados na pesquisa dos dados do CEASA/SC e Y é o valor em (mil) quilos do que foi comercializado. O presente gráfico busca demonstrar, com os dez itens selecionados, a incidência de produção de hortícolas provenientes da Grande Florianópolis em proporção ao

³⁰ No caso dos relatórios de cotações de preços, é possível acessar os dados desde janeiro de 2017. Foi observado que este item é atualizado diariamente.

total comercializado no CEASA/SC. A escolha desses 10 alimentos não foi realizada de forma aleatória, se buscou mediante os dados coletados que formularam a Tabela 1 - Alimentos comercializados no CEASA/SC entre os anos de 2018 e começo de 2022, para saber quais alimentos eram produzidos na região de análise – no caso dessa tabela, esses alimentos estão destacados na cor preta. Dentre os alimentos selecionados, o objetivo de escolha foi tentar contemplar quais nos permitiriam visualizar a existência de uma proximidade ou não, no que tange a produção dos alimentos, diante das observações de Thünen. Para isso, escolhemos contemplar a variedade de alimentos a seguir:

- Hortaliças – Alface, Couve-Folha, Couve-Flor;
- Frutos – Abóbora e Morango (Rosaceae);
- Leguminosas – Milho Verde;
- Raízes – Beterraba e Cenoura;
- Bulbos – Cebolinha e Cebola.

Sobre a base de dados para a elaboração das informações e resultados, foram confeccionados gráficos (Anexos 04 a 13) para uma melhor visualização sobre as médias mensais de cada tipo de produto pesquisado durante o período da análise. Observou-se que alguns alimentos possuem sazonalidade e, como estamos considerando uma média mensal, essa sazonalidade já se encontra inserida dentro dos cálculos de valor médio atribuído para cada um dos alimentos pesquisados.

Ao analisarmos esse gráfico, é possível notarmos que, as hortaliças como Couve-Folha, comercializadas no CEASA/SC, são produzidas praticamente 100% nos municípios da Grande Florianópolis. A Alface apresentou 99% da produção como sendo da região, enquanto a Couve-Flor teve um resultado de 92% da produção local. Em relação a essas três variedades de hortaliças, o maior volume de comercialização e produção foi apresentado pela Couve-Flor.

Os alimentos do tipo frutos e leguminosas, já apresentaram uma certa variabilidade quanto ao percentual de produção. O Milho Verde, com destaque para o município de Santo Amaro da Imperatriz, como maior produtor dessa variedade, obteve na média mensal uma correspondência de 90% de produção local, perante o que foi comercializado pelo CEASA/SC. Por outro lado, os frutos (Abóbora e Morango) tiveram um desempenho um pouco menor nessa relação, apresentando respectivamente 63% e 70%. Desses três alimentos apresentados, o com maior volume de produção é a Abóbora, já que o Milho e o Morango apresentam um menor volume, embora sejam mais expressivos que algumas hortaliças apresentadas no mesmo gráfico.

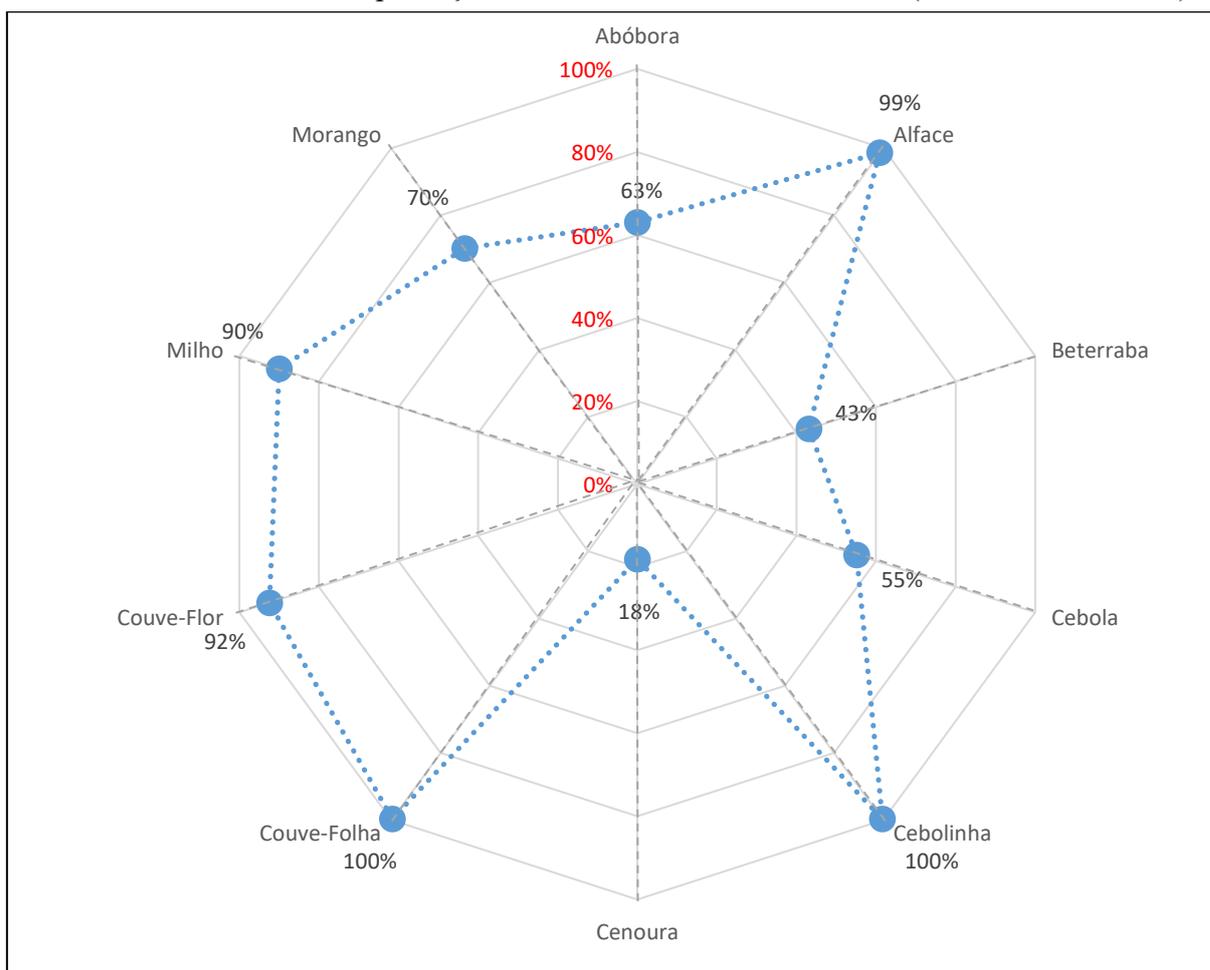
Nesse sentido, enquanto os outros alimentos pesquisados apresentaram uma relação de produção maior do que 50%, as raízes (Beterraba e Cenoura) tiveram um desempenho menor em relação ao total comercializado. A Beterraba, por exemplo ainda apresentou um volume de 43% produzido na região, enquanto a Cenoura, mesmo apresentando uma quantidade comercial maior que a Beterraba, obteve apenas 18% de sua comercialização produzida localmente, além de este produto, dentre os dez, ser o que apresentou o maior índice de produção comercializada fora do Estado de Santa Catarina.

Entre os bulbos, a Cebolinha é o que apresentou uma menor expressividade no total comercializado dentro do órgão, embora sua produção comercializada tenha originado 100% da Grande Florianópolis. Um diferencial fica por conta da Cebola, pois dentro os alimentos pesquisados, foi o que apresentou o maior volume de comercialização, chegando a uma média comercial de 1.500 toneladas mensais. Quanto ao volume de produção local comercializado desse alimento no CEASA/SC, chegou-se a um percentual de 55%.

Mesmo trabalhando com apenas 10 alimentos nesse gráfico, conseguimos observar como esses itens agrícolas demandam grandes quantidades de comercialização no CEASA/SC e de certa forma, enxergamos como os produtores da região são importantes para a comercialização local.

Posteriormente, com esse prévio levantamento e confecção do gráfico 3, se realizou a montagem do gráfico de radar/superfície (gráfico 4), de forma a se apresentar o percentual de produção dos alimentos oriundos da Grande Florianópolis, em relação a um ponto comum de comercialização, representado nesse caso pelo CEASA/SC. O Gráfico 4 foi igualmente desenvolvido para “somar” e colaborar na correlação da teoria de Thünen com a produção de alimentos por proximidade de um mercado consumidor. Espera-se, diante deste, a possibilidade de visualizar o percentual produtivo no que se refere ao grau de proximidade de um determinado alimento e sua relação ao que consideramos como centro consumidor, no caso, a região conurbada da Grande Florianópolis.

Gráfico 4 – Percentual de produção comercializado no CEASA/SC (fev/2018 a fev/2022)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – 2018 a 2022. Elaborado pelo autor.

O gráfico reforça a observação de que os alimentos que demandam de menor escala de produção – principalmente os folhosos – conseguem atender um maior percentual da demanda alimentar para a população da concentração urbana, em relação ao fator proximidade. Todavia, enquanto os alimentos que demandam maior escala – embora sejam produzidos na região de entorno – atendem a um percentual menor, uma vez que, parte desses itens comercializados, acabam por vir também de outras regiões de Santa Catarina, do Brasil e ou até mesmo de outros países (Argentina e Uruguai, por exemplo).

A seguir, veremos exemplos fora desse circuito de comercialização, uma vez que, existem produtores da região que vendem diretamente para feiras, supermercados, quitandas e, até mesmo para outras regiões administrativas de Santa Catarina e/ou outros estados. Cabe observar que, dentre a produção desses alimentos, tanto nos municípios conurbados como nos demais municípios dessa região administrativa, diante dos dados considerados, observa-se um destaque para alguns dos municípios com maiores origens dos alimentos, como é o caso de Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz e Rancho Queimado.

3 A REINVENÇÃO DOS MERCADOS LOCAIS PARA COMPREENDER A DINÂMICA ATUAL

Um ponto que é muito importante mencionarmos, e vai ao encontro do que Goodman (2017) nos coloca: “a “virada” rumo aos alimentos de qualidade e o surgimento de redes alternativas de abastecimento de alimentos refletem a confluência entre avanços de mais longo prazo e fatores conjunturais”. Ele nos chama a atenção ainda para a questão da “crise da confiança” alimentar, que leva os consumidores a ficarem mais atentos as práticas da agricultura empresarial de grande escala, citando situações de “crises alimentares” como a tão conhecida doença da vaca louca ou mesmo os surtos de febre aftosa.

Diante do modelo fordista de produção de alimentos e o fator do ultra processamento dos mesmos, o que ocorre é uma fuga para a qualidade, gerando uma crise de confiança quanto aos alimentos sem origem e sem identidade. Claro que esse olhar e preocupação será mais praticado pelos consumidores de classe média (renda mais elevada), pois serão eles que conseguiram pagar por alimentos que fogem à regra da produção corporativa de alimentos (Goodman, 2017).

Concomitante ao massivo processamento agroindustrial, ainda existem outros fatores que influenciam a produção dos alimentos que estarão disponíveis nas gôndolas dos mercados, como a “tal” da higienização, que foi muito crescente principalmente no começo do século XX. Especificamente em Florianópolis, já que parte da produção alimentar sempre foi advinda de outros municípios próximos ou distantes a capital, iniciou-se um contexto de necessidade de espaços regulados para venda de gêneros alimentícios, gerando transtornos ao produtor local, mediante a sua produção caseira dos alimentos, conforme Lima (2012) observa abaixo no seguinte trecho:

Com o advento das mudanças urbanas antigas práticas de trabalho e mesmo de sobrevivência foram sendo “banidas” da cidade. Acerca do assunto é possível encontrar nos Códigos de Posturas Municipais e também nos jornais, informações sobre as novas regulamentações de venda de alimentos, de criação de animais, de acesso a lenha, entre outras antigas práticas. (LIMA, 2012, p. 55).

Lima chama a atenção, ainda, para caracterização do trabalho formal, imposto pelas políticas locais da época:

Assim, no início do século XX considerava-se trabalhadores os indivíduos que exerciam atividades em empresas, fábricas ou no comércio, ou seja, atividades ligadas ao trabalho formal. Desta maneira, algumas atividades que eram desempenhadas no espaço urbano como, vendedores ambulantes, feirantes, carregadores, carroceiros que se somavam aos diversos trabalhadores

informais, não se enquadravam entre as categorias de trabalho. (LIMA, 2012, p. 55).

Além de dos novos dilemas enfrentados pelos produtores agrícolas na capital e nas regiões próximas, observa-se que muitos desses trabalhadores precisaram modificar o seu modo de vida tradicional. Torna-se comum perceber que, muitas das pessoas que viviam desse *modus operandi*, tiveram que abandonar seus antigos hábitos de produção ou venda de alimentos. Como se não bastasse, além desses novos enfrentamentos, muitos tiveram de deixar suas moradias em áreas centrais e tomarem a direção para áreas no interior, principalmente na região continental. (LIMA, 2012)

Mediante a evolução na produção de alimentos e seus problemas, observados até aqui, nota-se que o modelo de consumo alimentar ecologicamente correto precisa encarar alguns desafios, dentre eles, podemos citar a reinvenção dos mercados locais, o estímulo da comercialização de alimentos ecológicos dentro dos circuitos curtos, além da aproximação entre produtores e consumidores. Nessa lógica a circulação ganha destaque, demonstrando o caráter essencial dos fluxos para realização da produção. De todo modo, a configuração territorial influi nos circuitos, assim como a formação social, que pode ter relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provem o “impulso” (necessidade de consumo das pessoas) (DAROLT, 2013).

Analogamente, os circuitos espaciais de produção ou circuitos de cooperação, mostram o uso diferenciado de cada território por parte dos indivíduos envolvidos. A cooperação entre poder público e esses agentes envolvidos denotam a identificação da hierarquia dos lugares e das interações espaciais, relacionadas a interdependência e complementariedade. (SANTOS, 1997) Para que possamos entender o que são “circuitos curtos”, ou “circuitos de proximidade” ou ainda “circuitos locais”, é preciso entender que estes caracterizam-se pela distribuição de alimentos de venda direta entre produtor e consumidor, dentro de uma proximidade geográfica. Porém, ainda é aceito nesse interim uma terceira figura, representado pelo mediador, “podendo ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local” (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009 e MARECHAL, 2008 apud DAROLT, 2013).

Entende-se que tudo aquilo que garante o circuito da produção gera um consumo produtivo. Nesse sentido, o circuito produtivo pode ser entendido como uma unidade, com elementos distintos em seu interior, ou seja, a produção muitas vezes surge, pois, as pessoas passam a consumir ou interessar-se pelo consumo de algo. Trazendo essa abordagem em relação

aos circuitos curtos, é observável que, além da prática das pessoas por consumirem produtos mais “limpos”, sem malefícios para a saúde, pode ter lugar ainda a conscientização direcionada a um consumo local ou mesmo respeitando a sazonalidade natural do cultivo dos alimentos³¹. Além do que, este é um importante fator para aproximação das comunidades rurais com as comunidades urbanas. Contudo, o produtor necessita redesenhar o seu sistema produtivo, ainda que, por contrapartida, o consumidor aprenda a respeitar e entender o que a natureza pode fornecer em cada época do ano, passando a se adaptar conforme a oferta (DAROLT, 2013).

3.1 A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA DE PROXIMIDADE

A valorização fundiária cria a dificuldade de permanência das atividades agrícolas, fatores esses intensificados pelo aumento populacional e a forte ampliação das cidades. Somado a isso, a economia de nossas cidades se apresenta cada vez mais complexa, onde a competição pelo direito a terra, atrelada a valorização dos imóveis, resultam em regiões conurbadas, cada vez mais concentradas no âmbito espacial (regiões expandidas – em sua forma física – tanto horizontalmente, quanto verticalmente). Do mesmo modo, pensando a “renda absoluta”, a produção de alimentos nos centros urbanos, vai competir com o lucro médio dos setores, que nesse caso, o preço da terra (venda ou aluguel), além dos impostos, consistirá em um alto valor de investimento, forçando o produtor a procurar terras mais baratas. (CARIO; BAZUNELO, 1986)

Sobre estes aspectos, destacamos a pesquisa de Giovana C. Ferreira que nos mostra, por exemplo que, em Florianópolis, diante da valoração dos bens imóveis, há dois grupos interessados, os donos do capital imobiliário e a própria gestão municipal. Assim, além de ambos interesses forçarem uma valorização dos bens, ocorre uma pressão por parte da própria administração municipal, em tornar as áreas que ainda restam para cultivos em perímetro urbano, para dessa forma, modificar a cobrança de imposto rural para urbano nessas áreas. (FERREIRA, 2018). Mais recentemente, Florianópolis se tornou piloto em um programa do

³¹A nível de curiosidade, existem diversas discussões a respeito de qual a melhor forma de produzir ou consumir alimentos, como exemplo temos essa reportagem, do jornal *EL País* sobre um novo conceito, que surgiu por volta de 2009, os “*climatarians*”: SÁNCHEZ, Nacho. Nem vegano nem onívoro: para ser respeitoso com o planeta é preciso comer como um “climatarian”. *Jornal El País*. 30 de ago. de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/26/estilo/1566830849_215631.html?rel=arc_articulo#1582422772524. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

Governo Federal³², em ceder a propriedade dos “terrenos de marinha” em troca de um valor de venda³³.

Nas áreas de borda da região conurbada a situação sobre a pressão por valorização não é diferente, tendo em vista que vem ocorrendo a elevação nos preços de aluguéis e venda de imóveis, acompanhado de um capital que vem “abocanhando” esses espaços de cultivo ou moradias mais suburbanas. Tais espaços são considerados zonas de transição periurbanas, onde ainda é possível observarmos espaços rurais remanescentes ou que ainda não sofreram alterações diante da pressão imobiliária. Nessas áreas permanece notável a paisagem constituída por lavouras e pastagens em pequenos lotes de cultivo de hortícolas, mesclados com diferentes formas de uso e ocupação do solo (condomínios residenciais, galpões industriais, armazéns, pequenas edificações com serviços e atividades para os cidadãos).

Na Figura 18 abaixo encontram-se destacados alguns bairros como o “Alto Forquilhas”, “Sertão do Maruim” e “Potecas” (São José), “Ratones” (Florianópolis), “Guarda do Cubatão” (Palhoça) e “Sul do Rio” (Santo Amaro da Imperatriz), que apresentam a paisagem característica das áreas de borda – periurbanas.

Figura 18 – Localidades que se destacam pela horticultura inseridos na região de conurbação



Fonte: Elaboração IDOM-COBRAPE (JUAN et. al., [s.d.]). Adaptado por Clécio A. da Silva e Lincon B. Bruno.

³² MUELLER, Fernanda. **Dois mil imóveis na Beira-Mar de Florianópolis são notificados para compra de terrenos de marinha.** Jornal Hora de Santa Catarina: Florianópolis. Disponível em: <https://www.nsc total.com.br/noticias/dois-mil-imoveis-beira-mar-florianopolis-notificados-compra-de-terrenos-de-marinha>. Publicado em: 23 de fev. de 2022. Acesso em: 02 de mar. de 2022.

³³ THOMÉ, RAFAEL. **Venda de 30 mil terrenos de marinha em Florianópolis gera dúvidas após anúncio do governo.** JORNAL ND+: Florianópolis. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/governo-federal-anuncia-venda-de-terrenos-de-marinha-medida-gera-incertezas/>. Publicado em: 28 de jul. de 2021. Acesso em: 02 de mar. de 2022.

Ao observarmos os espaços periurbanos e as formas empregadas de uso do solo para cultivo de alimentos percebemos a existência não apenas de seu uso comercial, mas igualmente de uso para os cultivos de subsistência em quintais ou até mesmo em áreas de produção comunitária. Sobre tais aspectos, a Figura 18 exemplifica alguns locais circundantes (cinturão verde) à conurbação que fazem parte da produção agrícola local, sendo que, em alguns dos casos, não existe a necessidade da obtenção da renda. Em outras palavras, isso nos permite demonstrar que não existe somente o cultivo comercial, mas do mesmo modo outras formas, especialmente tendo em vista a crescente aspiração ou necessidade de alguns grupos da população em cultivar alimentos mais saudáveis ou até mesmo, ter um local verde como espaço de lazer e convívio social.

3.2 O “CINTURÃO VERDE” DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Inicialmente, a ideia do cinturão verde não consiste em algo incipiente na Grande Florianópolis, é um conceito que já está baseado em atividades e projetos identificados e que se realizam na região. Em meio a essa perspectiva, encontra-se embasado que a produção local consegue de forma satisfatória abastecer as feiras e supermercados na Grande Florianópolis e, quiçá, até fora dessa região.

Ao realizarmos uma pesquisa pelas mídias locais foi possível observar a existência de várias reportagens³⁴ que chamam a atenção para uma região de “cinturão verde” no entorno da Grande Florianópolis. Em uma das reportagens encontradas, publicada no site do grupo NSC (antiga RBS/SC), estão expostos dados sobre um levantamento referente a 64 produtos com presença nas feiras e prateleiras dos supermercados e que são produzidos na região. Somente no ano de 2012 essa produção de alimentos movimentou na região um equivalente a 228,6 milhões de reais, destacando que o fator proximidade fez municípios se especializarem no abastecimento para a região conurbada (OGEDA, 2014b).

A reportagem também apresentou um paralelo entre produção e valorização da terra, podendo acarretar nos valores de produção. Assim, a produção de hortícolas na região acaba ocorrendo em municípios vizinhos a conurbação, como é o caso de Antônio Carlos, município com quase 8 mil habitantes, que hoje é um dos principais fornecedores de verduras e hortaliças e tem a horticultura como predominância na economia do município. Segundo o entrevistado

³⁴ Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/o-cinturao-verde-que-abastece-a-grande-florianopolis/>. Publicado em: 10 de ago de 2014. Acesso em: 12 de março de 2022.

na reportagem citada, senhor Ilmar Borchardt (funcionário do Cepa), com a valorização das terras, é mais difícil encontrar algum agricultor produzindo grãos, decorrente do fato de que a produção de hortaliças, por hectare, pode render um lucro de até 25% maior em comparação com a produção de grãos. Ilmar ainda chama a atenção para a mão de obra, que no caso das hortaliças, precisa ser mais intensiva e especializada, o que acaba fortalecendo a presença da agricultura familiar na região. Outro especialista apresentado pela reportagem, Júlio César Mello (Epagri) menciona que em pelo menos 10 municípios da região tem como carro chefe no cultivo rural, a produção de hortaliças (Idem, 2014b).

De acordo com as informações levantadas, a repórter Alessandra Ogeda (2014b) destaca que, além de Antônio Carlos, os municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado, Angelina e Águas Mornas, produzem juntos 80% das hortaliças da região. Além disso, existe uma listagem apresentada das hortaliças oriundas da Grande Florianópolis que dominam a produção estadual, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 - Produção de alimentos hortícolas na Grande Florianópolis e seu “peso” percentual na produção estadual

Hortaliças	% sobre a produção estadual
Alface	59,0%
Couve-Flor	80,0%
Milho Verde	75,0%
Brócolis	73,0%
Batata Doce	57,0%
Chuchu	98,0%
Cebolinha	60,0%
Salsa	79,5%
Agrião	72,0%
Berinjela	77,0%
Couve	85,6%
Espinafre	93,0%
Rúcula	76,0%

Fonte: OGEDA, 2014b. Adaptado pelo autor.

Portanto, de acordo com os especialistas entrevistados, a tendência é que a produção na região considerada como cinturão verde se torne mais tecnológica, com a tendência de concentração na produção de alimentos com maior renda, além da inserção de plantas

ornamentais e de pequenas frutas vermelhas (acerola, mirtilo, framboesa e o morango), somada à crescente valorização da produção orgânica, que já é marcante na região (ibidem, 2014b).

Em outro levantamento realizado pelo mesmo grupo midiático, a repórter Mariella Caldas (2011)³⁵, apresenta a importância da produção de alimentos da horticultura nos municípios de Biguaçu e Antônio Carlos. O destaque da reportagem centra-se nesses dois municípios, que no ano de 2011 figuraram como os maiores produtores de goiaba e folhosas na Grande Florianópolis. No município de Biguaçu, foi localizado pela reportagem, uma das poucas propriedades rurais produtoras de goiaba, com uma produção anual que beira as 100 toneladas, sendo parte da venda da sua produção destinada exclusivamente para uma grande rede de supermercados presente na própria região. Destacou-se, ainda, que 50% de sua produção é comercializada somente dentro do estado de Santa Catarina, na época da veiculação da reportagem.

Em conjunto, a mesma reportagem, apresenta destaques do município de Antônio Carlos, com uma produção bruta em 2011 de R\$ 600 mil ao dia, correspondendo a 60 toneladas/dia de folhosas e 70 toneladas/dia de outros cultivos e, ainda chamando a atenção que nesse mesmo município, 800 produtores são responsáveis pela metade do que circula dentro do abastecimento do CEASA/SC, sendo considerado como o município com maior produção de hortaliças em Santa Catarina. Ainda, conforme a reportagem, “de acordo com o engenheiro agrônomo da Ceasa (Centrais de Abastecimento), Emílio Ribeiro Neto, 90% da goiaba vendida no Estado vem de fora. Dos 10% restantes, boa parte é de Biguaçu”.

Em visita a região conhecida como Sertão do Maruim, em São José, ainda é visível a presença da criação de animais e cultivo de alimentos. Pequenos negócios e/ou produtores locais que realizam cultivos de forma comercial, seja no modelo convencional, ou no modelo orgânico. Na imagem abaixo (Figura 19) podemos ver uma produção orgânica – certificada, com produção direcionada para redes de supermercados tradicionais da região – competindo com casas e condomínio ao fundo do terreno.

³⁵ CALDAS, Mariella. Maiores produtores de goiaba e folhosas estão na Grande Florianópolis: Cidades de Biguaçu e Antônio Carlos respondem por boa parte das vendas do Estado. *In: nd+*, 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/maiores-produtores-de-goiaba-e-folhosas-estao-na-grande-florianopolis/>. Publicado em: 12 de out de 2011. Acesso em: 25 de abr de 2022.

Figura 19 – Visita de campo em horta comercial no bairro “Sertão do Maruim” (São José)

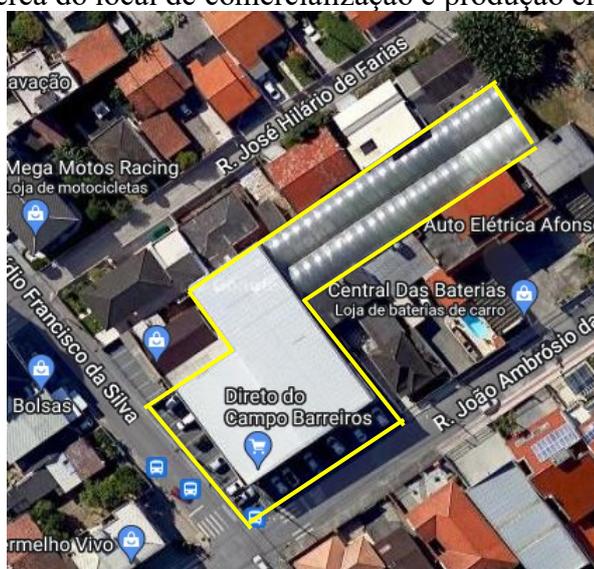


Fonte: Clécio Azevedo da Silva (arquivo pessoal)

Assim como essa, outras hortas intraurbanas ou periurbanas também destinam suas produções, mediante contratos (podendo ser pré-contratos), para as redes supermercadistas e feiras da área conurbada. Imagens como a da Figura 19, demonstram que, considerando o tamanho dos terrenos cultivados, a horticultura periurbana pode apresentar um significativo nível de produção.

Ainda no município de São José, localizado no bairro Ipiranga, em seu perímetro urbano encontra-se um exemplo de comércio local que produz parte das hortaliças comercializadas no próprio estabelecimento (vide Figura 20) em formato de estufa.

Figura 20 – Vista aérea do local de comercialização e produção em estufa em São José



Fonte: Google Maps (2022)³⁶

³⁶ Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-27.5593919,-48.6200952,168m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 17 de junho de 2022.

Dentre os alimentos comercializados no local (Figura 21) foi identificado que são produzidas algumas folhosas como Alface, Rúcula, Couve e alguns temperos (Cebolinha e Salsinha), além de Morangos. Ainda, segundo os atendentes (vendedores e repositores), foi mencionado que os produtos utilizados na adubação seguem o formato orgânico e há um funcionário específico que cuida da produção por algumas horas do dia.

Figura 21 - Horticultura hidropônica em área urbana de São José



Fonte: Acervo do autor

Além disso, como já observado, para se manter a produção em uma região com terras valorizadas é preciso, como no caso das hortaliças, o fornecimento de um retorno maior dos lucros, embora também exista a possibilidade de lugares em que prevalecem interesses sociais por áreas mais naturais, ou que se possa praticar atividades na natureza, como no caso do Pacuca, na região do Distrito de Campeche em Florianópolis.

A horta pedagógica e comunitária do Pacuca, é mantida por voluntários e utiliza parte da região do antigo Campo de Aviação. O local se tornou patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural, por meio do decreto nº 13.707, possuindo uma área total de 129.000 m², que resiste ao “*lobby*” imobiliário em uma área considerada extremamente valorizada, devido a sua proximidade da região central de Florianópolis. Historicamente, nessa área do campo de aviação (área de planície entremares), funcionou no começo do século XX uma empresa francesa – *Compagnie Générale Aéropostale*, que atuava com aviação postal, tendo um de seus pilotos o autor do livro “Pequeno Príncipe”, Antoine de Saint-Exupéry (QUINTÃO, 2019).

Em uma parte da área tombada é que atualmente funciona a horta comunitária, que conta com 8.000 m². A constituição da horta, a organização de seu canteiro central, buscou resgatar esse passado local, então parte da horta possui o formato de um avião. A horta comunitária faz parte do projeto pedagógico da APA (Associação de Amigos do Parque Pacuca), que tem estimulado os moradores dos bairros próximos a trabalhar com a terra, cultivando alimentos orgânicos dos mais variados, além de ser um espaço de socialização comunitária, atendendo desde escolas, universidades e o público em geral. Acompanhando a rede social³⁷ da horta é possível observar que boa parte dos alimentos são destinados a comunidades carentes, asilos, moradores de rua, entre outros (Idem, 2019).

Figura 22 – Vista aérea da Horta Comunitária do Pacuca (Bairro Campeche – Florianópolis/SC)



Fonte: Riozinho.com, 2019 *apud* QUINTÃO, 2019, p. 139.

³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/hortadopacuca/>

Figura 23 – Visita de campo na Horta Comunitária do Pacuca (Bairro Campeche – Florianópolis/SC)



Fonte: Lincon Broering Bruno (arquivo pessoal).

Tendo em vista que nas áreas urbanas permanece o elevado custo do solo, os agricultores, como forma de baratearem sua produção, buscam alternativas mais naturais para a produção dos alimentos e agregação de qualidade sobre seus produtos. Nesse sentido, a horta do Pacuca demonstra, por meio de alternativas como o aproveitamento da adubação do lixo orgânico de uma comunidade, ser possível criar compostos que sirvam de adubação e nutrientes para o solo e as plantas, fazendo com que o custo de adubação seja muito baixo. Assim, como forma de melhorar a capitação da renda, alguns agricultores urbanos buscam estratégias como atividades combinadas.

Outro exemplo primoroso, e importante, encontra-se no CEPIA (Centro de Produção Integrada e Aquaponia), atualmente localizado no bairro do Campeche (Florianópolis). A iniciativa compõe um modelo privado de produção de alimentos hortícolas, que também concorre diretamente com o capital especulativo, tendo em vista que seu proprietário, o agrônomo Bruno Ornellas, aluga um imóvel que poderia servir para moradia ou instalação de algum comércio no local. Neste caso, o proprietário mostra como é possível atuar de forma comercial com a produção de hortícolas dentro da cidade e conseguir obter lucro com a atividade.

Figura 24 – Visita de campo ao Instituto Cepia (Bairro Campeche – Florianópolis/SC)



Fontes: Clécio Azevedo da Silva e Lincon Broering Bruno (arquivos pessoais).

O modelo de produção do CEPIA (Figura 24) é baseado em hortaliças aquapônicas, PANC'S (plantas alimentícias não convencionais), temperos, ovos caipira e flores comestíveis, complementado com produção de peixes (Tilápia) e o uso da biofiltração (ou biofertilização). Nesse caso, os recursos se tornam limitantes ou com custos elevados, como o espaço, ou até mesmo a água e a eletricidade.

Eventualmente, a comercialização no varejo (feiras, pequeno comércio ou na própria propriedade) existe, porém, representa uma menor participação no conjunto total das vendas. O CEPIA não possui uma grande escala de produção, suficiente para atender a grandes redes de supermercados, apesar disso, realiza entregas programadas, através de encomendas feitas pelos consumidores, previamente conhecidos ou cadastrados.

Segundo o proprietário Bruno (2019)³⁸, no ano de 2019, o CEPIA produzia mais de 2000 hortaliças por mês e cerca de 100 kg de Tilápias por metro cúbico d'água, em uma área total de 200 metros quadrados (Figura 25). Ao todo o sistema usa cerca e 5.000 litros de água, totalmente procedentes da captação de água pluvial, ainda segundo o produtor, é possível uma economia de 90% no uso de água, com o modelo de produção adotado.

³⁸ Em 2019, foi feita uma visita de campo no CEPIA, onde as informações aqui colocadas, são com base nas falas do próprio agricultor urbano – Bruno Ornellas.

Figura 25 – Foto aérea do local de produção do CEPIA (vista do terreno de 200m²)



Fonte: Centro de Produção Integrada e Aquaponia (CEPIA)³⁹

A venda da produção do CEPIA ocorre por meio de cestas⁴⁰ (Figura 26) com produtos derivados da produção própria do CEPIA e também com algumas parcerias locais.

Figura 26 – Modelo das cestas de alimentos comercializadas pelo Cepia



Fonte: Centro de Produção Integrada e Aquaponia (CEPIA)⁴¹

³⁹ Disponível em: <https://cepiafloripa.shopping.marketup.com/loja/quem-somos>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://cepiafloripa.shopping.marketup.com/> e <https://www.facebook.com/cepiafloripa/>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

⁴¹ Disponível em: <https://cepiafloripa.shopping.marketup.com/>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

No caso do CEPIA, a ampliação dos rendimentos e a consequente viabilização do negócio explora, atualmente, o aproveitamento de água da chuva (para irrigação e abastecimento dos tanques de peixes). O sistema é baseado na recirculação de água, onde a mesma abastece os tanques de peixes e, sai por meio de bombas para abastecer a produção de hortaliças pelo sistema aquapônico, onde os próprios dejetos gerados, passam por uma biofiltração, servindo de nutrientes para as plantas e peixes, ou seja, os resíduos orgânicos são aproveitados na forma de compostagem e alimentação animal.

3.3 FATORES FAVORÁVEIS À PROXIMIDADE

O fator proximidade nos mostra, a partir dos modelos de produção apresentados, localmente existem permanências de produção de alimentos hortícolas tanto dentro da região conurbada, como em seu entorno. Da mesma forma, o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo após a sua passagem para a fase monopolista, evidenciou os limites colocados diante do modelo apresentado por Thünen, mesmo este modelo não considerando fatores como a incorporação de tecnologias, as economias de escala e a regulação de mercado. No entanto, diante dessa pesquisa, ao que tudo indica, existe uma relação entre a menor distância e mercado consumidor, e que isso vai influenciar numa estrutura de mercado, mediante a constituição dos custos e impactar nos resultados dos lucros dos agricultores.

Portanto, podemos considerar que o crescimento da “mancha” da conurbação restringe o uso de grandes extensões de terra para a agricultura. Porém, os municípios que se encontram fora da conurbação ainda compensam essa perda de espaços, dentro de uma relação de “distâncias médias”⁴², já que além de ficar evidente a ampliação da produção, ainda podem sustentar uma boa parcela do mercado consumidor da Grande Florianópolis.

Ao visitarmos alguns produtores da região conurbada, é perceptível que determinados alimentos, como hortaliças, raízes e tubérculos (em geral, mais resistente ao transporte a grandes distâncias e ao tempo de armazenamento), são produzidos em canteiros de pequenas hortas. Outro exemplo observado foi o do tomate estaqueado (hortaliça de fruto), que em geral é produzido em forma de monocultivo e em áreas consideradas relativamente extensas (1 ha ou mais), mas que tem apresentado um decréscimo da produção na região. Embora já mencionado

⁴² As “distâncias médias” seriam aquelas traçadas num raio de influência mais amplo que o dos municípios conurbados, onde a produção poderia beneficiar-se do afastamento da pressão urbana sem desfazer-se de vantagens da proximidade do mercado.

no capítulo 2 deste trabalho de forma mais detalhada, elaboramos a Tabela 5 com vistas a observar essa relação de quantidade de alimentos produzidos nos municípios conurbados e sua redução com o passar dos anos em relação a essa expansão do uso de solo.

Tabela 5 – Produção de hortícolas selecionados nos municípios conurbados em relação a Grande Florianópolis

Município ou região	Quantidade produzida (toneladas)											
	Tomate (estaqueado)			Brócolis			Cenoura			Alface		
	1995*	2006	2017	1995	2006	2017	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Biguaçu	-	132	-	82	62	91	1408	432	115	827	428	1089
Florianópolis	-	3	1	6	16	3	19	2	7	17	95	96
Palhoça	-	596	537	2	-	-	196	-	0	4	2	61
Santo Amaro da Imperatriz	-	2519	1379	3	9	180	351	168	146	24	10	394
São José	-	-	-	12	15	4	30	-	1	46	40	27
Conurbação	-	3250	1917	105	102	278	2004	602	269	918	575	1667
Grande Florianópolis	24496	13385	18190	753	4766	6547	6469	4269	1380	2790	8939	6335

*não foram encontrados dados detalhados a respeito da produção de tomate na região, constando apenas informação de produção total.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1995, 2006 e 2017) e Síntese Anual da Agricultura de SC (1995).
Elaborado por Clécio Azevedo da Silva e Lincon Broering Bruno.

Além do que já fora mencionado, cabe destacar que alimentos como o brócolis – hortaliça de flor que é muito tradicional na região – apresentam uma performance distinta: apesar de revelar-se como uma produção discreta nos municípios conurbados, seu progresso nos últimos anos foi bastante positivo, evidenciando que possa haver exploração do cultivo na proximidade, ou seja, no entorno da conurbação, sem ser afetada pela acelerada expansão urbana da região. Imagina-se, com base nas visitas realizadas, que provavelmente a maioria dos produtores da região realizam o plantio em pequenos canteiros, dividindo o espaço com outras hortaliças de flores e folhas.

Por outro lado, em cultivos como o da cenoura, se observa um decréscimo de produção em toda a Grande Florianópolis, fato este observado nos dados levantados do censo agropecuário, onde podemos constatar que essa cultivar apresenta uma redução considerável na produção. No que diz respeito a produção de alface – uma das hortaliças folhosas mais cultivadas na região – parece apontar para uma mudança de localização: após um aumento importante entre 1995 e 2006, houve um decréscimo substancial no total da Grande Florianópolis, ao mesmo tempo em que foi observado um amplo crescimento recente dentre os

municípios conurbados. Diante dessa interposição de dados, a leitura comparada desses desempenhos parece sugerir uma tendência de deslocamento do plantio de folhosas das áreas mais afastadas para as áreas mais próximas à conurbação.

A discussão acerca da geografia da agricultura, diante da região da Grande Florianópolis e sua relação aos municípios conurbados, serve para observarmos como está situada a produção de hortícolas relacionadas ao consumo. Os dados apresentados nessa pesquisa tendem a demonstrar que isso está atrelado aos rearranjos observados nas últimas décadas, que por um lado contou com o aumento da participação na produção de produtos hortícolas (mesmo com diferenças internas) e por outro, houveram regressões das principais lavouras anuais. Essa interação ocorrida em face ao processo de conurbação, contribui para conferir o importante papel relacionado aos rearranjos espaciais em relação a proximidade de mercado, fazendo que com pensemos em três motivos relevantes que contribuem nesse caminho teórico – perecibilidade; flexibilidade produtiva e papel de demanda.

3.3.1. **Perecibilidade**

A perecibilidade está diretamente ligada ao fator biológico em si (Figura 27), ao passo que, esse é avaliado como o primeiro dos três motivos. Considerando que parte das hortícolas são produtos com limitações físico-química, esses estão sujeitos a perda progressiva da qualidade biológica, estética e sanitária, já que esses cultivos exigem uma certa integridade orgânica e nutritiva (WILKINSON, 1999). Cabe notar que, a perecibilidade está atrelada a algumas atividades relacionadas ao manuseio e movimentação de mercadorias como o processamento, o beneficiamento, o armazenamento, a embalagem e o transporte. Logo, a atividade de maior importância dentre as apresentadas, é o transporte, pois existe uma separação geográfica entre o produtor e o mercado consumidor e diante disso, essa atividade possibilita que mercadorias possam estar “no lugar desejado pelos consumidores” (MENDES, 2007, p.18)

Figura 27 – Imagem ilustrando alguns tipos de alimentos perecíveis



Fonte: <https://ocp.news/geral/alimentos-pereciveis-sao-primeiros-a-faltar-nas-prateleiras-em-sc>.

De tal modo, como Thünen já havia exposto, boa parte das perdas de produção são relacionadas ao transporte e igualmente ao armazenamento, ao passo que, mesmo nos dias de hoje, a tecnologia de alimentos ainda vem buscando formas de preservar o vigor e a resistência pós-colheita. A maneira mais eficiente de contornar tais perdas, consiste na utilização de técnicas de conservação ou pré-elaboração e isso vem sendo um dos maiores desafios, tendo em vista a necessidade de se gerenciar os riscos de forma a minimizar o máximo das perdas na produção. Afinal, são produtos que precisam ter boa aparência diante dos olhos dos consumidores e, mesmo que passem por algum tratamento que auxilie no controle de questões como umidade e temperatura, por exemplo, nada impede o mesmo de deteriorar-se, sendo possível apenas prolongar um pouco o seu ciclo de vida. Ao mesmo tempo, a elevada perecibilidade das folhas e flores (como alface, couve, repolho, brócolis, couve-flor...) fazem destas hortícolas as mais sensíveis, sobretudo quanto ao obstáculo da distância, fazendo desse fator uma medida que impacta de modo direto nas vendas no varejo, tendo em vista que o produto processado não serve, de fato, como um substituto dos alimentos frescos, especialmente diante da busca pela qualidade dos mesmos.

3.3.2. Flexibilidade produtiva

Com efeito, as hortas se renovam em ciclos curtos de produção e contam com uma diversidade considerável de espécies, oferecendo uma variedade de opções de escolha ao agricultor, o que é muito conveniente diante das expectativas de mudanças no uso da terra. Assim sendo, o segundo motivo diz respeito à flexibilidade das cadeias produtivas envolvidas,

considerando que a horticultura conta com um amplo leque de alternativas de sistemas de produção, como, por exemplo, o tomate estaqueado em campo aberto e as folhosas em estufa ou, ainda, as mudas em pequenos canteiros. Tal flexibilidade admite que os produtores migrem e voltem com facilidade de um cultivo a outro, que instituem consórcios com múltiplas combinações e empreendam economicamente terrenos, independentemente de suas dimensões.

Apesar disso, a possibilidade de produzir em pequenos lotes nos arredores e no interior das cidades confere a horticultura uma significativa vantagem de localização (e realocização) frente a outras produções. Analogamente, flexibilidade atribuí à horticultura, conseqüentemente, a particular capacidade de adaptar-se às áreas de morfologia híbrida e vicissitude estrutural, típicas da transição rural-urbana, o que a torna mais apta a manter-se ou estabelecer-se na proximidade das cidades diante de lavouras anuais e outras produções agropecuárias.

De todo modo, além da concorrência pela pressão do uso da terra e da capacidade de alternar os cultivos, ainda existem outros problemas que os agricultores da região precisam enfrentar e, para isso, é preciso as vezes unir forças ou buscar por alternativas. A flexibilidade produtiva não consiste somente na capacidade de alternar entre os cultivos agrícolas ou enfrentar as pressões externas, mas as vezes passa pela combinação de outras atividades, seja criando uma marca própria, fazendo a venda direta ao consumidor (como no caso dos circuitos curtos de comercialização), ou mesmo inserindo novos atributos, como qualidade de um produto determinado pelo lugar de origem, ou até mesmo a embalagem e processamento dos alimentos (OGEDA, 2014a).

Em reportagem veiculada em 2014,⁴³ Alessandra Ogeda, destaca um pouco dessa flexibilidade, como podemos observar no trecho: [...] “Eles produzem aipim que é vendido descascado e congelado, carvão vegetal legalizado e banana agroflorestal (conhecida também como “do mato”). Outras famílias da associação produzem ainda farinha e beiju de mandioca” (OGEDA, 2014a).

De forma empírica, apresentaremos adiante exemplos referente a alguns produtos da região encontrados em supermercados e feiras locais que podem proporcionar uma visualização dessa perspectiva de flexibilidade produtiva, onde além das variedades de alimentos comercializados por um mesmo produtor, ainda se encontra presente a agregação de valor com o uso de embalagens, processamento e a distribuição direta para o comércio local. Na Figura 28 abaixo, vemos produtos da empresa Verd Fácil, localizada em São José. Tal empresa

⁴³ Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/valor-da-roca-da-exemplo-de-associativismo-no-campo/>. Publicado em: 10 de ago de 2014. Acesso em: 05 de jun de 2022.

configura-se como um exemplo interessante do que mencionamos, pois utiliza-se de quatro marcas (ou linhas) para distribuir os seus produtos nos supermercados da região.

Figura 28 - Exemplo de produtor agrícola com o uso de mais de uma marca



Fonte: Verd Fácil⁴⁴

No próximo compilado de imagens busca-se destacar a existência de outras empresas na região que do mesmo modo distribuem seus produtos com marca própria nos locais de venda da região. Entre as imagens abaixo, vemos produtos como a Alface Americana (Ailton Meurer de Antônio Carlos); Beterrabas (Bem do Campo de São Pedro de Alcântara) e Milho Verde (Embalados Bruda de Santo Amaro da Imperatriz). Todos os produtos apresentados na figura 29, assim como na Figura 30, possuem rastreabilidade para comprovação de origem da produção.

Figura 29 - Produtos comercializados com perspectiva de flexibilidade produtiva



Fonte: Acervo do autor

Diante das imagens apresentadas e do fato de um mesmo produtor ter condições de fornecer para os mercados da região uma variedade de produtos, fica evidente que o fator

⁴⁴ Disponível em: <https://verdfacil.com.br/produtos>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

sazonalidade também está presente na região e que essa relação de produção “*versus*” consumo está relacionada aos alimentos que os agricultores locais podem fornecer. Em outras palavras, no caso do Morango (Devile – de São Pedro de Alcântara) ou do Tomate (Figura 30), por exemplo, temos as imagens de produtos dos agricultores locais em um supermercado, enquanto em uma determinada época do ano, nesse mesmo supermercado podemos encontrar os Morangos vindos de Minas Gerais e Tomates provenientes de São Paulo. Apesar disso, é evidente que esses agricultores mantêm a sua relação comercial de abastecimento com o supermercado, já que os demais produtos seguem comercializados nas gôndolas.

Figura 30 – Variedade de produtos de um mesmo produtor (Devile) e (Verd Fácil – Vivaris)



Fonte: Acervo do autor.

A respeito das imagens da Figura 30, considerando as observações empíricas sobre os alimentos presente nas gôndolas dos supermercados, dentro da perspectiva de flexibilização da produção de horticulturas e, sua relação com a sazonalidade, trouxemos a Figura 31. Com isso, é possível observar a relação de um dos produtores locais e sua preocupação em informar a seus

consumidores (via rede social), que existe a sazonalidade em sua produção e isso vai se manifestar na comercialização de sua produção de hortícolas nos mercados locais.

Figura 31 – Postagem de um produtor em rede social sobre a sazonalidade da produção



Fonte: Instagram Devile Hortaliças.⁴⁵

De modo semelhante, podemos tomar como exemplo o CEASA/SC, que comercializa com produtores da região, onde a oferta de produtos por parte dos produtores revela essa sazonalidade e evidencia que o fato de não conseguir entregar um determinado produto em um mês ou período, mas não significa que esse produtor parou de fornecer ao CEASA/SC, pois ele pode estar fornecendo outro(s) produto(s) e, assim, mantendo suas atividades e negócios dentro da rede de comércio local. Apesar de não possuímos os números para revelar esse estreitamento, podemos utilizar levantamentos realizados nos supermercados e nas visitas que foram empreendidas a alguns agricultores da região. Com essas, ficou perceptível a relação sazonal na produção. De todo modo, o que queremos indagar com essa discussão é o fato de que um produtor agrícola não perde sua ligação com a comercialização na Grande Florianópolis por conta de não ter um determinado produto naquele mês para distribuir. Isso ocorre, pois, no geral os agricultores que trabalham com alimentos - sejam em produções das lavouras temporárias e/ou permanentes - permanecem, de alguma forma, vinculados ao mercado (comercialização).

⁴⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXyP9WjLXWK/>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

3.3.3. O papel da demanda

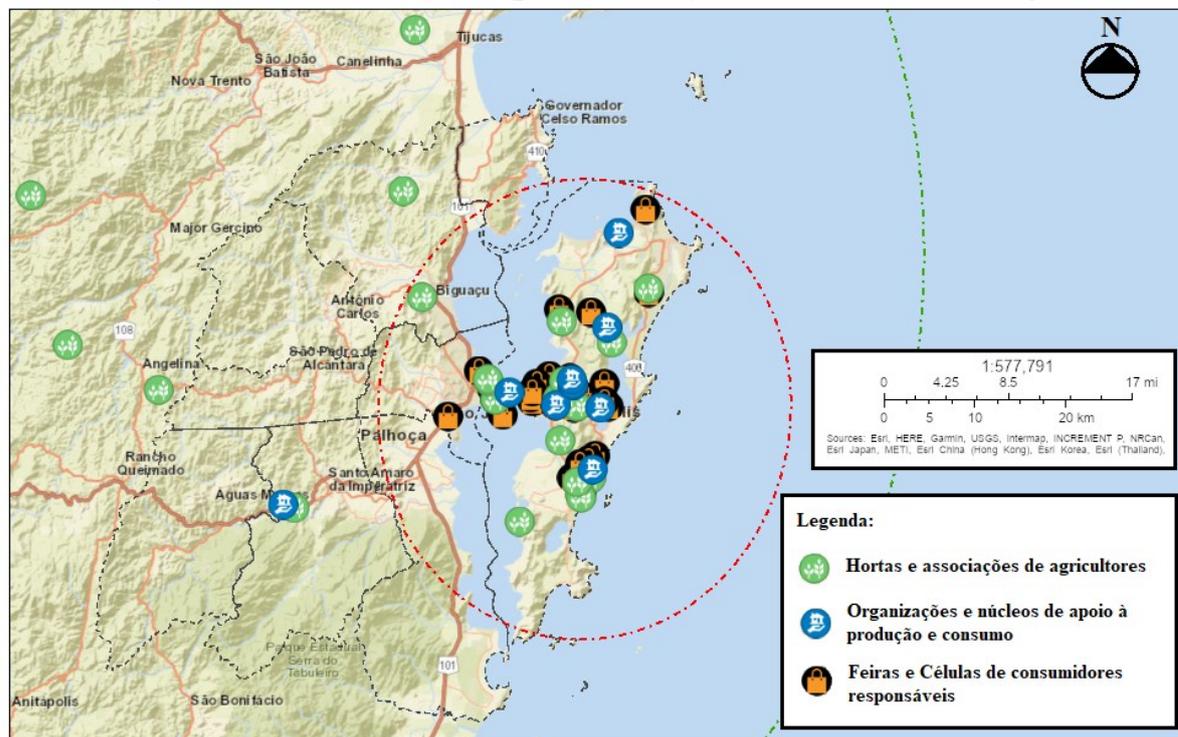
No que diz respeito a demanda, torna-se urgente entender que se deve aos consumidores, também, a responsabilidade pela garantia na qualidade dos alimentos. Pois, embora fatores como preço e disponibilidade também influenciem essa lógica, existe uma parcela dos consumidores que vão estar mais preocupados com o valor que vão pagar pelo produto. Da mesma forma, alguns locais de venda simplesmente não disponibilizam alimentos de melhor qualidade ou que façam parte do intuito de valorização da produção local. Notadamente, por conta do atual contexto político e econômico que nosso país tem vivenciado, não podemos deixar de considerar fatores como a ampliação do desemprego, a constante elevação nos preços dos alimentos e, como se não bastasse, a espantosa facilidade na liberação dos agrotóxicos.

No terceiro motivo, relacionando ao papel decisivo da demanda na construção dos mercados dos produtos frescos, entendemos que a proximidade pode funcionar como um mecanismo de ajuda para a produção local, ao estimular que os consumidores se tornem mais do que meros expectadores na constituição dos mercados, assumindo um papel relevante na criação e manutenção de relações diretas dentro dessa balança quanto ao circuito produtor-consumidor. Nesse caso, o envolvimento dos consumidores promove a prática da agricultura dentro e/ou nos arredores da cidade, seja abrangendo a possibilidade de visitar às áreas de cultivo, ou até mesmo a participação em formas de cooperação ou produção coletiva, como a troca de trabalho por produtos e a própria economia solidária (GELBCKE et. al., 2018).

O fator da demanda propiciando a produção em áreas urbanas ou periurbanas, é um modelo de trabalho desenvolvido em conjunto entre os agentes envolvidos. Por intermédio de pesquisas e desenvolvimento de projetos, como o do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF), podemos observar a prática de estudos universitários em prol da sociedade, com ações entre agricultores e consumidores. Para tanto, foram desenvolvidas atividades de economia solidária, relacionadas aos circuitos curtos de comercialização (CCC) de produtos orgânicos/agroecológicos na Região da Grande Florianópolis. O trabalho realizado entre as partes envolvidas, facilita a venda direta (ou indireta – através de um intermediário) para consumidores que moram na região conurbada, favorecendo a comunicação entre produtores e consumidores por meio de cestas agroecológicas, estimulando o consumo de alimentos por parte da população, que sejam produzidos em no máximo a 200 km da região.

No Mapa 4, disponibilizado no site do próprio LACAF⁴⁶, podemos observar como funciona essa integração entre produtores e consumidores.

Mapa 4 - Rede de Cidadania Agroalimentar (RCA) da Grande Florianópolis



Fonte: LACAF. Adaptado pelo autor.

Devido ao fato de o LACAF encontrar-se localizado no campus da UFSC (CCA) em Florianópolis, o trabalho teve início no município da capital (região insular). No entanto, atualmente está se ampliando para outras regiões, como a parte continental de Florianópolis, o município de São José e mais recentemente (no ano de 2022) para o município de Palhoça. Contudo, o projeto depende do interesse dos consumidores em formar os grupos (células) e é por meio dessa demanda que o projeto vai se expandindo, aos poucos.

Em resumo, iniciativas como essa evidenciam o quão importante é o papel do consumidor. Assim, podemos inferir que quando Thünen observava seus anéis de produção e considerava as escalas de produção em relação ao mercado consumidor, de certa forma, mesmo que de modo indireto, podemos afirmar que estava incluindo em sua análise o papel da demanda. Isso pelo fato de um produtor agrícola, como ele, se preocupar com o “*modus operandi*” produtivo, significa que estava preocupado em levar produtos de qualidade para o

⁴⁶Disponível em: <https://lacaf.paginas.ufsc.br/mapa-da-rede-de-cidadania-agroalimentar-rca-da-grande-florianopolis/>. Acesso em 12 de março de 2022.

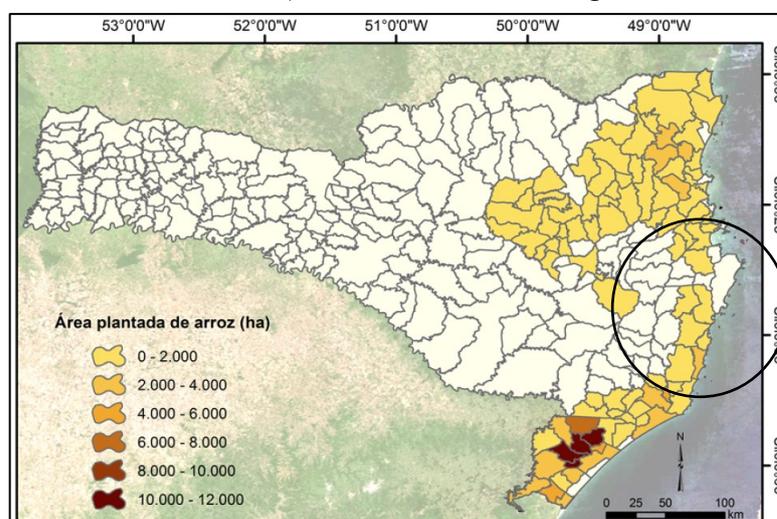
centro consumidor. Embora estejamos aqui tratando de um contexto diferente – local e temporalmente – observamos as continuidades desta lógica em nossas sociedades.

3.4 OUTRAS PRODUÇÕES RELEVANTES

Neste subcapítulo buscamos demonstrar que, além da região de estudo ser bastante significativa na produção de alimentos provenientes da horticultura, do mesmo modo estão presentes novos desafios e perspectivas no que tange os trabalhos realizados pelos agricultores locais. Isso se dá pois, além das produções convencionais e orgânicas existentes na região de entorno da conurbação, ainda é possível presenciar cultivares que não são consideradas regulares, ou que não possuem um histórico de produção, e/ou até mesmo outros tipos de cultivos considerados exóticos, como o caso do Arroz, da Pitaya e da *Physalis*.

No caso do arroz, sabemos que ele é um dos principais cereais cultivados no mundo e que no Brasil apresenta uma considerável produção, correspondendo o seu cultivo a cerca de 25% da área irrigada no país e tendo como principais produtores os estados do Rio Grande do Sul (72%), Santa Catarina (11%) e Tocantins (8%). De acordo com o trabalho de mapeamento realizado em 94 municípios do Estado de Santa Catarina, pela Epagri⁴⁷/Ciram⁴⁸, em parceria com a Conab⁴⁹, é possível verificar que mesmo sendo uma pequena parte do total, a produção de arroz irrigado na região da Grande Florianópolis corresponde a um total de 2,8% da produção estadual, utilizando uma área de 4.195 hectares para o cultivo.

Mapa 5 – Plantio de Arroz em SC, (círculo destacando a região da Grande Florianópolis)



Fonte: TRABAQUINI *et al.* (2021). Adaptado pelo autor.

⁴⁷ Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

⁴⁸ Ciram - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina

⁴⁹ Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

Tabela 6 - Resultado do mapeamento realizado pela EPAGRI nas microrregiões que produzem Arroz em SC

Região	Área (ha)	%
Araranguá	58.848	39,34
Criciúma	21.912	14,65
Tubarão	18.941	12,66
Joinville	18.226	12,18
Rio do Sul	10.695	7,15
Itajaí	9.479	6,34
Blumenau	7.123	4,76
Tijucas	2.161	1,44
Florianópolis	1.902	1,27
Ituporanga	171	0,11
Tabuleiro	132	0,09
Total região Grande Florianópolis	4.195	2,80
Total em SC	149.590	100

Fonte: TRABAQUINI *et al.* (2021). Adaptado pelo autor.

Temos como exemplo, como mencionado, a Pitaya, que além de representar um outro tipo de produção presente na região, demonstra como os agricultores estão ativos e aptos a captar novidades em cultivos. Mesmo sendo um fruto de clima mais quente e seco, é um tipo de fruto que tem se adaptado bem ao clima da região e gerado frutos de boa qualidade em pequenas produções agrícolas. Como exemplo, destacamos a produção do senhor Adriano E. de Souza, que cultiva essa fruta no bairro Sertão do Maruim, no município de São José. Inicialmente a sua produção era voltada para hortaliças variadas, mas com a “descoberta” do novo fruto, hoje sua produção está voltada 100% (cem por cento) para a Pitaya.

Figura 32 – Produção de Pitaya no município de São José



Fonte: Nazareno José de Campos (arquivo pessoal)

A produção de *Physalis* é um outro exemplo de fruto exótico que vem sendo comercializado na região e que, inclusive, conta com um estudo que vem sendo desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa tem realizado, entre outros levantamentos, o teste de sua produção no litoral catarinense, tendo em vista que a planta se desenvolve melhor em climas mais frios. (SANTA ROSA, 2012)⁵⁰.

Figura 33 – Produção de *Physalis* no município de Santo amaro da Imperatriz



Fonte: Nazareno José de Campos (arquivo pessoal)

De forma empírica, temos as imagens da Figura 33, da produção de um agricultor no bairro Sul do Rio, no município de Santo Amaro da Imperatriz, que produz comercialmente a *Physalis*, corroborando com esse palco de novas possibilidades e desafios para a região de estudo.

⁵⁰ Nesse sentido, destaca-se um TCC defendido no curso de Agronomia/UFSC, onde foi realizada a análise de solo para a produção da *Physalis*. SANTA ROSA, Gustavo R. **Potencial produtivo de *Physalis peruviana* no litoral de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Agronomia. Florianópolis: UFSC, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia da produção de alimentos na grande Florianópolis, teve início com as primeiras políticas de colonização implementadas para a região, que trouxeram contingentes populacionais para as áreas costeiras e litorâneas, ascendendo para os vales litorâneos, mediante a conformação de núcleos internos de colonização e exploração do território. Após essas primeiras levas colonizadoras, surgiram na região uma produção de subsistência e, posteriormente, parte da produção foi direcionada para o abastecimento de um incipiente mercado consumidor da então freguesia de Florianópolis.

Com o passar dos anos, o controle da colonização sobre as comunidades, trouxeram transformações para a pequena produção mercantil, influenciada a partir das vertentes de modernização, que vigoraram entre o final do século XIX e começo do século XX. A inserção portuária, além da inclusão das normas sanitárias, o incremento da industrialização e as rodovias para interligação dos municípios, legitimou mais tarde a introdução de aparelhos de administração estatal, transformando a atual Florianópolis em um polo administrativo do Estado e, os municípios adjacentes, em complementos dessa nova reestruturação socioespacial. Gerou-se uma nova redistribuição das produções/mercadorias e na atualização das relações de troca. Logo, as transformações provocadas pela ocupação urbana e o crescimento comercial, favoreceram o desenvolvimento de pequenos negócios, pouco a pouco convertidos em atores centrais da nova ordem econômica local. É observável que nos últimos tempos ocorreu uma ruptura em relação às antigas formas de circulação, principalmente após os anos de 1990 com a abertura de mercado, que influenciou todas as transformações espaciais na produção de alimentos e na inserção da capital Florianópolis como um atrativo turístico e polo tecnológico.

Diante destas questões, procuramos avaliar o que a produção “concêntrica” pode auxiliar nos estudos sobre a agricultura na proximidade das cidades, considerando, mais do que a teoria do “Estado Isolado” a própria evolução teórica das “Condições Modificadas”. Mesmo sabendo que, Thünen em sua evolução teórica tenha analisado que outros pequenos centros podem influenciar a dinâmica da produção de entorno e, ocasionar distúrbios no seu modelo de anéis concêntricos, o aditivo das posteriores teorias de Ricardo e Marx observaram com clareza os limites desta análise e incorporaram fatores como produtividade e renda especulativa. Neste sentido, agricultura e urbanização se interpenetram e se inter-relacionam em disputas por espaços de produção na periferia das áreas conurbadas, que além de receberem um aumento do contingente populacional, ainda sofrem a pressão da um número variado de outras possibilidades de uso.

No decorrer desta dissertação, observamos que a região estudada, além de possuir um grande centro consumidor formado pelos municípios conurbados, segue um padrão próximo ao de Thünen, ao menos em sua configuração espacial. Em outras palavras, conforme os levantamentos dos dados analisados e apresentados nesse trabalho, observa-se que parte da produção de alguns tipos de cultivos, como: feijão; batata; beterraba; cebola, entre outros, demandam uma produção em escala, com a necessidade de usar lotes maiores e, do mesmo modo, tendem a ficar mais afastados da conurbação. Enquanto isso, os produtos hortícolas, além de serem possíveis de cultivar em menores áreas, tem um valor agregado considerável, para contrapor o custo de produção em regiões que sofrem maior influência do capital especulativo da terra.

Não obstante, é com as contribuições de David Ricardo e Karl Marx que essa abordagem pode ser aproveitada para refletirmos a dinâmica da produção do espaço periurbano, mais além da descrição. Nesse sentido, com um olhar para a geografia da agricultura nos municípios conurbados, observamos que existe a vantagem da localização da produção em relação ao mercado consumidor que se explicam por um conjunto de fatores que envolvem a renda absoluta e diferencial da terra. Para que os ganhos do produtor sejam satisfatórios, os mesmos são elevados para garantir a parcela da renda que será transferida ao proprietário (“renda absoluta”). Ocasionalmente, quando o produtor for também o proprietário, a continuação da atividade agrícola apenas se justifica quando a renda total for adequada para concorrer com a de outros usos.

Os subsídios históricos e as apreciações empíricas nos revelaram, numa leitura geral, que dentre as outras lavouras existentes, o modelo da horticultura foi o menos afetado pela pressão imobiliária e ao mesmo tempo, conseguiu se manter mais próximo das cidades. Comparativamente, conforme o referencial teórico apontou, relacionando a proximidade com a renda da terra, observa-se um contraste com os valores obtidos no interior das cidades, pois existe uma diferença entre o valor real e o nominal no preço dos terrenos em espaços de transição rural-urbana. Na pesquisa de campo, reiteradas vezes, observamos que as hortas periurbanas dividem o domínio das paisagens com terrenos vazios ou semi-ociosos, em situações como a existência de galpões industriais, grandes armazéns, distribuidoras, serviços e comércios, conjuntos habitacionais, pastagens (algumas dedicadas ao “pousio imobiliário”) e outros equipamentos, que se manifestam em uma configuração híbrida e/ou em transição, onde o acesso à terra e aos mercados impelem um papel decisivo para a espacialização em relação as atividades agrícolas.

Por outro lado, a concorrência dos usos urbanos é afetada pelo tamanho dos lotes, culminando na ampliação do preço médio dos terrenos. Ainda assim, reconhecendo essa tendência de expulsão da agricultura para fora das áreas urbanas, a horticultura é um espaço privilegiado para o exercício da agricultura nas menores distâncias entre lugar de produção e de consumo. A conexão dessas duas condicionantes – expulsão e atração – promove uma dinâmica formadora da agricultura urbana e periurbana nos municípios conurbados.

As hortas próximas das áreas urbanizadas, ou nas também chamadas zonas periurbanas, apresentam uma proximidade do centro consumidor e são beneficiadas com a possibilidade de realizar vendas diretas com redes de supermercados locais ou com comerciantes que negociam em maior escala, o que proporciona menores perdas no tempo de transporte e acesso rápido a distribuição no comércio da região, conferindo melhor qualidade desses produtos.

Desta forma, também são favorecidos os sistemas integrados, como a aquaponia, configurando-se como forma de complemento da produção nas hortas, além de também intensificar ao máximo o aproveitamento da terra, produzindo maior renda em pequenos espaços.

Percebe-se que, como em qualquer grande cidade, existem nos espaços intraurbanos as práticas de agricultura em quintais domésticos ou em terrenos de uso comunitário – que dependem de fatores extraeconômicos para confrontar os interesses sobre a terra, como as barreiras da legislação e do esforço comunitário. Essa prática se inviabilizaria caso se apoiasse no objetivo estrito de lucro.

De maneira geral, percebe-se que produção vem sofrendo com os recuos das lavouras anuais e das produções que oferecem baixa rentabilidade relacionada a distância do mercado consumidor. Ainda que, como vimos, as lavouras cultivadas em menores espaços, com ciclo curto e, mais sensíveis ao transporte e armazenamento, persistem em um melhor vínculo com os consumidores. Embora esse olhar nos mostre a relevância e a confirmação das discussões teóricas abarcadas, nosso olhar também espreita incertezas para o futuro, tendo em vista os riscos das atuais hortas em áreas periféricas ou internas a conurbação.

Contudo, isso não constitui no seu desaparecimento, mas em relação as constantes realocações sofridas por essas produções, como no caso do CEPIA, citado neste trabalho, que atualmente passa por uma transição de espaço, diante das disputas de território com o capital especulativo, em presença do avanço da cidade. Para hortas urbanas comerciais como o CEPIA, o fator tecnologia passa a ser algo decisivo, pois uma pausa na produção pode significar o encerramento de uma atividade, desse modo, a inserção tecnológica se aplicada

conscientemente, é um fator decisivo para mudanças no rearranjo espacial, podendo ajudar em futuros processos de transição ou até mesmo em ampliação ou redução do espaço de produção.

Em áreas próximas as cidades, precisamos considerar que ampliações expressivas de produção são essenciais para a suma conservação e permanência, necessitando de investimentos com maior arranjo orgânico de capital, para produções em estufas ou ambientes protegidos (como os hidropônicos), além de outras inovações como os plantios verticais ou em telhados. Consideramos, além disso, o êxito no estabelecimento de iniciativas coletivas, como a economia solidária e, outras formas de cooperação para a garantia da segurança alimentar e do bem comum.

Numa analogia rural-periférica aos municípios da conurbação, os “círculos” ou “anéis agrários” pensados por Thünen, podem nos aproximar de uma antiga noção, que hoje atrai novamente interesses no meio acadêmico, denominado “cinturão verde”. Embora o cinturão funcione para pensar numa região de produção e os anéis em uma divisão por grupos de produção, o sentido comum dessas perspectivas é pensar a formação da produção em torno de uma cidade. Para tal, durante a pesquisa, condicionou-se trazer a noção de “proximidade”, pois ficou em evidência a importância desse termo para pensarmos os rearranjos espaciais. A comercialização de hortaliças depende de fatores como a perecibilidade, que pode estar atrelada ao manuseio, refrigeração e ao transporte. Conforme pensado por Thünen em sua teoria, o transporte pode ser um fator determinante e um aspecto que implica na qualidade do produto, correlacionando sobre qual a distância ideal para cultivarmos um determinado tipo de alimento. Em uma análise mais apurada, esperou-se identificar as produções que seriam mais sensíveis às distâncias curtas em relação a região conurbada (produção dentro dos municípios conurbados) e, identificar de igual modo, as que estariam sensíveis à uma produção pensando às distâncias médias (produzidos nos municípios dentro do raio de alcance da região da Grande Florianópolis).

Dentro dessa discussão sobre proximidade, a geografia da agricultura nos municípios conurbados é definida, basicamente por três fatores que influenciam na questão da qualidade produtiva. Em suma, trouxemos para essa abordagem, a inquietação esboçada por Thünen relacionada ao que discutimos atualmente sobre a “perecibilidade” dos alimentos, observando que, as hortaliças que resistem mais ao transporte ou outros fatores, são oriundas de regiões mais distantes da conurbação. Ou seja, quais as condições biológicas necessárias para que de tempo de o alimento chegar até o mercado consumidor e, somado a isso, como o agricultor deve pensar a sua produção, desencadeando o mínimo possível de perdas.

Avaliando a escala de proximidade e sua possibilidade de determinação, conseguimos visualizar, através dos dados de comercialização no CEASA/SC, que um grupo de determinados alimentos (hortaliças verdes e folhosas) se concentram nos municípios mais próximos ou que fazem parte da região conurbada (centro consumidor). Além da perecibilidade, esta posição estratégica também é determinada pela flexibilidade produtiva nas lavouras, ou seja, pela capacidade de o agricultor aproveitar ao máximo a sazonalidade e a troca de espécies sem mudanças significativas na estrutura produtiva e com vantagens na renda final obtida. Esse fator não vale igualmente para todas as hortaliças, em especial para aquelas que requerem maiores terrenos e com tendência à monocultura, o que se evidencia em gráficos que mostram que não é possível atingir cem por cento na comercialização na Central de Abastecimento (ex.: cebola, cenoura, beterraba entre outros).

Em contrapartida, o terceiro elemento de proximidade, que condicionamos chamar de “papel da demanda” é um dos fatores no qual Thünen não alcançou em sua discussão, embora tenha sido somado a análise, de forma a fortalecer e contribuir para a relação da proximidade, incluindo a atividades produtivas e a responsabilização social tanto do agricultor como do consumidor. Entende-se que parte da busca pela qualidade deve provir também dos consumidores e, não somente da relação do agricultor com o uso das boas práticas.

No estreitamento de um vínculo entre produtores e consumidores, constitui em importante e fundamental o papel do consumidor para somar no processo de construção das relações de mercantilização, de modo a dialogar com as capacidades dos agricultores da região em se reinventarem diante das adversidades e da busca por novos meios ou mecanismos, para enfrentar os desafios e uma melhora da valorização dos seus produtos. Contudo a relação desses com os supermercados não é tão favorável, devido ao fato de que boa parte dos horticultores não produzem em escala satisfatória para atender à demanda. Nesses casos, há uma relação mais estreita com os consumidores, pelo meio da adoção de estratégias de compartilhamento (como delivery, cestas, organização em grupos associados de produção e consumo etc.), mantendo um público preferencial ou cativo em razão de práticas produtivas. Ao incluirmos nessa perspectiva a relação entre as partes envolvidas, pode-se gerar um grau de conscientização e estímulos – entre produtor e consumidor – com o “papel da demanda”. Atribui-se assim o reconhecimento e a importância da produção de alimentos no entorno das cidades, notando-se de certo modo, um incentivo por modelos de agricultura mais orgânicas ou agroecológicas, além de uma cooperação na manutenção dos espaços de cultivo nas proximidades das cidades, colaborando na melhoria da qualidade na saúde da população.

Para uma perspectiva futura fica a incerteza em relação ao grau de importância da proximidade, já que dependem de diversos enfrentamentos. A “flexibilidade” talvez possa ser o que mais recebeu aporte e transformações, embora se tenham muitos desafios a serem encarados, a começar pelo acesso para os agricultores a esse fator. O caso da “percebibilidade” constantemente continuará influenciando a comercialização dos alimentos *in natura*. Como vimos, Thünen abordou essa questão em sua época e mesmo com os adventos da tecnologia, ainda enfrentamos problemas, e estamos sendo a cada dia desafiados para trazer novas soluções diante dos desafios desse fator. Por último, o mais recente é o “papel da demanda”, que depende de estabelecer uma conexão cada vez mais amparada nas redes de abastecimento na proximidade, preocupadas com a produção orgânica e a valorização dos alimentos produzidos regionalmente.

Longe de encerrar o debate sobre o tema, apresentamos uma chamada para as produções relevantes, mostrando que, além dos fatores envolvidos, das relações históricas e das dificuldades impostas pelo crescimento dos centros urbanos, parte dos produtores, ainda conseguem espaço para arriscar novas opções de cultivos e apostar em produtos que ainda podem depender de interesses do mercado consumidor. Cabe acrescentarmos que, diante dos desafios, alguns avanços são observados, principalmente no município de Florianópolis, com a obstinação de algumas entidades políticas, associações comunitárias e agricultores, gerando um nível de cooperação e conscientização, importante para a requalificação da atividade agrícola na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Clayton Alcarde; STAPE, José Luiz; SENTELHAS, Paulo Cesar; DE MORAES GONÇALVES, José Leonardo; SPAROVEK, Gerd. Köppen's climate classification map for Brazil. *In: Meteorologische Zeitschrift*. Vol. 22, n. 6. Stuttgart: Gebrüder Borntraeger. 01 de dez. de 2013. p. 711-728.

ALVAREZ, Juan R. La Racionalidad Hexagonal: la identidad científica de la teoria normativa de los lugares centrales. *In.: Colección Contextos 10*, León: Centro de Estudios Metodologicos e Interdisciplinares, Universidad de León, 1991.

ARAÚJO JUNIOR, E. A. S. Debate sobre a teoria da renda da terra no contexto agrícola, urbano e atual no Brasil. *In: ROSSINI, Gabriel; ABDAL, Alexandre. (org.). Cadernos Metr pole: macroeconomia e desenvolvimento metropolitano, regional e local*. São Paulo: EDUC. V. 22, n. 49, set/dez 2020, pp.705-728

ATLAS SOCIOECON MICO RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 4^a. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/rede-e-hierarquia-urbana>. Acesso em: 31 de Out. de 2020.

ÁVILA SÁNCHEZ, Héctor. Ideas y planteamientos teóricos sobre los territorios periurbanos: las relaciones campo-ciudad en algunos países de Europa y América. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía. Cidade do México: UNAM. N  45, 2001, p.109-110.

ÁVILA SÁNCHEZ, Héctor. La agricultura en las ciudades y su periferia: un enfoque desde la Geografía. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía. Cidade do México: UNAM. N . 53, 2004, p.102-108.

ÁVILA SÁNCHEZ, Héctor (org.). **Lo urbano-rural,  nuevas expresiones territoriales?** Cuernavaca: UNAM, 2005.

BARBOSA, Aurora Maria Putton et al. **Rodoviarismo e integração: a ideologia e a política da modernização conservadora catarinense**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografía. Florianópolis, UFSC, 2013.

BASTOS, J.M. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. *In.: LINS, H.N.; BASTOS, J.M.; CHEREM, R.M.; SANTOS, M.A. dos (orgs). Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contempor neas, 2000.

BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. **Geografia Humana: Teorias e suas aplicações**. Lisboa: Gradiva, 1987.

BRUNO, Lincon Broering; SILVA, Clécio Azevedo da. A geografia da produção agrícola nos municípios conurbados da Grande Florianópolis. *In.: AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: materialidades, possibilidades e contradições*. Curitiba: Editora CRV. 2022, pp. 163-185.

BUCK, D.; GETZ, C; GUTHMAN, J. From farm to table: The organic vegetable commodity chain of Northern California. **Sociologia Ruralis**. V. 37, N. 1, 1997.

BMEL – BUNDESMINISTERIUM FÜR ERNÄHRUNG UND LANDWIRTSCHAFT. Johann Heinrich von Thünen: Agrarwissenschaftler, Nationalökonom, Sozialreformer. *In.*: **Johann Heinrich von Thünen-Institut Bundesforschungsinstitut für Ländliche Räume, Wald und Fischerei**. Disponível em: <https://www.thuenen.de/de/thuenen-institut/infothek/johann-heinrich-von-thuenen-237-geburtstag>. Acesso em: 12 de mai de 2022.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EDUFSC, 1991.

CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. *In.*: **Geosul: revista do Departamento de Geociências**. V. 17, n. 34, 215p. Florianópolis: Editora da UFSC, jul./dez. 2002.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; BUZANELO, Edegar J. Notas sobre a teoria marxista da renda da terra. *In.*: **Revista de Ciências Humanas**. v. 5 n. 8. Florianópolis: UFSC, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CEASA/SC. **Regulamento de Mercado**. Onévio Antonio Zabet (Dir. Presidente) e Paulo Motta (Dir. Téc. Financeiro). Elaborado em: 20 de junho de 1990. Disponível em: <https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/institucional/regulamento-de-mercado/210-regulamento-de-mercado-ceasa/file>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

CEASA/SC. **Relatório de Volumes por Produto e Origem (fev./2018 a fev./2022)**. Disponível em: <https://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/estatisticas/origem-comercializacao-e-valores1>. Acesso em: 31 mai. 2022.

DAROLT, Moacir R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In.*: NIEDERLE, Paulo A. *et al.* **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

DENTZ, Berenice Giehl Zanetti von. **Permanência e atualizações na produção de alimentos artesanais tradicionais: o sistema alimentar em movimento**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. 349 p.

DIAS, Leila C. Os sentidos da rede: notas para discussão. *In.*: DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério L. L. da. (org.). **Redes, sociedades e territórios**. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

EHRICK, Siegfried; BERKENHAGEN, Jörg; EBELING, Michael. **Johann Heinrich von Thünen: Leben und Werk des Namenspatrons des neuen Bundesforschungsinstituts für Ländliche Räume, Wald und Fischerei**. Hamburg: Johann Heinrich von Thünen-Institut, 2008.

EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa estadual de cultivo de camarões. **Memorial descritivo e avaliação econômica**. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2002.

FADIGAS, Leonel. **Urbanismo e Natureza: Os desafios**. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

FERREIRA, Giovana Callado. **O Rural e o Urbano: Ruralidades, meio ambiente e expansão urbana em Florianópolis**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. 376 p.

FERREIRA, Graça M. L. Atlas geográfico: espaço mundial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 88. In.: DELLORE, Cesar Brumini. **Araribá mais: geografia**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 79.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul R; VENABLES, Anthony J. **Economia espacial**. São Paulo: Futura, 2002.

GELBCKE, Daniele Lima; ROVER, Oscar José; BRIGHTWELL, Maria das Graças Santos Luiz; SILVA, Clécio Azevedo da; VIEGAS, Mauricio da Trindade. **A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 26, n. 3, p. 539-560, out. 2018.

GOODMAN, David. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**. Nº 19, 2003, p. 1-7.

GOODMAN, David. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2017

GOOGLE, INC. **Google Earth Pro** (software). Disponível em: <https://earth.google.com/>. Data de lançamento: 11 de junho de 2001. Versão utilizada: 7.3.3.7786 (18 de novembro de 2020).

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Aberta a seleção para compor comitê da região metropolitana da Grande Florianópolis**. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/desenvolvimento-economico/aberta-a-selecao-para-compor-comite-da-regiao-metropolitana-da-grande-florianopolis>. Publicado em: 24 de set. de 2019. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

HARTMANN, Lariane Lopes. **Feiras livres em Florianópolis, SC: Práticas sustentáveis na comercialização de frutas, legumes e verduras in natura**. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Nutrição). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 138 p.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 26, p. 09-17, 2009.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENKES, Jairo Afonso. **Caracterização dos agentes do mercado atacadista na Ceasa/SC: unidade de São José**. Dissertação de Mestrado. (Programa de PósGraduação em Agroecossistemas). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. 158 p.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis, Ed. UFSC, 1981.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Unidades da Federação: Santa Catarina. *In.*: **Atlas Geográfico Escolar**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 224 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101627.pdf>. Acesso em: 19 de jul. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 11 de dez. de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa Físico do Brasil 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/fisico/brasil_fisico5000k_2018.pdf. Acesso em: 19 de jul. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM – Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis: Editora Papa livro, 1992.

KLUG, J.; SANTOS, Manoel. P. R. T. dos; LIMA, Angela B. Colonização Europeia. *In.*: ROCHA, Isa de Oliveira. (Org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina: População - Fascículo 3**. 2. ed. / Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Diretoria de Desenvolvimento Urbano. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2019. p. 102-123.

KLUTH, B.; BOCCHI JR. U.; CENSKOWSKY, U. **Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010**. München, Germany: Organic Services e Jundiaí-SP: Vitalfood, 2010.

KRUGMAN, Paul. **Development, geography and economic theory**. London: The MIT Press, 1997.

LEFEBVRE, Henry; CABALLERO, José M.; GONZÁLEZ, Oscar; KAMPPETER, Werner. **La renta de la tierra: cinco ensayos**. México: Tlailaull, 1983.

LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. Tradução de Maria H. R. Ramos e Marilena Jamur. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. 3ª Reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.

LIMA, Angela Bernadete. **Da Feira ao Mercado: Abastecimento, práticas de venda e de fiscalização de gêneros alimentícios em Desterro/Florianópolis (1880-1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

LIMA, Angela Bernadete. **Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade: uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais)**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. 340p.

LÖSCH, August. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press. 1954.

MALUF, Renato S. **Ações Públicas Locais de Abastecimento Alimentar**. São Paulo, Instituto Polis, 1999. 43 p.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio Fee**: Porto Alegre. V. 1, n. 25, p.299-322, abr. 2004.

MALUF, Renato S J; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana B (colaboração). **Caderno "Segurança Alimentar"**. Embrapa, 2000. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/pimenta/catalogo/REC000gvxlxe0t02wx7ha0g934vg3vl6b05.html>. Acesso em 06 de ago. de 2019.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARIM, Rosa. Êxodo Rural. *In.*: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARTINELLO, André Souza. **Geografia histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 243 p., 2016.

MARTINELLO, André Souza; LENZI, Maria Helena. Florianópolis e as excepcionalidades do não planejar: imagens e política da “capital dos catarinenses”. *In.*: DIAS, Vera Lucia Nehls; PET GEOGRAFIA UDESC (Org.). **Cadernos do observatório geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC**. Florianópolis: Insular, v. 1, 198 p., 2011.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MENDES, Judas T. G. **Comercialização Agrícola**. “Apostila”. Curso de Agronomia. Disciplina de Economia e Desenvolvimento Agrícola. (Prof. Miguel Angelo Perondi). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, Paraná. 2007.

MENDONÇA, M. **A dinâmica têmporo-espacial do clima subtropical na região conurbada de Florianópolis/SC**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MIRANDA, D. L. R.; ESCOSTEGUY, I. L.; ROVER, O. J.; SAMPAIO, C. A. C. Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC. *In: Revista de Economia e Sociologia Rural*. V. 59, N. 2, ago. de 2021.

NABARRO, Sérgio Aparecido; SUZUKI, Júlio César. A renda da terra nos autores clássicos. *In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*. Porto Alegre, v. 25, 2010.

NASPOLINI, Vicente. A conurbação da Grande Florianópolis e a atuação do capital. *In: XI – ENCONTRO NACIONAL DA ENPEGE. A Diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Anais do XI-ENANPEGE. 2015.

OGEDA, Alessandra. Valor da Roça dá exemplo de associativismo no campo em Biguaçu. *In: nd+*. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/o-cinturao-verde-que-abastece-a-grande-florianopolis/>. Publicado em 10 de agosto de 2014a. Acesso em: 05 de junho de 2022.

OGEDA, Alessandra. O cinturão verde que abastece a Grande Florianópolis. *In: nd+*. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/o-cinturao-verde-que-abastece-a-grande-florianopolis/>. Publicado em 10 de agosto de 2014b. Acesso em: 12 de março de 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Crítica ao “Estado Isolado” de von Thünen: contribuição para os estudos de Geografia Agrária**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

PAULI, Évilyn de Souza. **Produção e Mercado do queijo colonial da região da Grande Florianópolis: o caso do município de Angelina**. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. 111p.

PEREIRA, R. M. F. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *In: Revista Geosul*, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, jan./jun. 2003. p. 104.

QUINTÃO, Felipe da Rosa. **Horta Comunitária do Pacuca: o processo de mobilização de um coletivo**. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Administração). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. 186p.

REITZ, P. Raulino. Vegetação da zona marítima de Santa Catarina. In.: **Sellowia**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, n. 13, p. 17-132, dez. 1961.

RIBEIRO, Amarolina. "O que é conurbação?"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasil.escola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-conurbacao.htm>. Acessado em: 19 de fev. de 2020.

RICARDO, D. (1817) Princípios de Economia Política e Tributação. Tradução de P. H. R. Sandroni. São Paulo: Victor Civita, 1982.

RODRIGUE, Jean-Paul. Von_thunen_model. In.: **The Geography of Transport Systems**. Disponível em: https://transportgeography.org/?attachment_id=4896. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

RUECKERT, Rachel Aparecida de O. **A dinâmica socioespacial das atividades características do turismo (ACTs) no Estado de Santa Catarina**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 302 p.

SABOURIN, Eric. Mercados de troca e reciprocidade. In: SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2011.

SÁNCHEZ, Nacho. Nem vegano nem onívoro: para ser respeitoso com o planeta é preciso comer como um “climatarian”. **Jornal El País**. 30/08/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/26/estilo/1566830849_215631.html?rel=arc_articulo#1582422772524. Acessado em: 12 de jan. de 2020.

SANTOS, Boaventura de S. Os Processos da Globalização. In: SANTOS, Boaventura de S. **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4º Ed. São Paulo. Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5º. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6º. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. In: **GEOUSP: Espaço e Tempo** [online]. São Paulo. n° 32, p. 89-109, 2012.

SILVA, Ana Livia de Almeida. **A Agricultura Familiar em Palhoça – SC: e a sua Confluência com a Dinâmica Rural-Urbana Pós 1990**. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. 130p.

SILVA, Ana Livia de Almeida. **As (des)continuidades do circuito espacial produtivo da agricultura familiar em palhoça-sc em um contexto de urbanização crescente**. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

SILVA, Clécio A. da; GELBCKE, Daniele L. e BRIGHTWELL, Maria das G. S. L. Circuitos da produção orgânica na região da Grande Florianópolis. *In: XI Iberian Conference on Rural Studies*. Anais, p. 131-136. Vila Real – Portugal, 2016.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, território e relação campo-cidade - uma outra leitura da modernização da agricultura. *In: Revista Agrária: Representações e percepções do espaço rural e suas relações com a prática social* [online]. São Paulo, nº 6, p. 83-95, 2007.

TRABAQUINI, Kleber; VIEIRA, Valci Francisco; DORTZBACH, Denilson; VIEIRA, Everton. **Mapeamento do arroz irrigado em Santa Catarina por imagens de satélite: Safra 2018/2019**. Florianópolis: Epagri/DEMC. Jan. 2021.

WAIBEL, Leo. **Capítulos da Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WILKINSON, John. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. *In: WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

ANEXOS

Anexo A – Modelo de relatório de volumes por produto e origem no CEASA



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA/SC
(11) - Relatório de Volumes por Produto e Origem
 Período de : **01/02/2022** Até : **28/02/2022**

Página : 001
14/03/2022
 Unidade :
São José

Produto : Abacate			
Estado : ES			
Município	Volume (Kg)	Preço Médio (Kg)	Valor Total (R\$)
Santa Maria de Jetibá	101,000	9,75	984,75
Totais do Estado	ES	101,000	984,75
Estado : PR			
Município	Volume (Kg)	Preço Médio (Kg)	Valor Total (R\$)
Carlópolis	14.600,000	9,75	142.350,00
Ibaiti	3.840,000	9,75	37.440,00
Jacarezinho	3.200,000	9,75	31.200,00
Lidianópolis	57.140,000	9,75	557.115,00
Totais do Estado	PR	78.780,000	768.105,00
Estado : RS			
Município	Volume (Kg)	Preço Médio (Kg)	Valor Total (R\$)
Farroupilha	250,000	15,90	3.975,00
Totais do Estado	RS	250,000	3.975,00
Estado : SC			
Município	Volume (Kg)	Preço Médio (Kg)	Valor Total (R\$)
Biguaçu	11.200,000	9,62	107.775,00
Totais do Estado	SC	11.200,000	107.775,00
Estado : SP			
Município	Volume (Kg)	Preço Médio (Kg)	Valor Total (R\$)
Fernando Prestes	21.000,000	9,75	204.750,00
Jardinópolis	14.794,000	9,75	144.241,50
Mirandópolis	1.085,000	9,75	10.578,75
Mogi Guaçu	5.000,000	9,75	48.750,00
Mogi Mirim	37.606,000	9,75	366.658,50
Monte Alto	45.580,000	9,75	444.405,00
Santa Adélia	11.460,000	9,75	111.735,00
São Paulo	115.694,000	10,05	1.162.354,00
Taquaritinga	2.000,000	9,75	19.500,00
Totais do Estado	SP	254.219,000	2.512.972,75
Totais do Produto	Abacate	344.550,000	3.393.812,50
Produto : Abacaxi			
Estado : PA			
Município	Volume (Kg)	Preço Médio (Kg)	Valor Total (R\$)
Floresta do Araguaia	497.455,700	3,53	1.756.018,62
Totais do Estado	PA	497.455,700	1.756.018,62



Unidade São José : Br 101, km 205, Barreiros, São José - CEP 88117-901 - Telefone +55 (48) 3378-1700

www.ceasa.sc.gov.br - e-mail : ceasa@ceasa.sc.gov.br

Teradyne Brasil - www.teradynebrasil.com.br - Smart solutions on the web

Anexo B – Modelo de relatório de volumes por setor e categoria no CEASA



Governo do Estado de Santa Catarina
 Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do
 Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA/SC
 (05) - Relatório de Volumes por Setor e Categoria

Página : 001
 14/03/2022
 Unidade :
 São José

Período de : 01/02/2022 Até : 28/02/2022

Categoria	Sigla	Volume(Kg)	P.VL	P.Médio	Valor Total(R\$)	P.VR
NÃO PERMANENTE						
ATÍPICOS ALIMENTÍCIOS - ORIGEM ANIMAL	A.A.O.A.	10.557,000	0,0 %	7,20	104.256,20	0,1 %
ATÍPICOS ALIMENTÍCIOS - DIVERSOS	A.A.D.	180.846,900	0,7 %	1,50	347.765,70	0,3 %
ATÍPICOS ALIMENTÍCIOS - GRÃOS/CEREAIS	A.A.G.C.	4.950,000	0,0 %	6,00	33.075,00	0,0 %
FRUTAS	F.	540.228,100	2,0 %	10,00	2.959.161,36	3,0 %
HORTALIÇAS FOLHAS	H.1.	1.155.110,650	4,3 %	10,00	3.384.105,91	3,4 %
HORTALIÇAS FRUTO	H.2.	2.238.912,500	8,4 %	1,00	6.782.833,72	6,8 %
HORTALIÇAS RAIZ	H.3.	823.935,300	3,1 %	3,64	2.330.449,90	2,3 %
		4.954.540,450			15.941.647,78	
PERMANENTE						
ATÍPICOS ALIMENTÍCIOS - ORIGEM ANIMAL	A.A.O.A.	415.552,000	1,6 %	49,50	3.006.031,65	3,0 %
ATÍPICOS ALIMENTÍCIOS - DIVERSOS	A.A.D.	82.358,000	0,3 %	1,50	131.909,50	0,1 %
ATÍPICOS ALIMENTÍCIOS - GRÃOS/CEREAIS	A.A.G.C.	27.965,000	0,1 %	7,50	224.995,00	0,2 %
FRUTAS	F.	12.748.753,100	48,0 %	9,00	54.158.470,82	54,1 %
HORTALIÇAS FOLHAS	H.1.	185.379,200	0,7 %	40,00	812.633,80	0,8 %
HORTALIÇAS FRUTO	H.2.	1.903.303,000	7,2 %	2,50	7.221.565,45	7,2 %
HORTALIÇAS RAIZ	H.3.	6.256.176,250	23,5 %	2,40	18.633.056,65	18,6 %
		21.619.486,550			84.188.662,87	
Total Geral		26.574.027,000			100.130.310,65	



Unidade São José : Br 101, km 205, Barreiros, São José - CEP 88117-901 - Telefone +55 (48) 3378-1700

www.ceasa.sc.gov.br - e-mail : ceasa@ceasa.sc.gov.br

Teradyne Brasil - www.teradynebrasil.com.br - Smart solutions on the web



Anexo C – Relatório de Cotações diárias do CEASA



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca - SAR
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina -
Relatório de Cotações do dia : 07/07/2022

Página 1
 07/07/2022
Unidade :
 São José

Produto Variedade	Classificação	Tipo	Origem	Embalagem	Conv. Kg	Preço			Comum Kg
						Mínimo	Comum	Máximo	
Abacate Avocado		Convenci	Nacional	Caixa	10	90,00	90,00	90,00	9.00
Abacate Liso	Grande	Convenci	Nacional	Caixa	20	90,00	90,00	100,00	4.50
Abacate Redondo	Grande	Convenci	Nacional	Caixa	20	72,00	72,00	72,00	3.60
Abacaxi Ananas	Grande	Convenci	Nacional	Unidade	1,7	5,50	5,50	5,50	3.24
Abacaxi Perola	Grande	Convenci	Nacional	Unidade	1,7	5,00	6,00	6,50	3.53
Abobora Comum		Convenci	Nacional	Unidade	1	2,00	2,00	2,10	2.00
Abobora Abobrinha Italiana		Convenci	Nacional	Caixa	20	25,00	30,00	35,00	1.50
Abobora Kabutia		Convenci	Nacional	Saco	20	40,00	40,00	42,00	2.00
Abobora Kabutia		Organico	Nacional	Kilo	1	3,50	3,50	3,50	3.50
Abobora Menina		Convenci	Nacional	Saco	20	28,00	30,00	30,00	1.50
Abobora Menina		Organico	Nacional	Kilo	1	8,40	8,40	8,40	8.40
Abobora Moranga		Convenci	Nacional	Saco	20	30,00	30,00	32,00	1.50
Abobora Paulista		Convenci	Nacional	Saco	20	40,00	40,00	42,00	2.00
Acelga	Grande	Convenci	Nacional	Unidade	2,5	3,00	3,00	4,00	1.60
Acerola		Convenci	Nacional	Caixa	2	60,00	60,00	65,00	30.00
Agrão		Convenci	Nacional	Maço	0,2	1,00	1,20	1,50	6.00
Aipim		Convenci	Nacional	Caixa	23	45,00	50,00	50,00	2.17
Alcachofra Comum		Convenci	Nacional	Caixa	2	12,00	12,00	12,00	6.00
Alecrim		Convenci	Nacional	Maço	0,1	1,50	1,50	2,00	15.00
Alface Americana		Convenci	Nacional	Unidade	0,3	1,20	1,50	1,50	5.00
Alface Crespa		Convenci	Nacional	Unidade	0,3	1,20	1,50	1,50	5.00
Alface Lisa		Organico	Nacional	Unidade	0,3	3,80	3,80	3,80	12.67
Alface Lisa		Convenci	Nacional	Unidade	0,3	1,20	1,50	1,50	5.00
Alfavaca		Convenci	Nacional	Molho	0,2	1,00	1,20	1,50	6.00
Alho Poró		Convenci	Nacional	Maço	2,5	25,00	30,00	30,00	12.00
Alho Poró		Organico	Nacional	Unidade	1	3,00	3,00	3,00	3.00

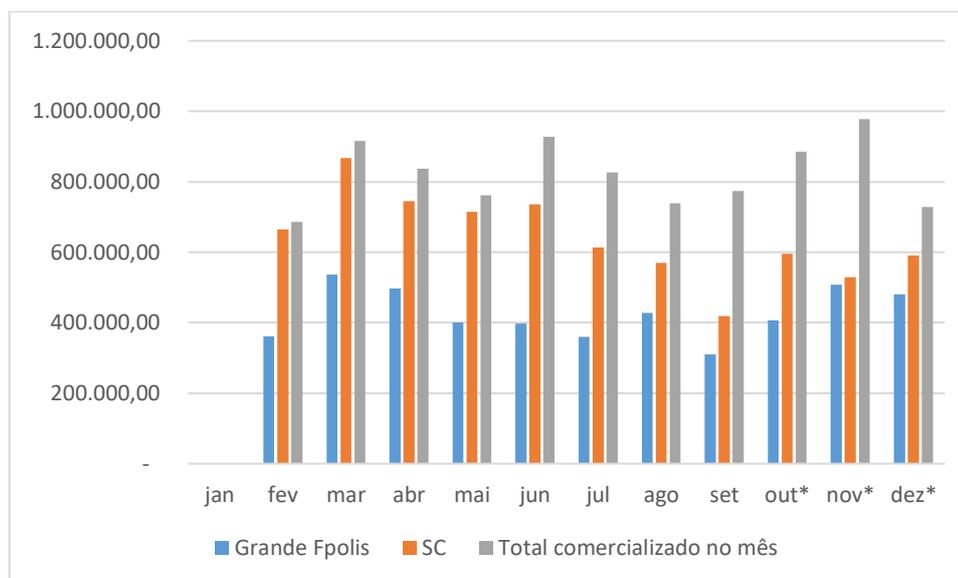


Unidade São José : Br 101, km 205, Barreiros, São José - CEP 88117-901 - Telefone +55 (48) 3378-1700
www.ceasa.sc.gov.br - e-mail : ceasa@ceasa.sc.gov.br



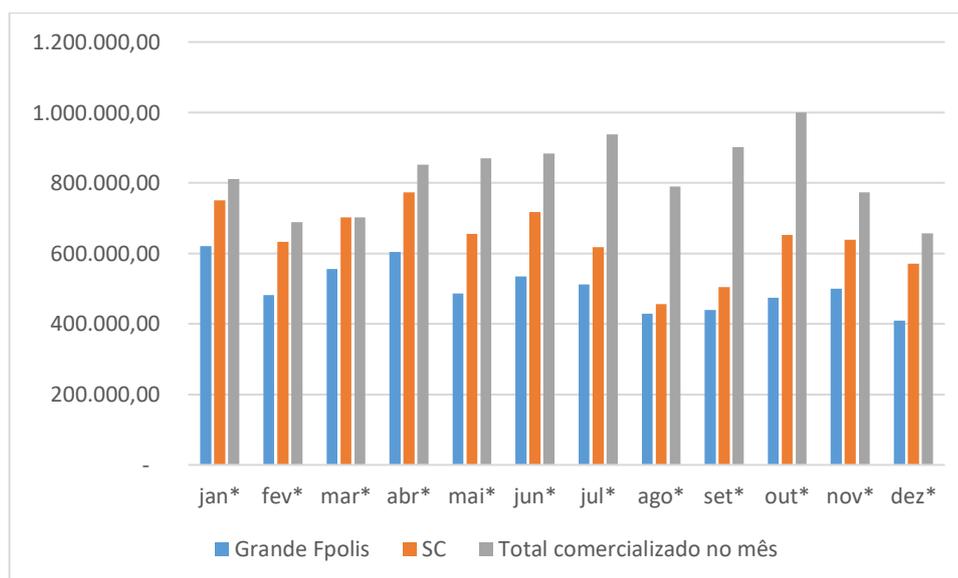
Anexo D – Total comercializado (Abobora)

Gráfico 5 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



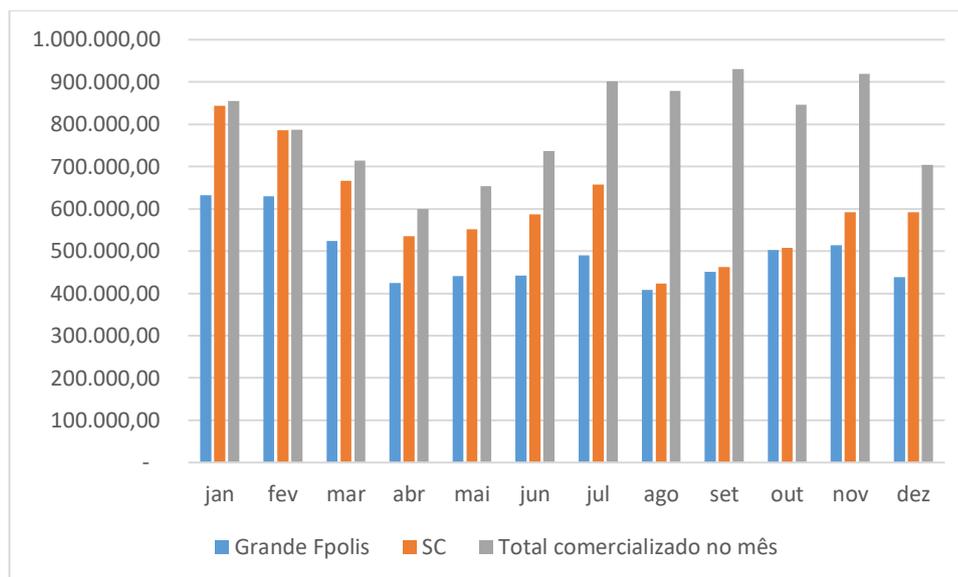
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 6 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



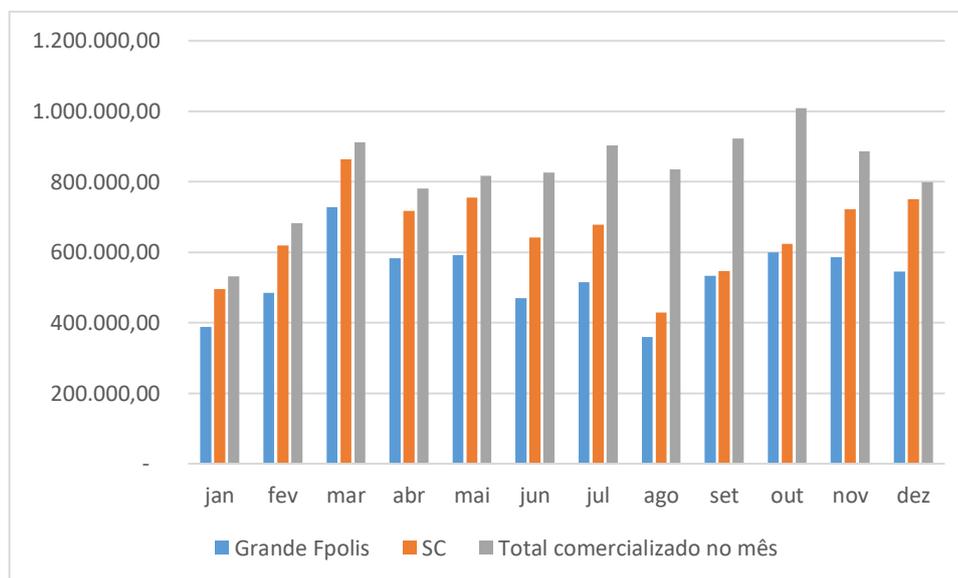
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 7 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



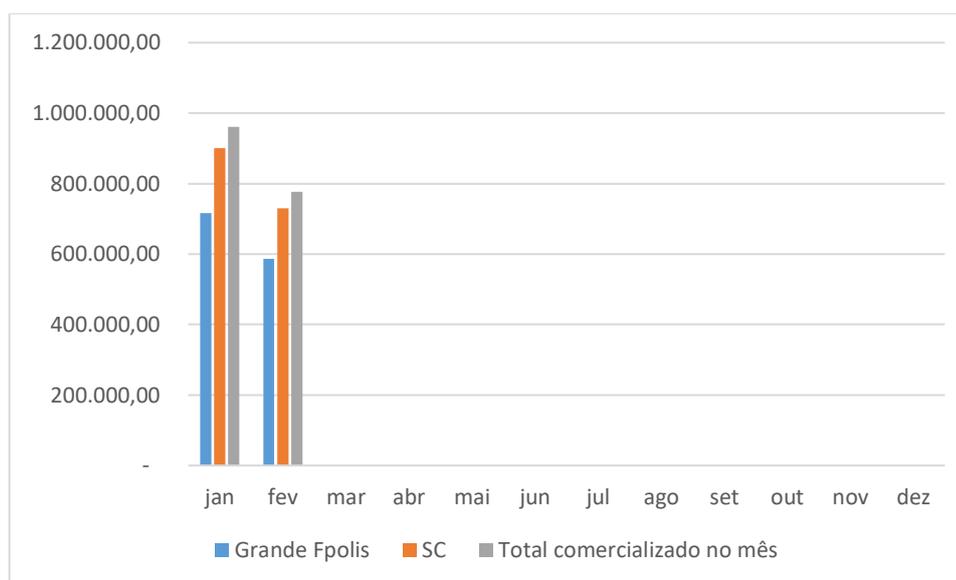
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 8 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

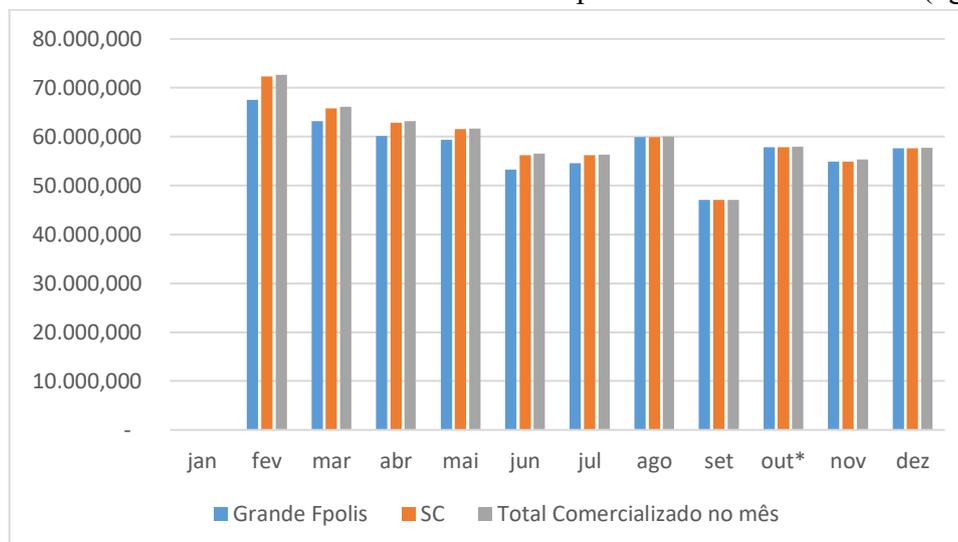
Gráfico 9 - Total de Abobora comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

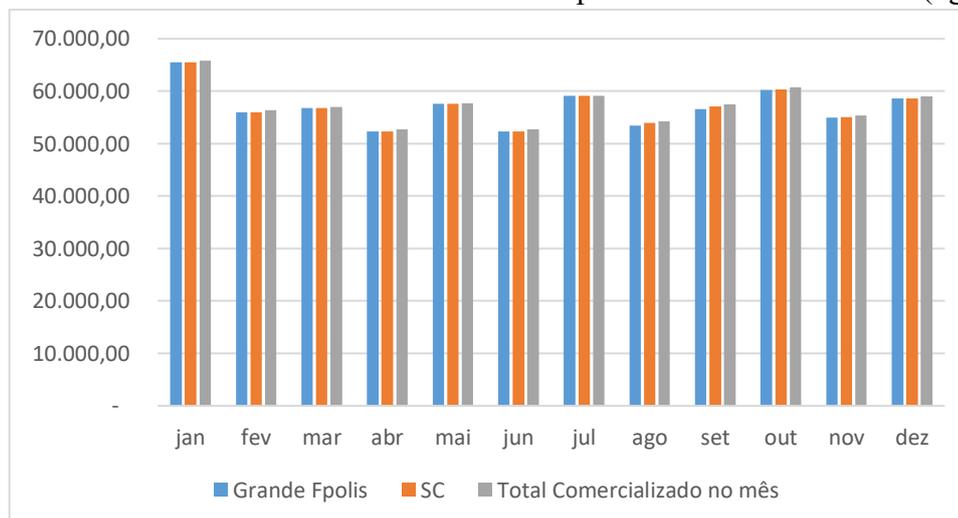
Anexo E – Total comercializado (Alface)

Gráfico 10 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



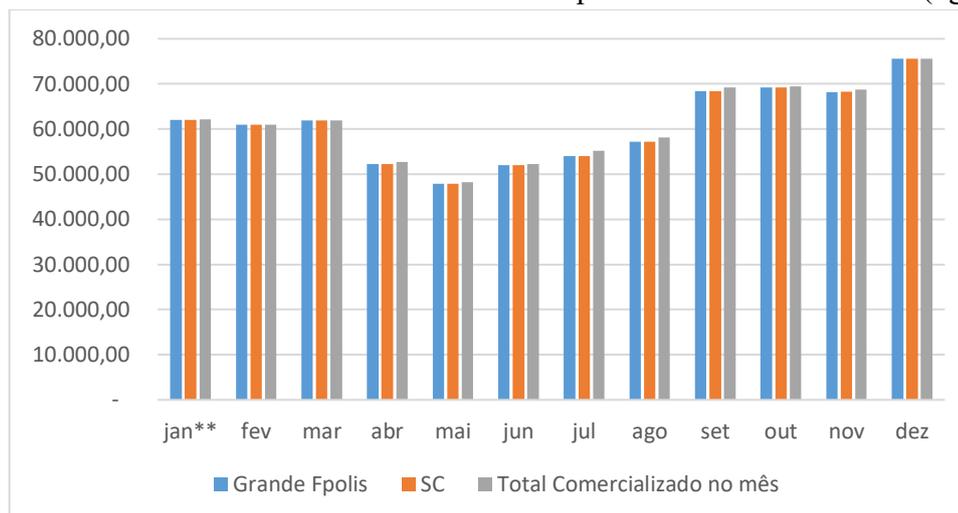
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 11 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



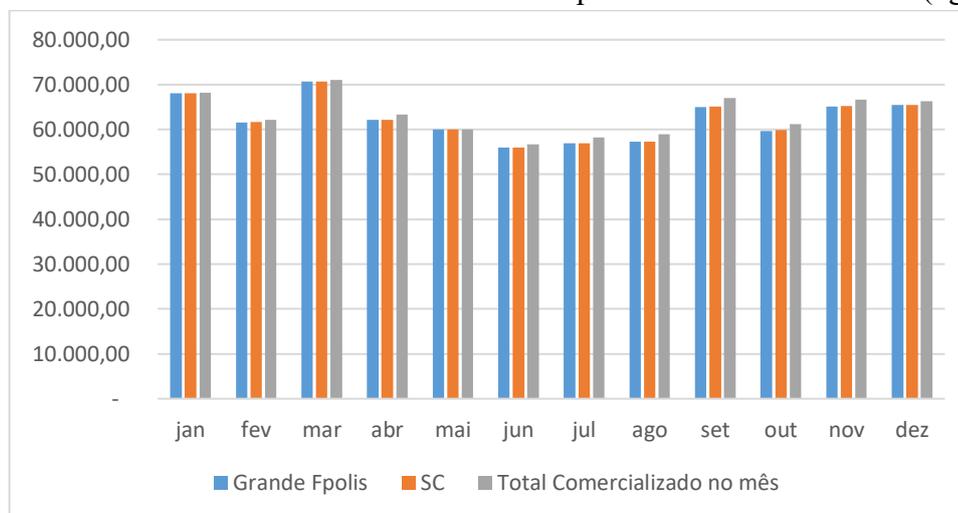
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 12 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



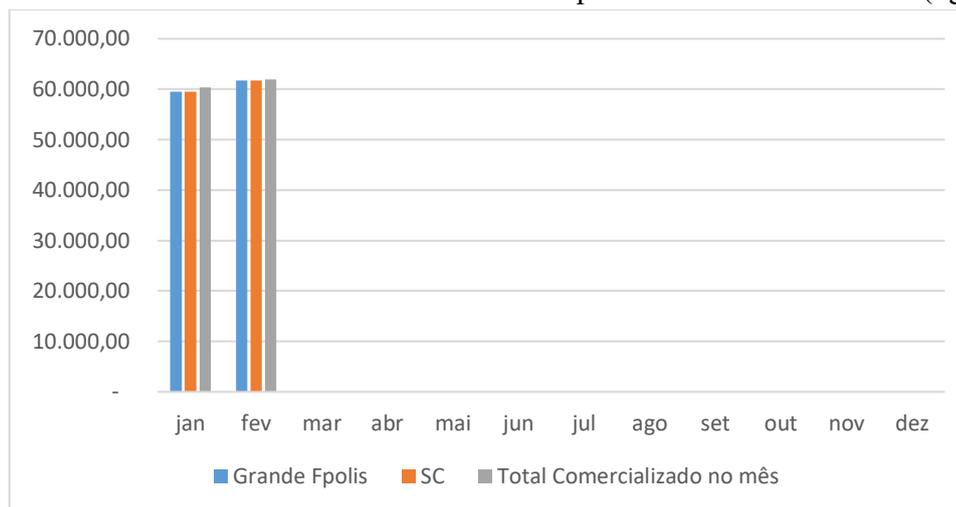
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 13 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

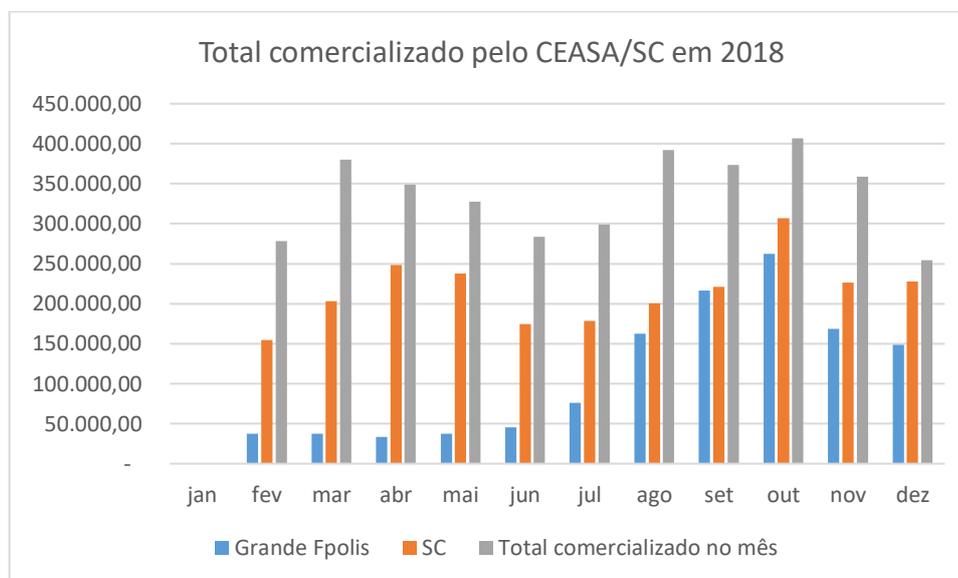
Gráfico 14 - Total de Alface comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

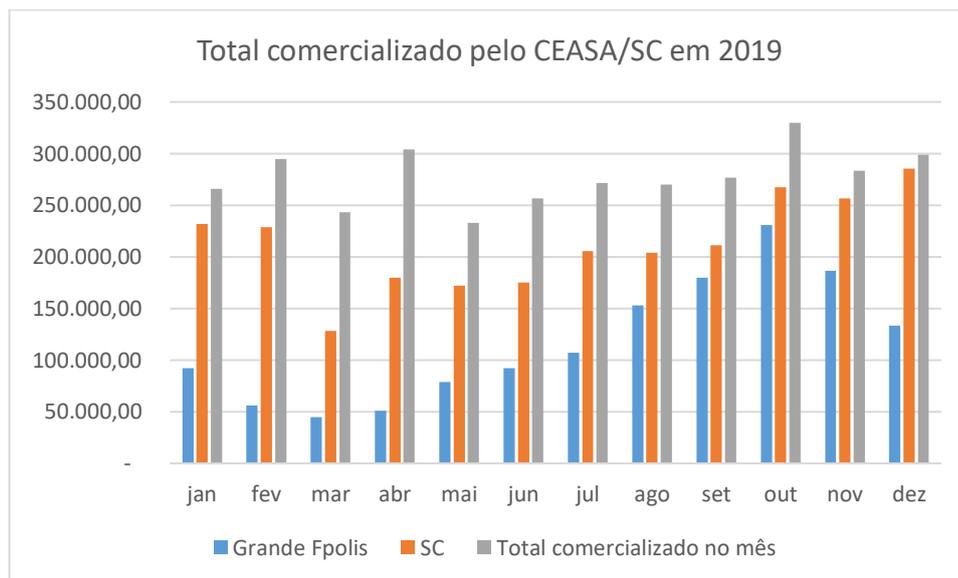
Anexo F – Total comercializado (Beterraba)

Gráfico 15 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



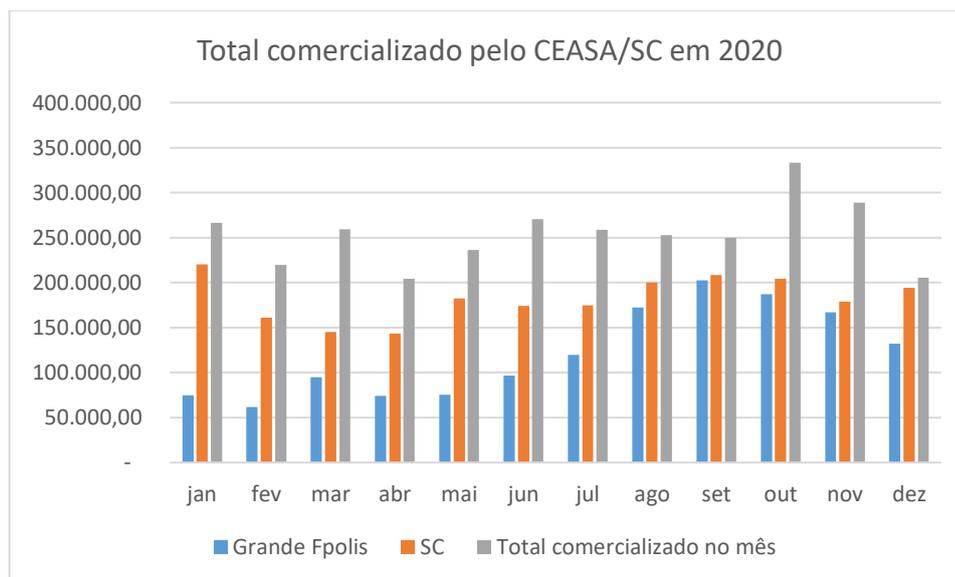
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 16 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



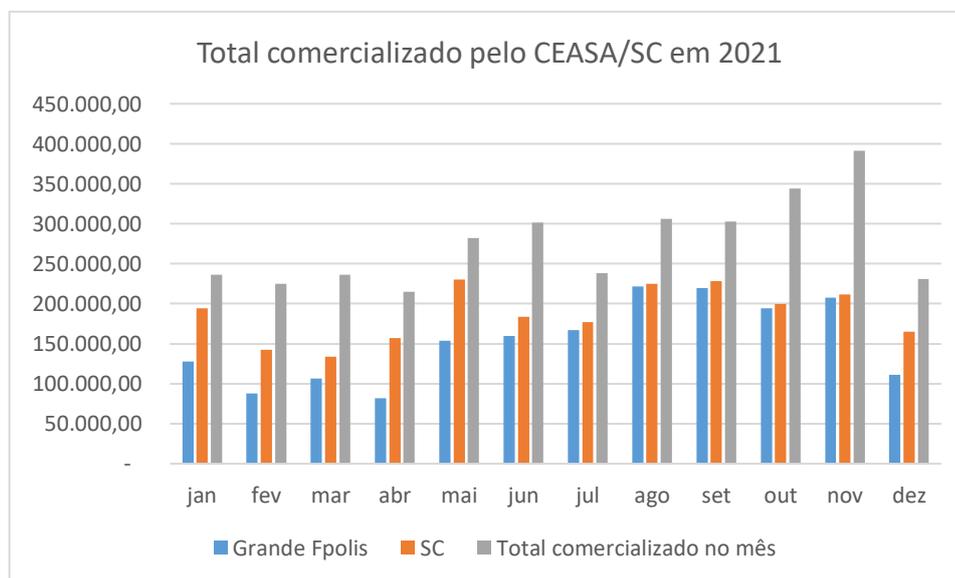
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 17 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



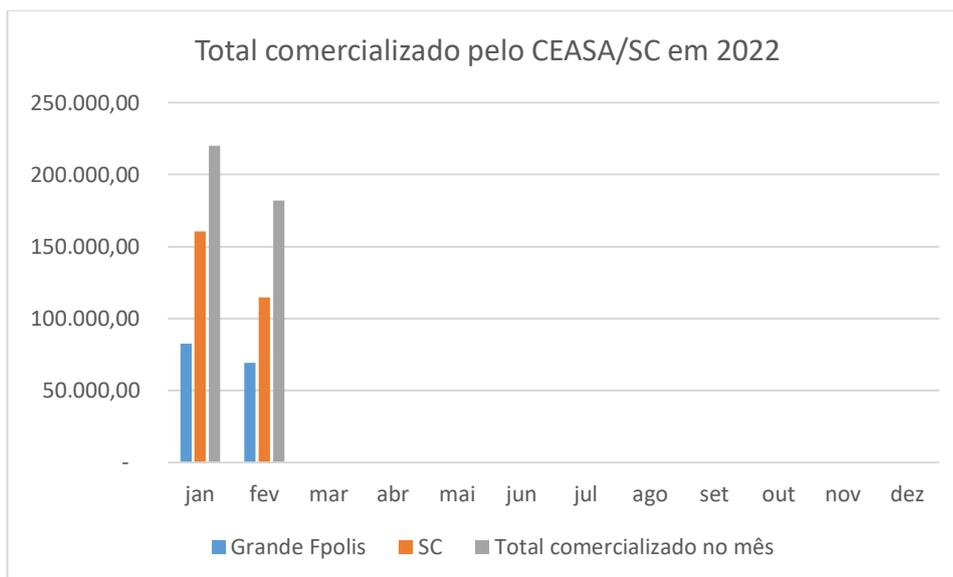
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 18 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

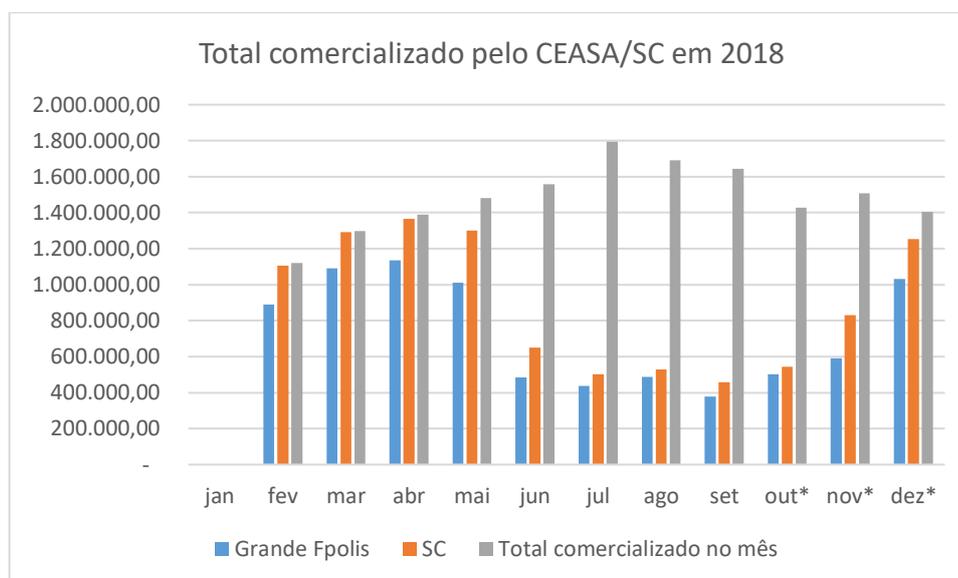
Gráfico 19 - Total de Beterraba comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

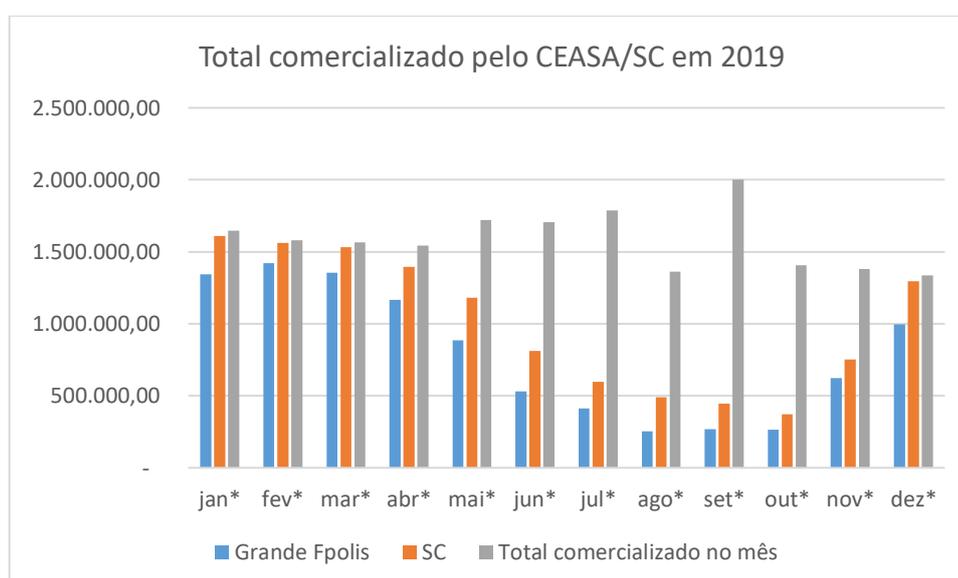
Anexo G – Total comercializado (Cebola)

Gráfico 20 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



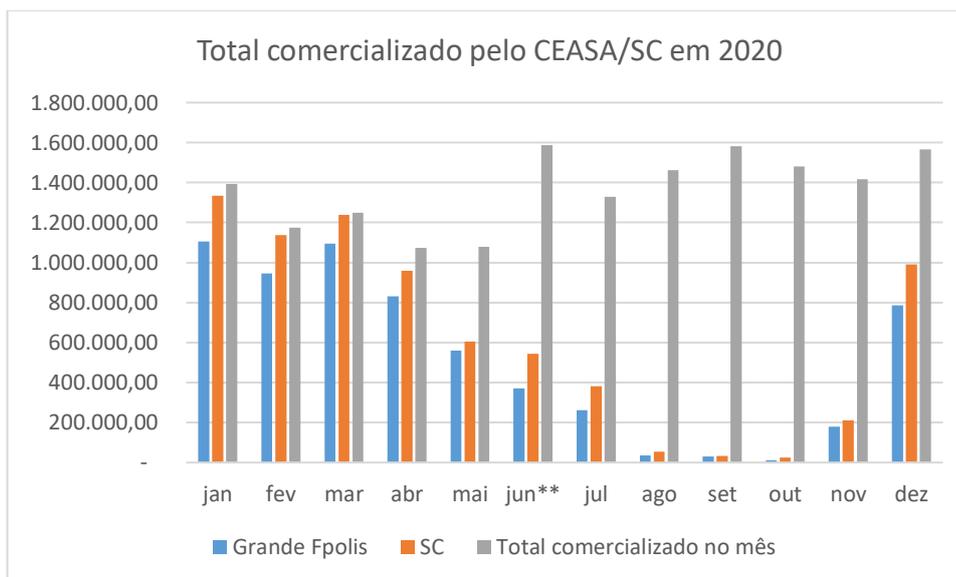
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 21 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



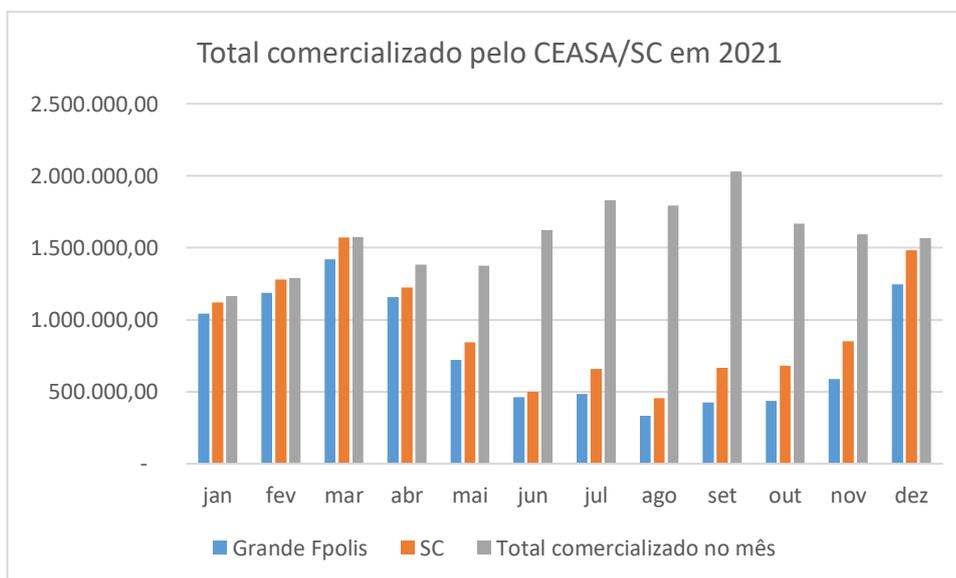
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 22 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



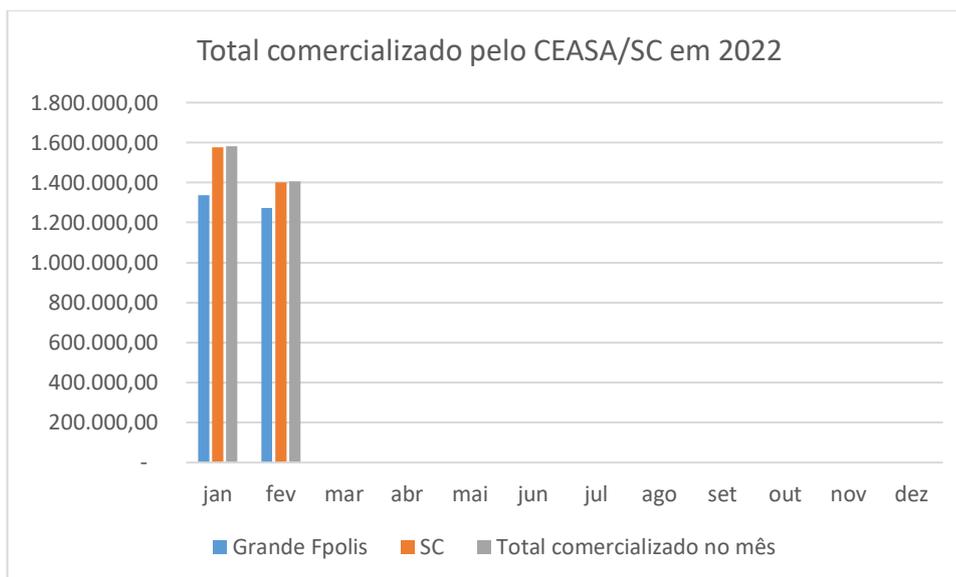
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 23 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

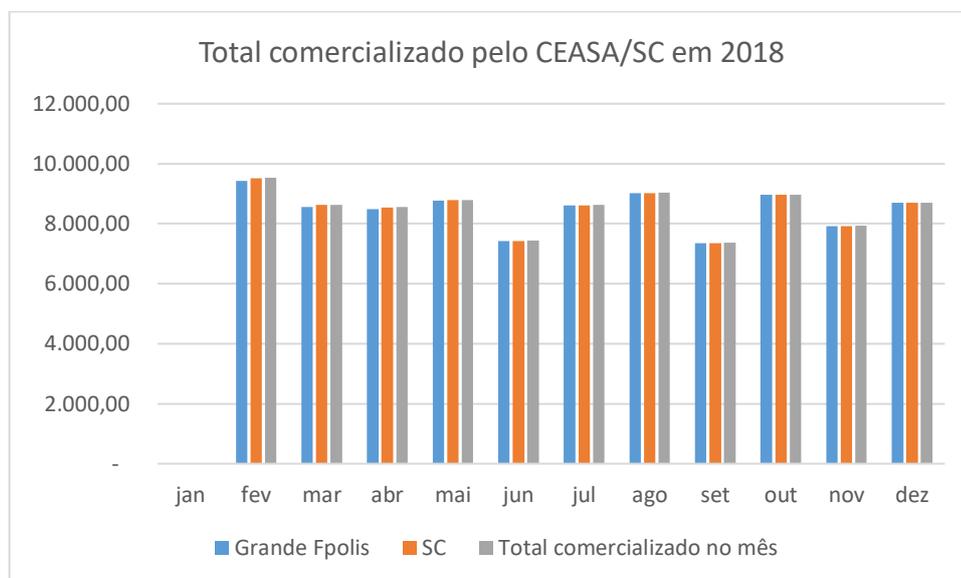
Gráfico 24 - Total de Cebola comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

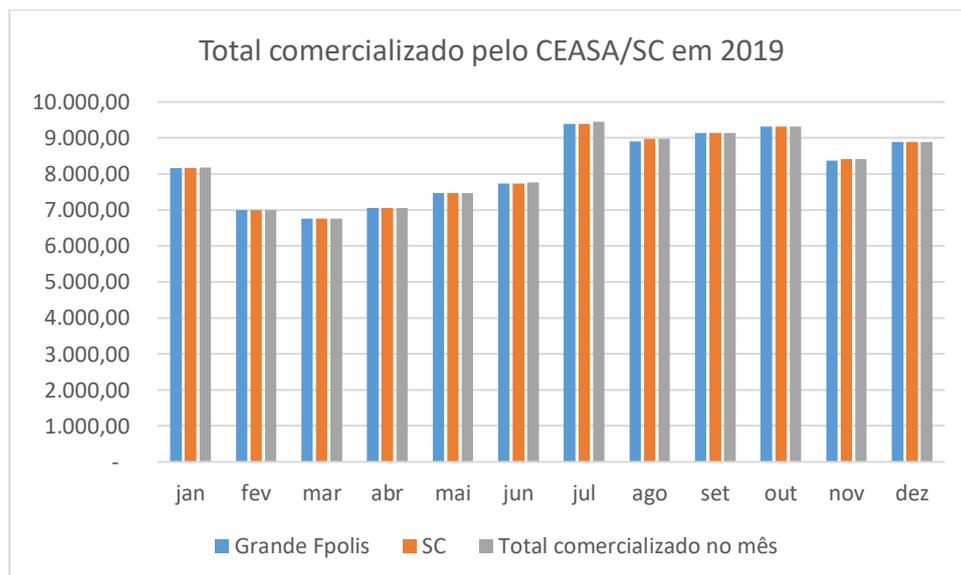
Anexo H – Total comercializado (Cebolinha)

Gráfico 25 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



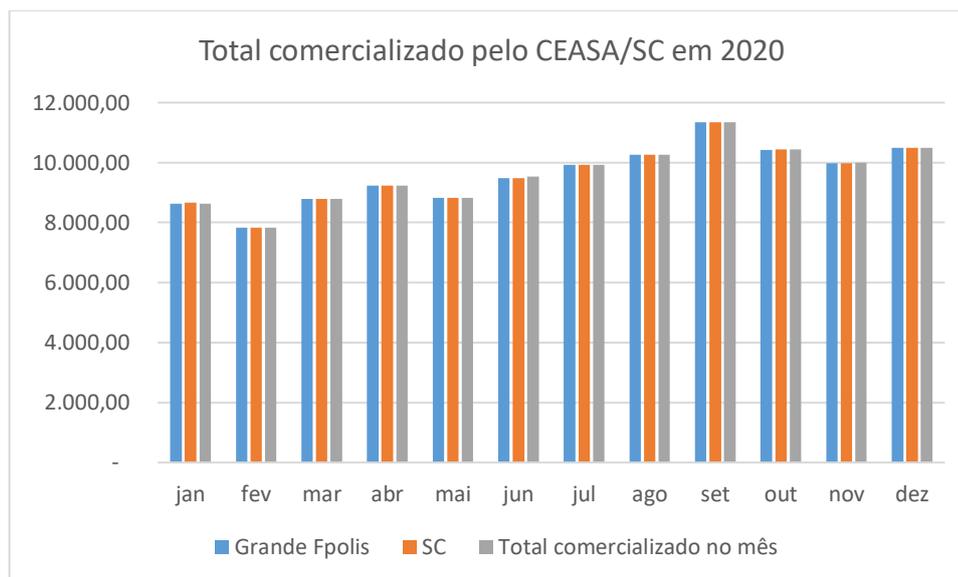
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 26 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



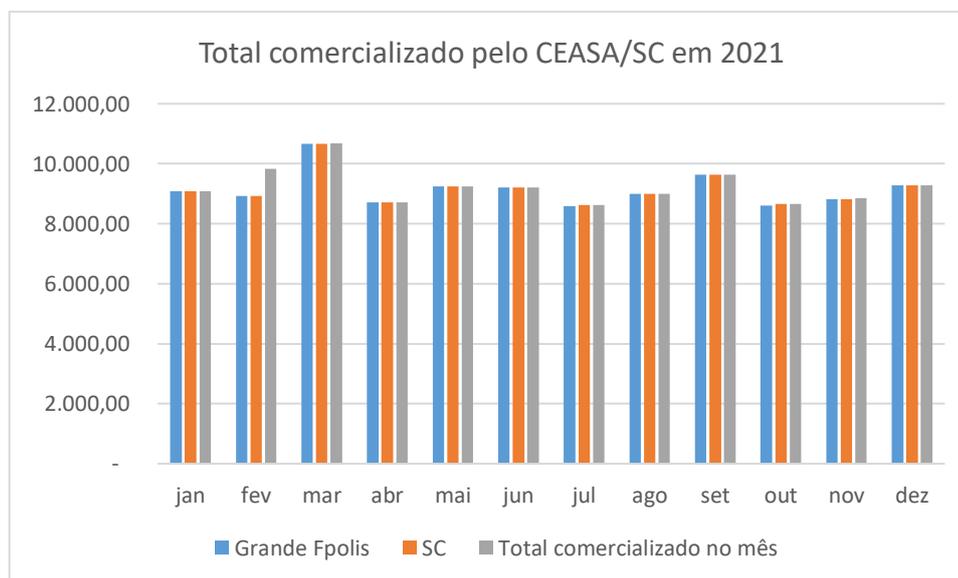
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 27 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



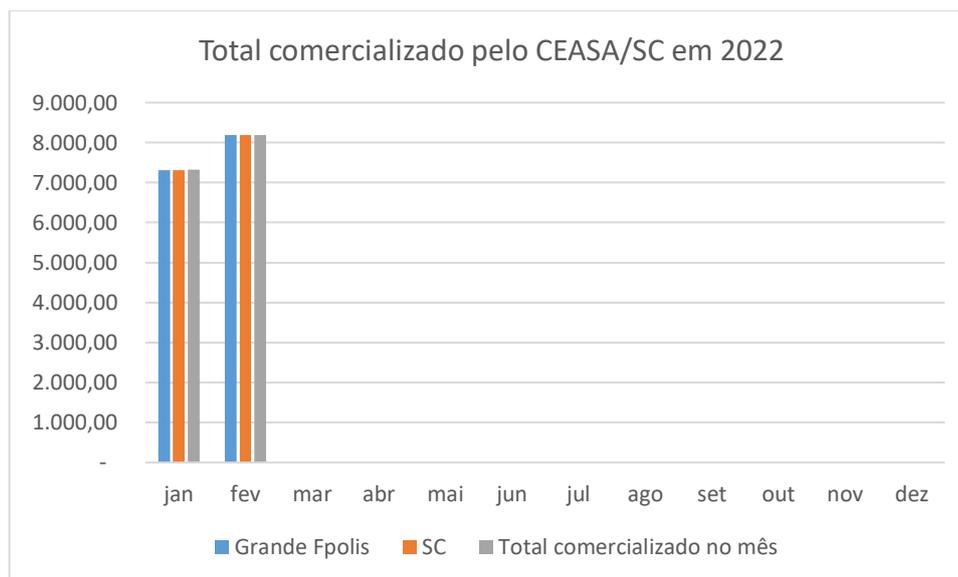
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 28 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

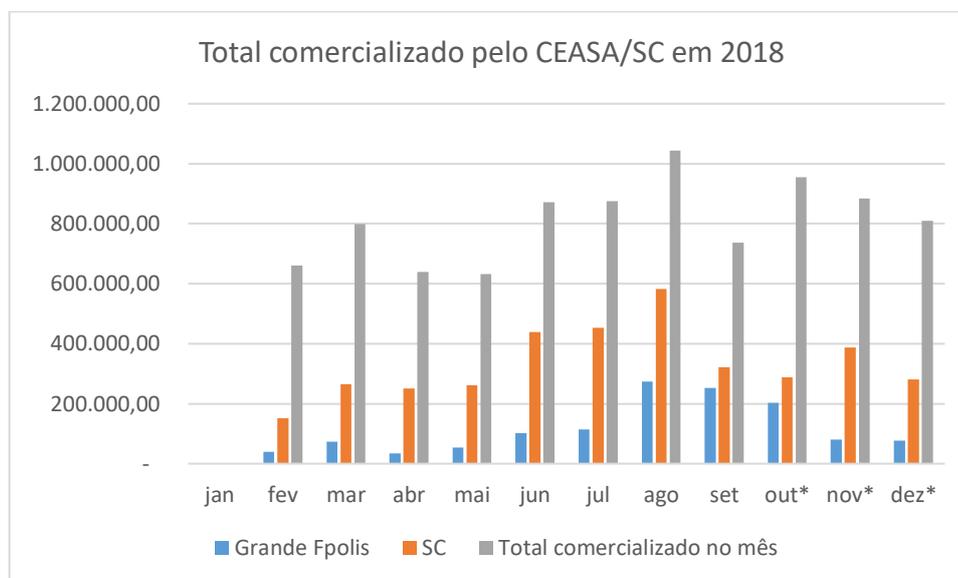
Gráfico 29 - Total de Cebolinha comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

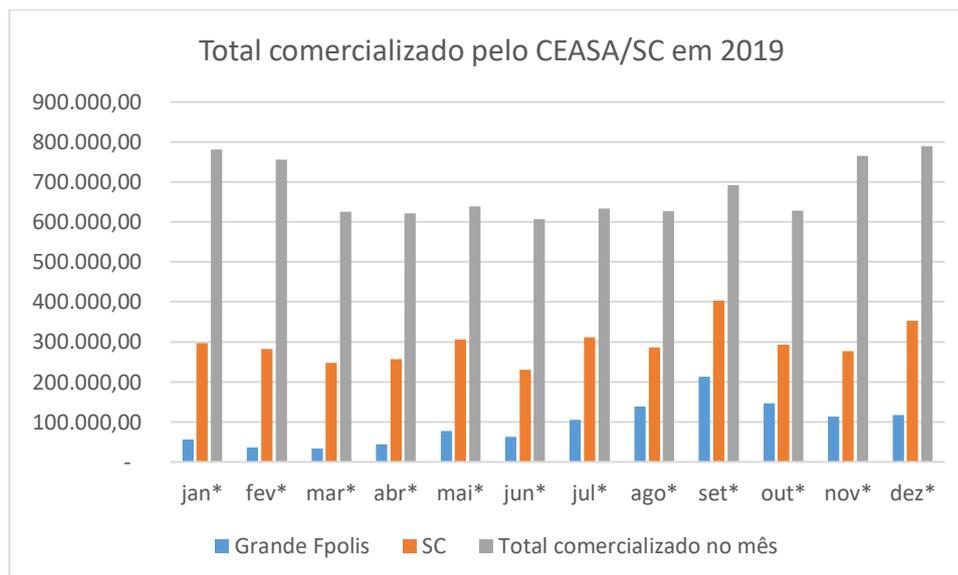
Anexo I – Total comercializado (Cenoura)

Gráfico 30 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



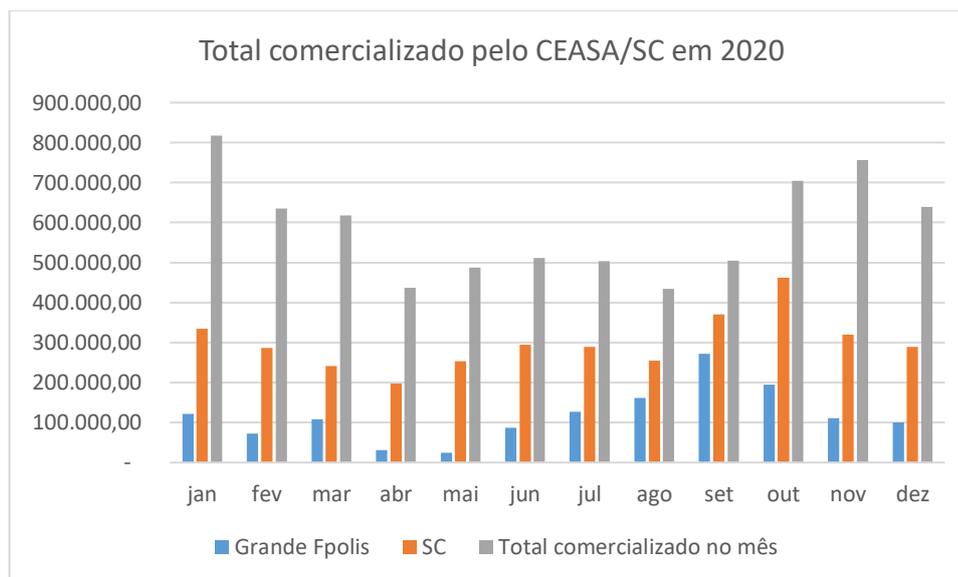
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 31 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



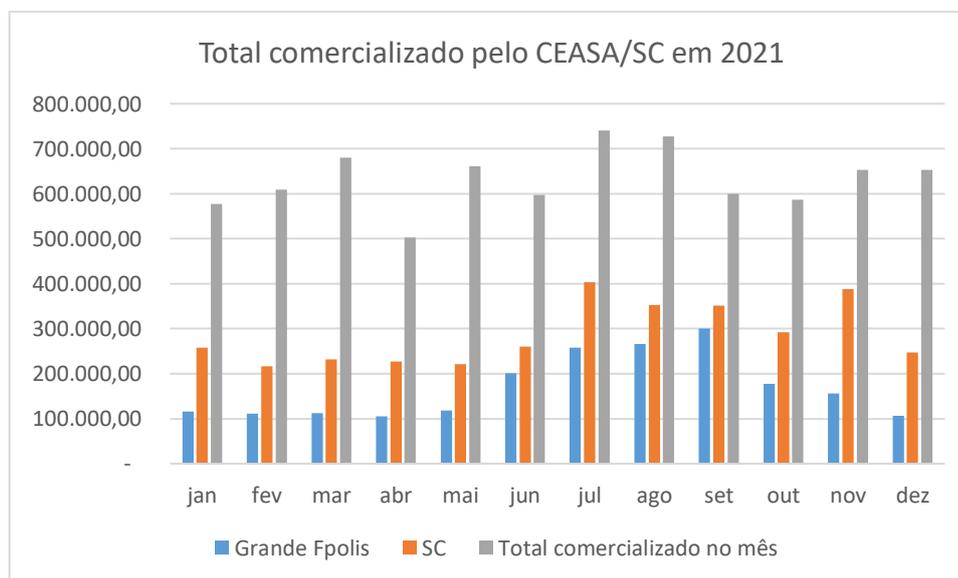
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 32 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



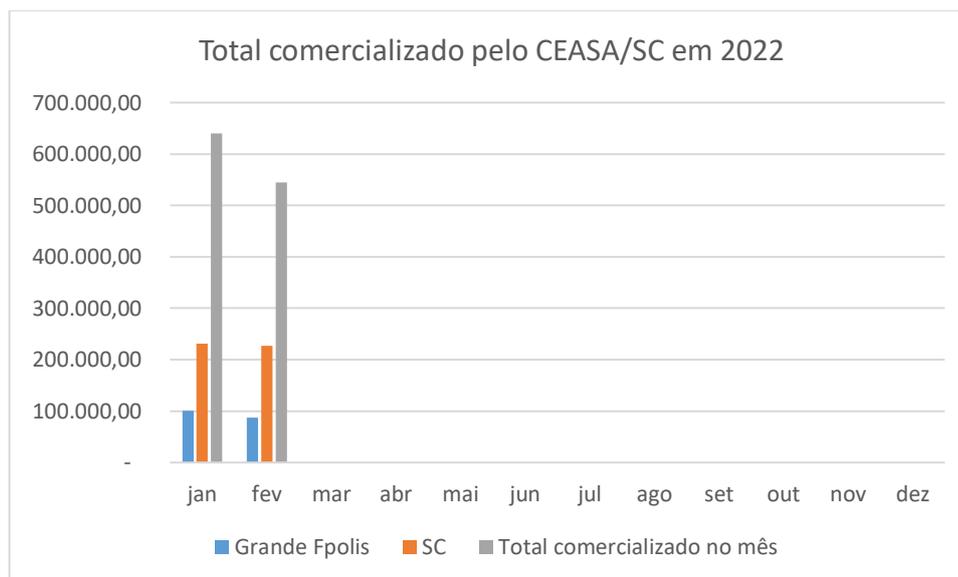
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 33 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

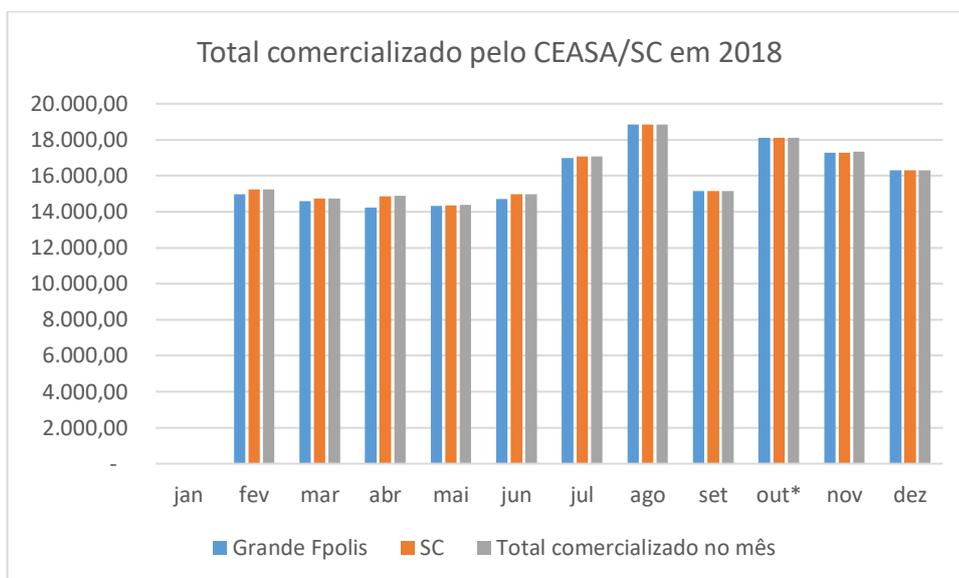
Gráfico 34 - Total de Cenoura comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

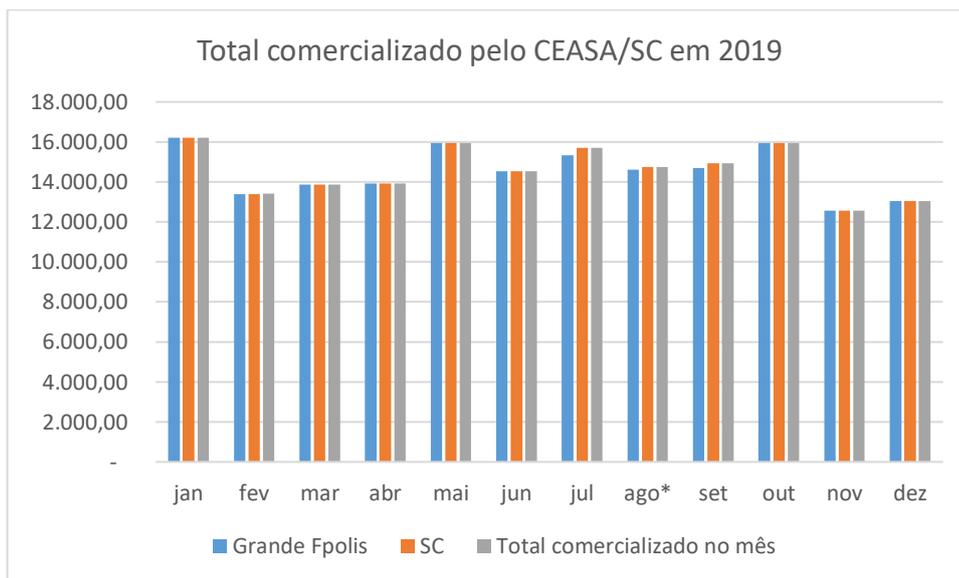
Anexo J – Total comercializado (Couve – Folha)

Gráfico 35 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



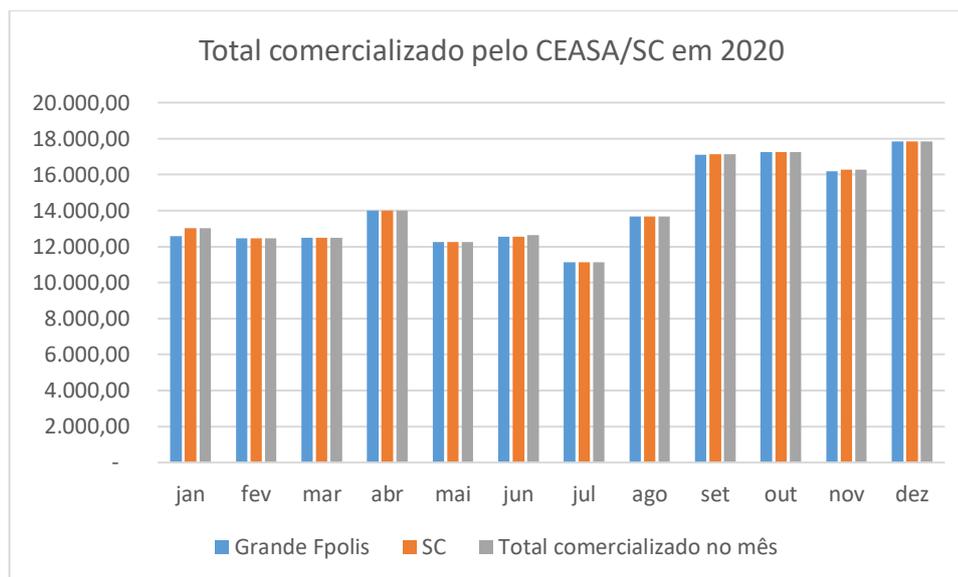
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 36 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



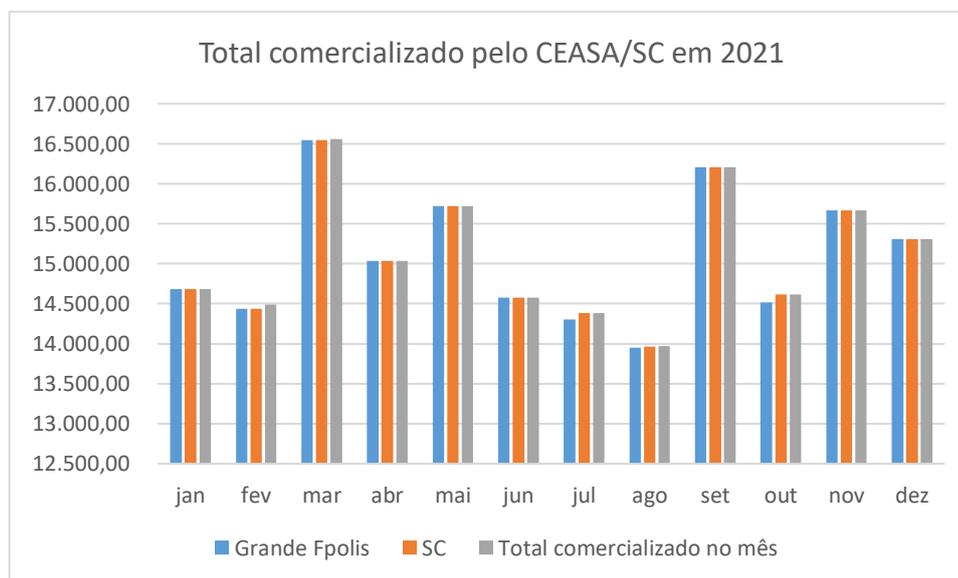
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 37 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



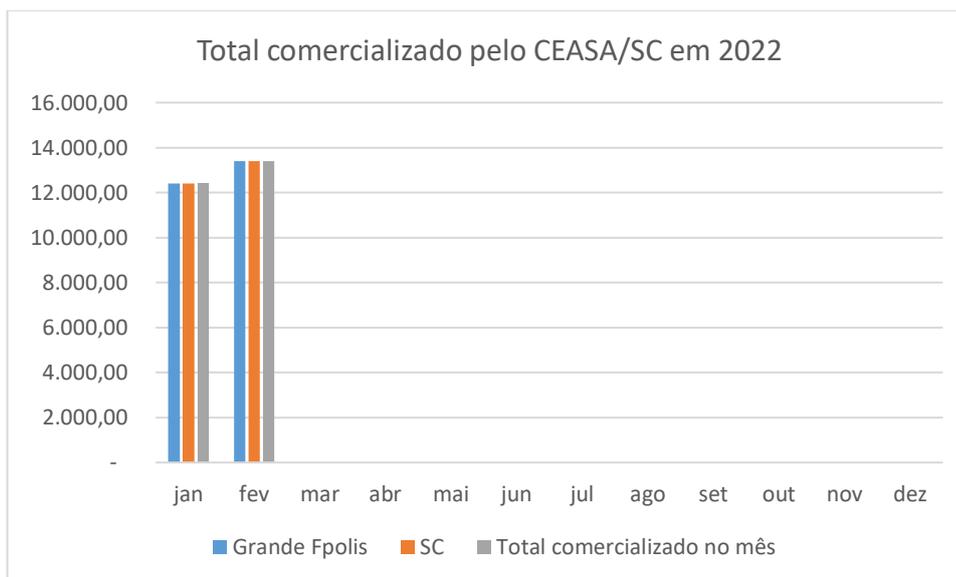
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 38 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

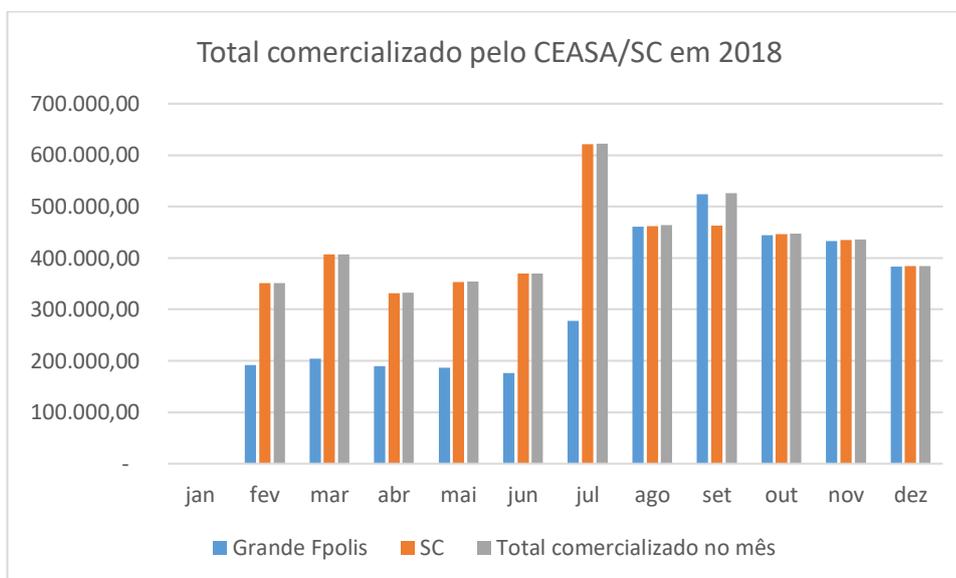
Gráfico 39 - Total de Couve – Folha comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

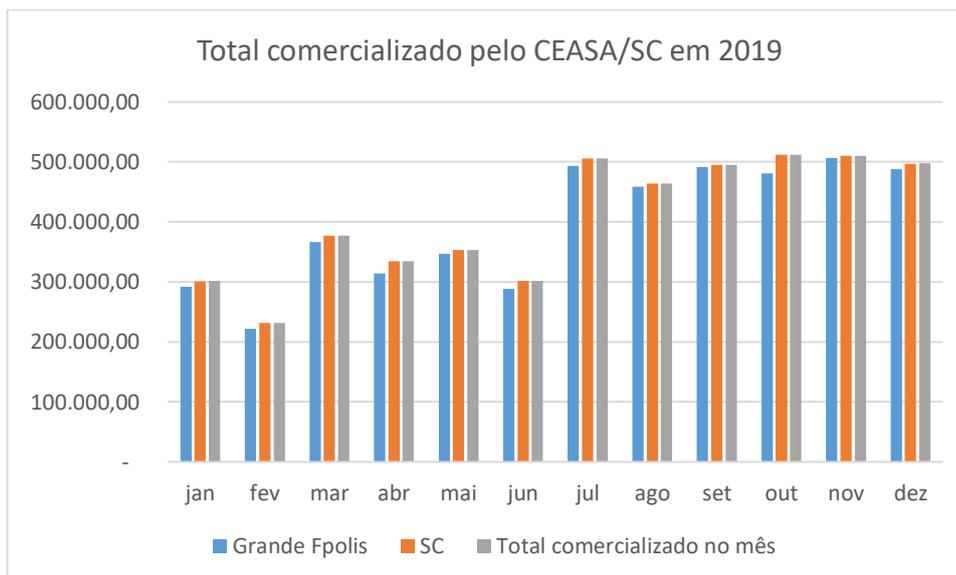
Anexo K – Total comercializado (Couve – Flor)

Gráfico 40 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



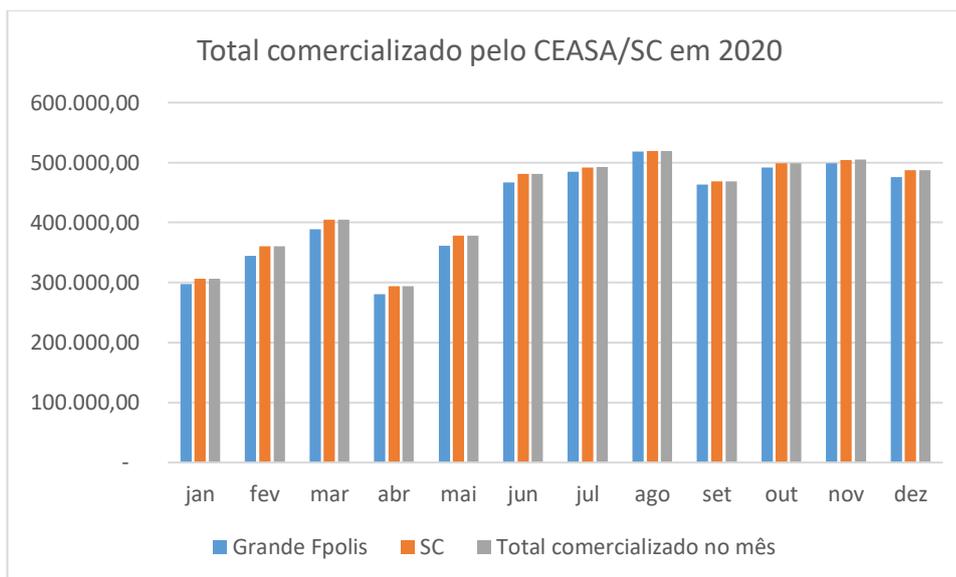
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 41 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



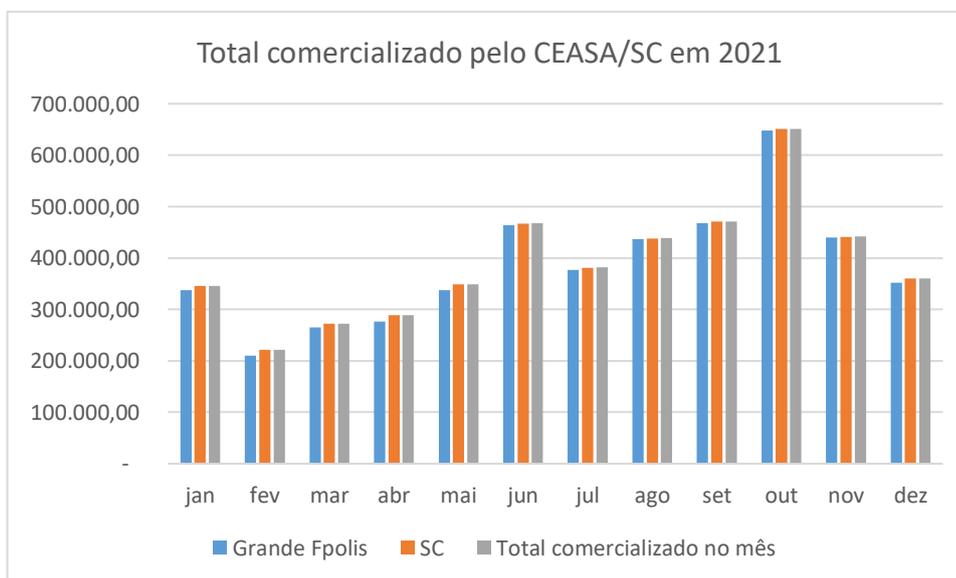
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 42 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



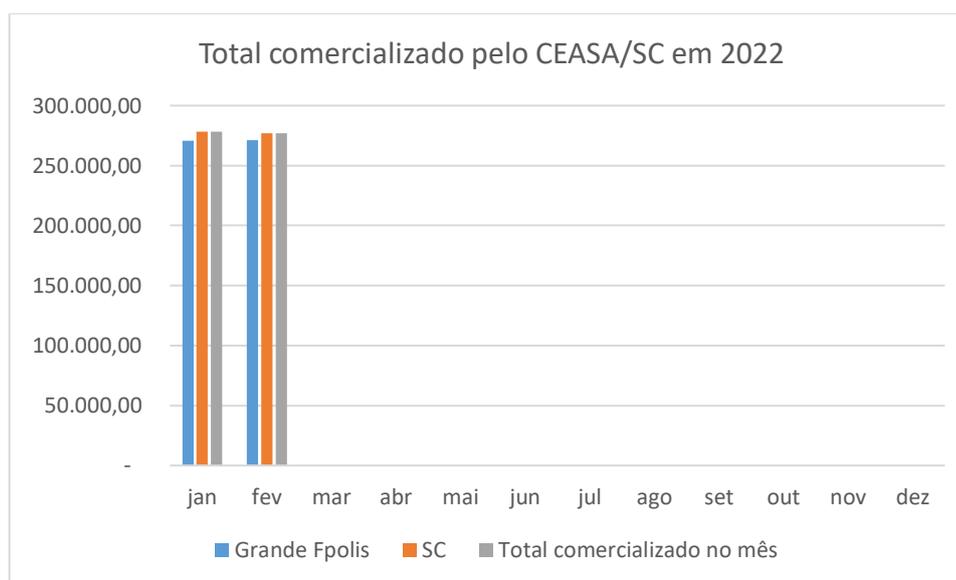
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 43 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

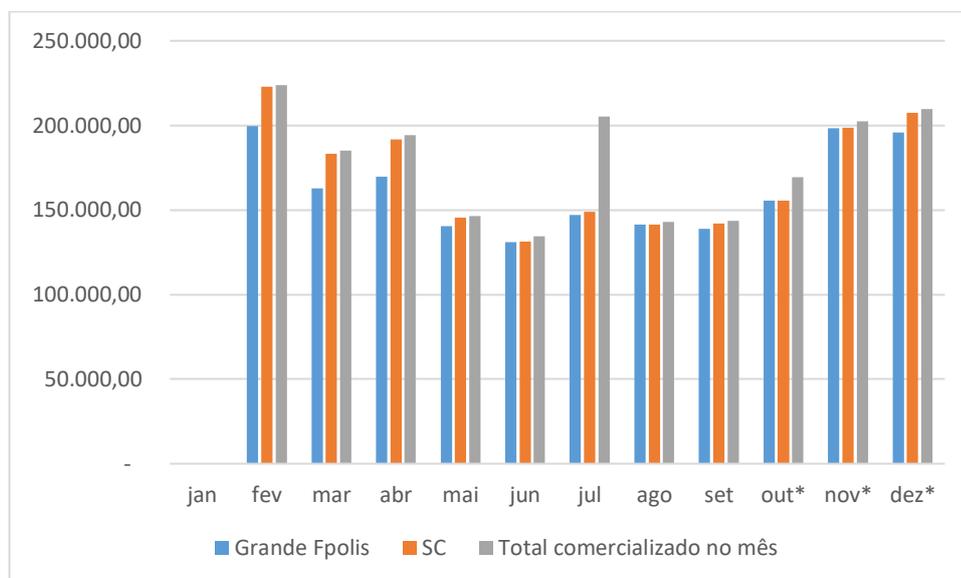
Gráfico 44 - Total de Couve – Flor comercializada pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

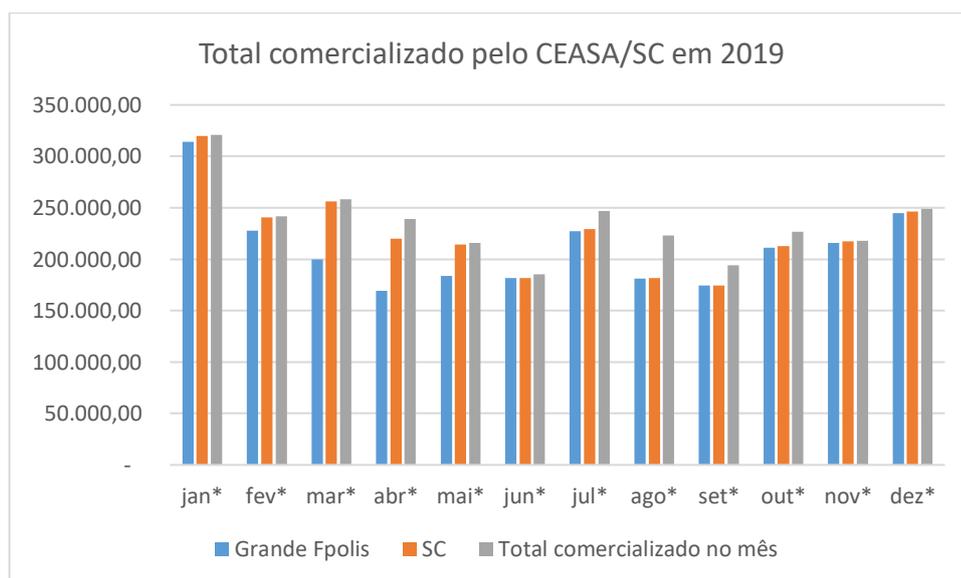
Anexo L – Total comercializado (Milho)

Gráfico 45 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



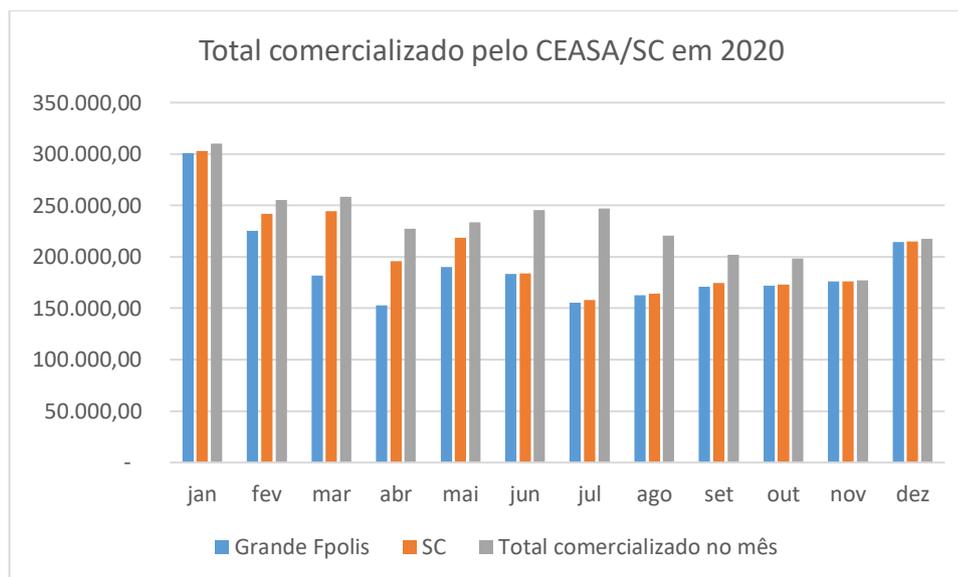
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 46 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



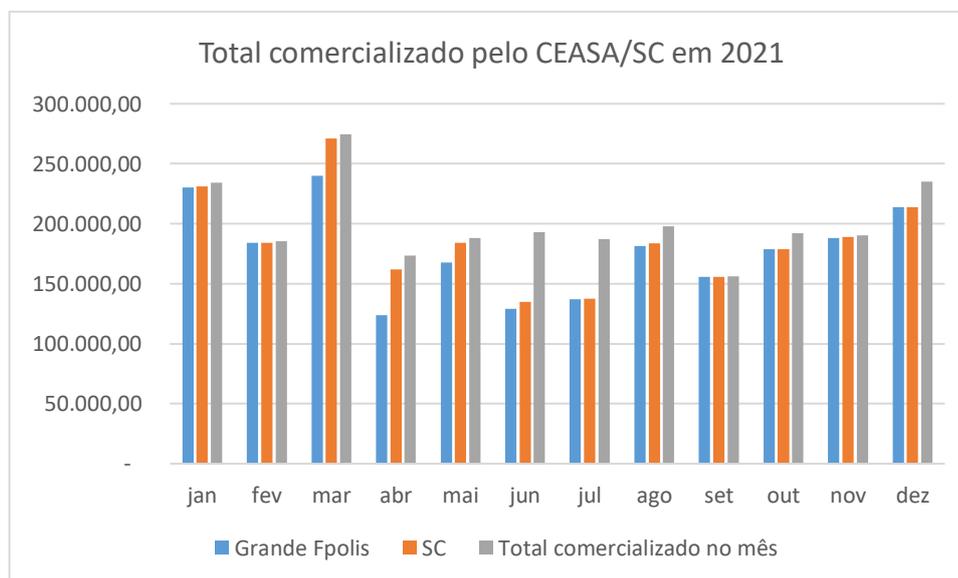
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 47 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



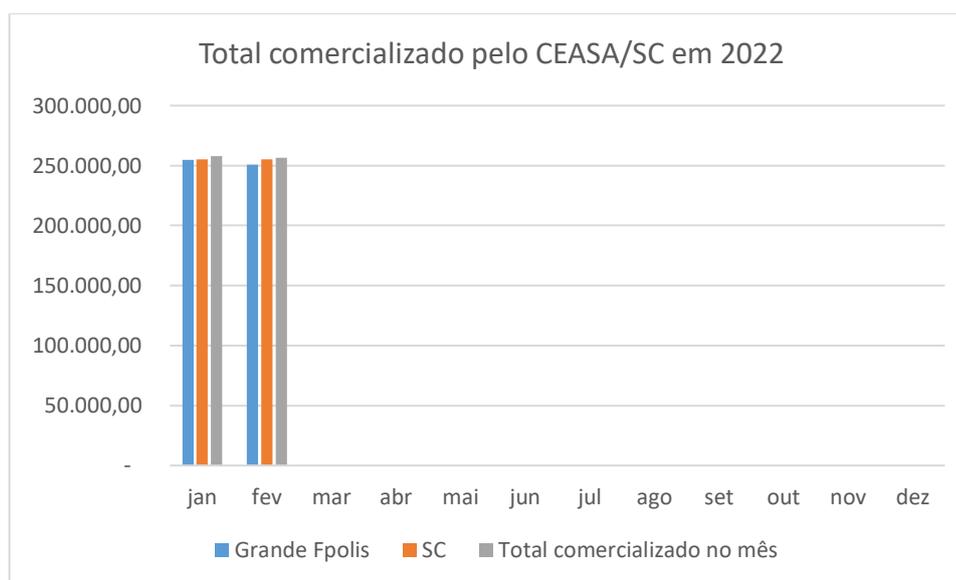
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 48 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

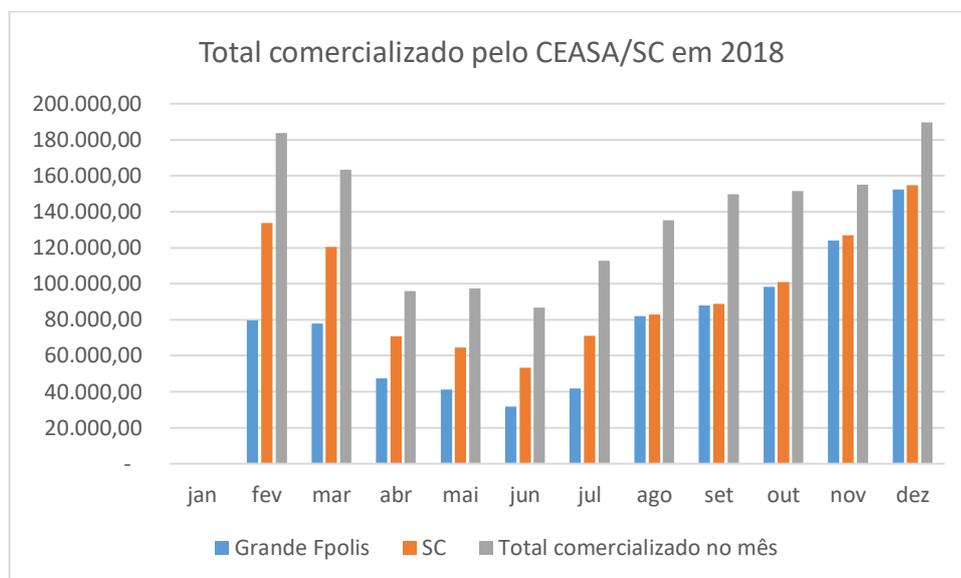
Gráfico 49 - Total de Milho Verde comercializado pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.

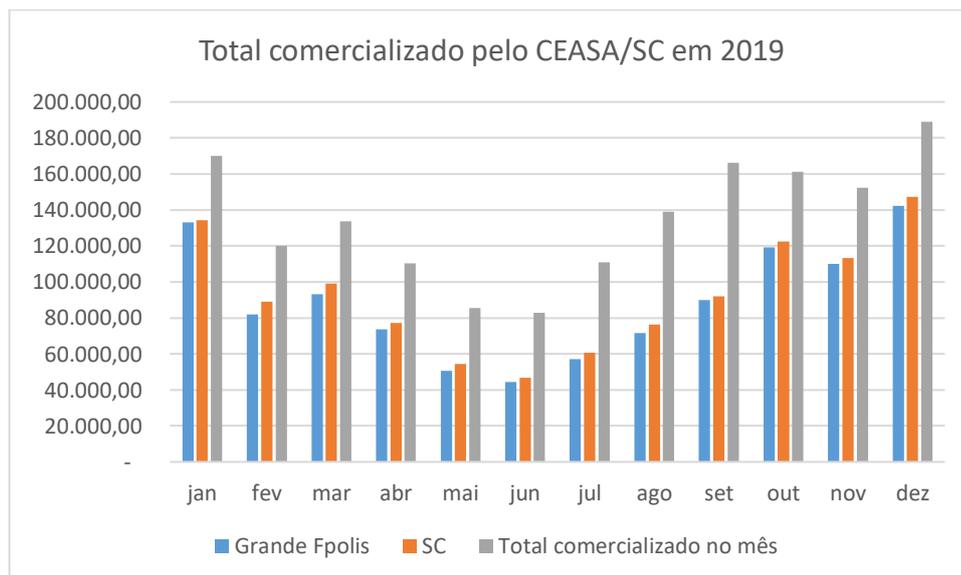
Anexo M – Total comercializado (Morango)

Gráfico 50 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2018 (kg.)



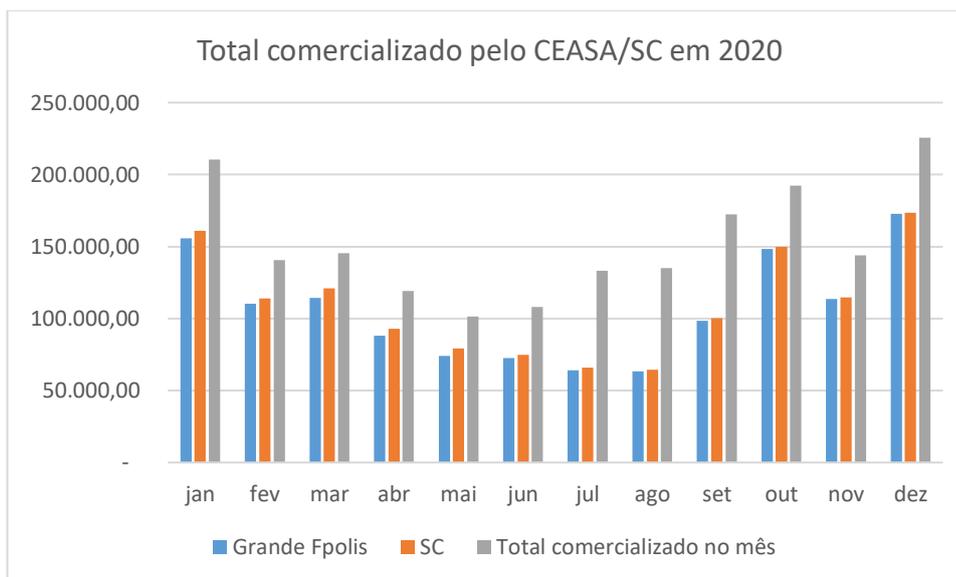
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – fev-dez/2018. Elaborado pelo autor.

Gráfico 51 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2019 (kg.)



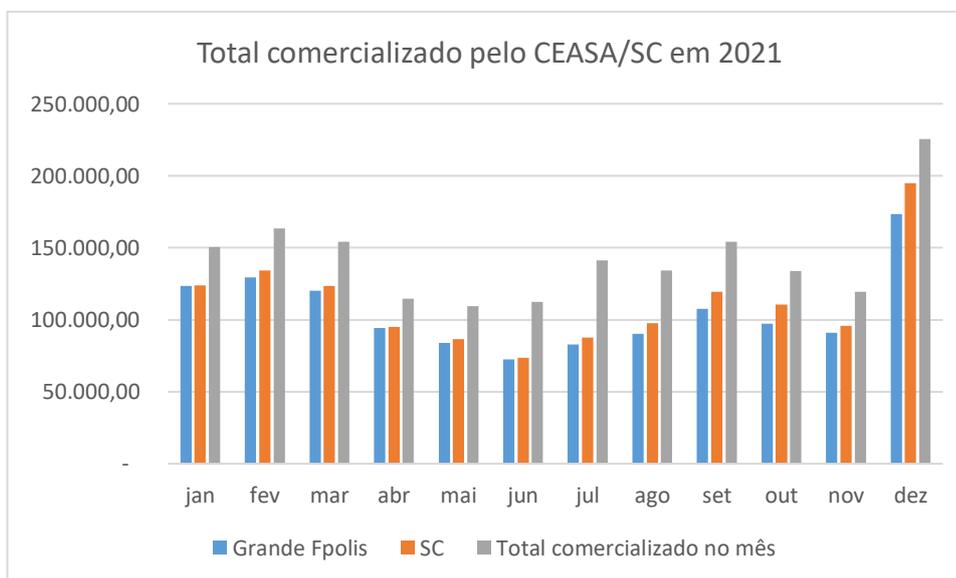
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2019. Elaborado pelo autor.

Gráfico 52 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2020 (kg.)



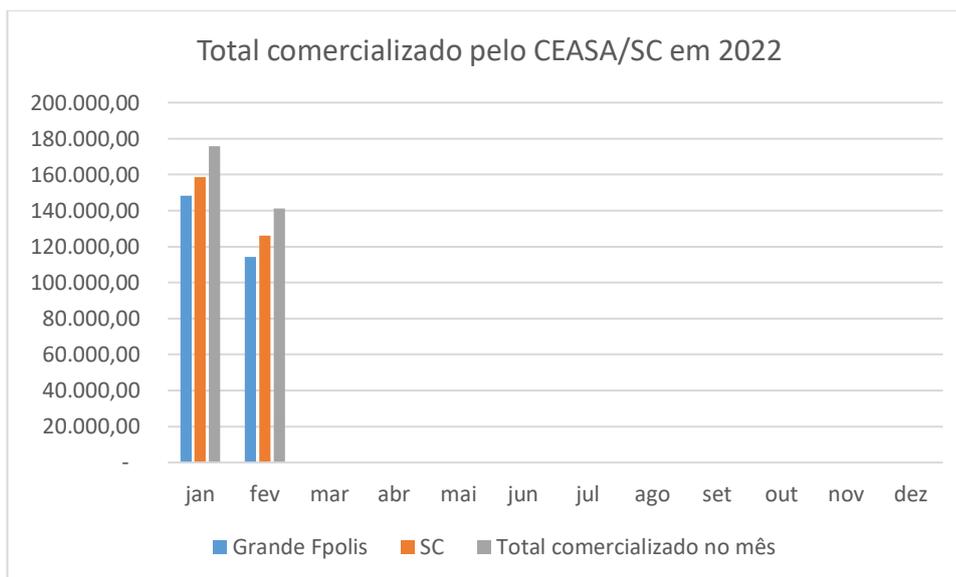
Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2020. Elaborado pelo autor.

Gráfico 53 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2021 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-dez/2021. Elaborado pelo autor.

Gráfico 54 - Total de Morango comercializado pelo CEASA/SC em 2022 (kg.)



Fonte: Relatório de Volumes por Produto e Origem – jan-fev/2022. Elaborado pelo autor.